

Documento do
Banco Mundial

APENAS PARA USO OFICIAL

Relatório nº: PAD 459

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

SOBRE UM

EMPRÉSTIMO PROPOSTO

NO MONTANTE DE US\$ 120 MILHÕES

PARA O

ESTADO DO PIAUÍ

COM A GARANTIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PARA O PROJETO

PIAUÍ: PILARES DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

30 de novembro de 2015

Prática Mundial da Educação
Prática Mundial do Meio Ambiente e Recursos Naturais
Região da América Latina e Caribe

Pilares de Crescimento e Inclusão Social

Este documento está sendo divulgado antes de ser considerado pelo Conselho de Administração. Isso não implica que já se pressupõe o resultado. Este documento poderá ser atualizado após sua consideração pelo Conselho e a versão atualizada será divulgada de acordo com a política do Banco sobre acesso à informação.

EQUIVALÊNCIA MONETÁRIA
Taxa de câmbio em 19 de novembro de 2015

Unidade Monetária = Real – R\$
R\$ 3,75 = US\$ 1,00

EXERCÍCIO
1º de janeiro – 31 de dezembro

ABREVIATURAS E SIGLAS

CDRU	Concessões de Direito Real de Uso (<i>Concessions of Real Rights of Use</i>)
CEPM	Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres do Piauí (<i>State Coordination of Policies for Women</i>)
CERH	Cadastro Estadual de Recursos Hídricos (<i>State Water Resources Users Cadastre</i>)
CGEO	Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental (<i>State Land and Environmental Geotechnical Center</i>)
CGE-PI	Controladoria Geral do Estado do Piauí (<i>Comptroller General of the State of Piauí</i>)
CGJ	Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Piauí (<i>Office of the Inspector General of the State Secretariat of Justice</i>)
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (<i>National Water Resources Users Registry</i>)
CPS	Estratégia de Parceria com o País (<i>Country Partnership Strategy</i>)
SQC	Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor (<i>Selection Based on the Consultants' Qualifications</i>)
CD	Conta Designada (<i>Designated Account</i>)
DL	Diretoria de Licitações (<i>Procurement Department</i>)
DLI	Indicadores Vinculados ao Desembolso (<i>Disbursement-Linked Indicator</i>)
DPL	Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento (<i>Development Policy Loan</i>)
EEP	Programa de Despesas Elegíveis (<i>Eligible Expenditure Program</i>)
PGA	Plano de Gestão Ambiental (<i>Environmental Management Plan</i>)
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social (<i>Environmental and Social Management Framework</i>)
EMT	Educação com Mediação Tecnológica (<i>Education with Technological Intermediation</i>)
SOF	Seleção com Orçamento Fixo (<i>Selection under a Fixed Budget</i>)
ETI	Escola em Tempo Integral (<i>Full-Time School</i>)
GERCOG	Grupo Especial de Regularização Fundiária e de Combate à Grilagem (<i>Special Group for Land Tenure Regularization</i>)
GRS	Serviço de Resolução de Queixas do Banco Mundial (<i>Grievance Redress Service</i>)

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<i>Federal Bureau of Geography and Statistics</i>)
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (<i>International Bank for Reconstruction and Development</i>)
LCI	Licitação Competitiva Internacional (<i>International Competitive Bidding</i>)
IFR	Relatório Financeiro Intermediário (<i>Interim Financial Report</i>)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<i>National Institute for Colonization and Agrarian Reform</i>)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (<i>National Institute of Education Research</i>)
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí (<i>State Land Agency</i>)
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (<i>International Organization of Supreme Audit Institutions</i>)
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (<i>Applied Economics Research Institute</i>)
IPF	Financiamento de Projeto de Investimento (<i>Investment Project Financing</i>)
TIR	Taxa Interna de Retorno (<i>Internal Rate of Return</i>)
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (<i>International Public Sector Accounting Standards</i>)
SMC	Seleção pelo Menor Custo (<i>Least-Cost Selection</i>)
LOA	Lei Orçamentária Anual (<i>Annual Budget Law</i>)
MEC	Ministério da Educação (<i>Ministry of Education</i>)
LCN	Licitação Competitiva Nacional (<i>National Competitive Bidding</i>)
OGE	Ouvidoria-Geral do Estado do Piauí (<i>State Ombudsman's Office</i>)
OPM	Organismos de Políticas para Mulheres (<i>Governmental Organizations of Policies for Women</i>)
ODP	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (<i>Project Development Objective</i>)
PEFA	Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (<i>Public Expenditure and Financial Accountability</i>)
PIP	Plano de Investimento Produtivo (<i>Productive Investment Plan</i>)
UIP	Unidade de Implementação do Projeto (<i>Project Implementation Unit</i>)
PPA	Plano Plurianual (<i>Multi-year Plan</i>)
PROGERE	Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (<i>Program for Employment and Income Generation in Rural Areas</i>)
SBQ	Seleção Baseada na Qualidade (<i>Quality-Based Selection</i>)
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e no Custo (<i>Quality- and Cost-Based Selection</i>)
MPR	Marco de Política de Reassentamento (<i>Resettlement Policy Framework</i>)
CEDC	Centro Especializado em Doenças Crônicas (<i>Specialized Center for Chronic Diseases</i>)
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí (<i>State Secretariat of Rural Development</i>)
SEAD	Secretaria de Administração do Estado do Piauí (<i>State Secretariat of Administration</i>)

SEDUC	Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí (<i>State Secretariat of Education and Culture</i>)
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (<i>State Secretariat of Finance</i>)
SEMAR	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (<i>State Secretariat of Environment and Water Resources</i>)
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (<i>State Secretariat of Planning of the State of Piauí</i>)
SESAPI	(Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (<i>State Secretariat of Health of the State of Piauí</i>))
PERS	Plano Estadual de Regulação da Saúde (<i>State Health Regulation Plan</i>)
SIAFEM	Sistema Integrado de Administração Financeira (<i>Integrated Financial Management System</i>)
SIAGAS	Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (<i>Information System for Aquifers</i>)
SIMO	Sistema Integral de Monitoramento (<i>Integrated Monitoring System</i>)
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos (<i>Super-intendence of Water Resources</i>)
SUTEF	Superintendência de Cooperação Técnico-financeira (<i>Super-Intendance of Technical and Financial Cooperation</i>)
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí (<i>Piauí Court of Auditors</i>)
OMS	Organização Mundial da Saúde (<i>World Health Organization</i>)

Vice-Presidente Regional:	Jorge Familiar
Diretor de País:	Martin Raiser
Diretor Sênior da Prática Mundial:	Claudia Maria Costin / Paula Caballero
Gerentes de Práticas:	Reema Nayar / Raul Alfaro
Chefe da Equipe do Projeto:	Michael Drabble / Ernesto Sanchez-Triana

BRASIL

Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social

SUMÁRIO

I. CONTEXTO ESTRATÉGICO	14
A. Contexto nacional e estadual	14
B. Contexto setorial e institucional.....	15
C. Objetivos de nível mais alto para os quais o projeto contribui	20
II. OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	20
A. Beneficiários do projeto.....	20
B. Indicadores dos resultados no nível do ODP	20
III. DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	21
A. Componentes do projeto	21
B. Financiamento do projeto	23
C. Lições extraídas e refletidas na concepção do projeto.....	24
IV. IMPLEMENTAÇÃO.....	26
A. Mecanismos institucionais e de implementação	26
B. Monitoramento e avaliação dos resultados	26
C. Sustentabilidade	26
V. PRINCIPAIS RISCOS	27
A. Classificação global do risco e explicação dos principais riscos	27
VI. RESUMO DA AVALIAÇÃO.....	28
A. Análise econômica e financeira	28
B. Aspectos técnicos.....	29
C. Gestão financeira	30
D. Compras	30
E. Aspectos sociais (inclusive salvaguardas)	30
F. Aspectos ambientais (inclusive salvaguardas).....	31
G. Resolução de queixas pelo Banco Mundial	32
Anexo 1: Quadro de Resultados e Monitoramento.....	33
Anexo 2: Descrição Detalhada do Projeto	45
Anexo 3: Mecanismos de Implementação.....	69
Anexo 4: Análise Econômica e Financeira.....	111
Anexo 5: Plano de Apoio à Implementação	125

Anexo 6: Alinhamento do IPF e do DPL propostos, cadeias de resultados..... 127

FOLHA DE DADOS DO DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Brasil

Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social (P129342)

DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

GEDDR

Relatório nº: PAD 459

Informações básicas			
Número do projeto P129342	Categoria da AA: B – Avaliação Parcial	Chefe da equipe: Michael Drabble/Ernesto Sanchez-Triana	
Instrumento de crédito	Frágil e/ou com limitações de capacidade []		
Financiamento de Projeto de Investimento	Intermediários financeiros []		
	Série de projetos []		
Data de início da implementação do projeto 31 de janeiro de 2016	Data de término da implementação do projeto 30 de junho de 2020		
Data prevista para entrada em vigor: 31 de janeiro de 2016	Data prevista para encerramento: 31 de dezembro de 2020		
Em conjunto com a IFC Não			
Gerentes de Práticas Reema Nayar	Diretora Sênior da Prática Mundial Claudia Maria Costin	Diretor de País Martin Raiser	Vice-Presidente Regional Jorge Familiar
Mutuário: Estado do Piauí, com garantia da República Federativa do Brasil			
Órgão responsável: Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí			
Contato: Telefone:	Sergio Miranda (+55 86) 9466-3158	Cargo: Email:	Superintendente de Cooperação Técnico-Financeira sergiomiranda@seplan.pi.gov.br

Dados do financiamento do projeto (em milhões de US\$)					
<input checked="" type="checkbox"/>	Empré- stimo	<input type="checkbox"/>	Doação da IDA	<input type="checkbox"/>	Garantia
<input type="checkbox"/>	Crédit- o	<input type="checkbox"/>	Doação	<input type="checkbox"/>	Outro
Custo total do projeto:		1133,69		Total do financiamento do Banco:	120,00
Déficit de financiamento:		0,00			
Fonte do financiamento				Montante	
Mutuário				1013,69	
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento				120,00	
Total				1133,69	
Desembolsos previstos (em milhões de US\$)					
Exercício	2016	2017	2018	2019	2020
Anual	22,80	17,00	26,00	29,50	24,70
Acumulado	22,80	39,80	65,80	95,30	120,00
Dados Institucionais					
Área de prática (principal)					
Educação					
Áreas de prática contribuintes					
Agricultura; Meio Ambiente & Recursos Naturais; Governança; Saúde, Nutrição & População					
Temas transversais					
<input type="checkbox"/>	Mudança Climática				
<input type="checkbox"/>	Fragilidade, Conflito & Violência				
<input checked="" type="checkbox"/>	Gênero				
<input type="checkbox"/>	Emprego				
<input type="checkbox"/>	Parceria Público-Privada				
Setores / Mudança Climática					
Setor (máximo de cinco e porcentagem total deve equivaler a 100)					
Setor principal	Setor	%	Benefício s conjuntos da	Benefícios conjuntos da mitigação %	

			adaptação %	
Educação	Ensino médio	50		
Saúde e outros serviços sociais	Saúde	20		
Agricultura, pesca e silvicultura	Setor geral da agricultura, pesca e silvicultura	10		
Administração pública, Direito e Justiça	Setor geral da administração pública	10		
Água, saneamento e proteção contra inundações	Setor geral da água, saneamento e proteção contra inundações	10		
Total		100		

Certifico que não há informação de benefícios conjuntos da mitigação e adaptação à mudança climática aplicável a este projeto.

Temas

Tema (máximo de cinco e porcentagem total deve equivaler a 100)

Tema principal	Tema	%
Desenvolvimento humano	Educação para todos	50
Desenvolvimento humano	Desempenho do sistema de saúde	20
Governança do setor público	Despesas, gestão das finanças e compras públicas	10
Desenvolvimento rural	Políticas e instituições rurais	10
Desenvolvimento rural	Serviços e infraestrutura rurais	10
Total		100

Objetivo(s) de desenvolvimento proposto(s)

Os objetivos do projeto são: a) reduzir a evasão de alunos do ensino médio na rede pública; b) ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento; c) expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra e d) aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural em cadeias de valor produtivas rurais.

Componentes

Nome dos componentes	Custo (milhões de US\$)
Componente 1: Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão dos recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais	1.118,69
Componente 2: Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário	15,00

Ferramenta de Classificação Sistemática do Risco das Operações (SORT)		
Categoria de risco		
1. Risco político e de governança		Moderado
2. Risco macroeconômico		Substancial
3. Estratégias e políticas setoriais		Moderado
4. Concepção técnica do projeto ou programa		Moderado
5. Capacidade institucional para a implementação e sustentabilidade		Substancial
6. Risco fiduciário		Substancial
7. Risco ambiental e social		Moderado
8. Risco ligado às partes interessadas		Moderado
CLASSIFICAÇÃO GLOBAL		Substancial
Conformidade		
Políticas		
O projeto se distancia da CAS em termos de conteúdo ou de outro aspecto significativo?	Sim []	Não [X]
O projeto exige a dispensa do cumprimento de políticas do Banco Mundial?	Sim []	Não [X]
Essa dispensa foi aprovada pela Direção do Banco?	Sim []	Não []
Está sendo solicitada da Diretoria Executiva alguma dispensa do cumprimento das políticas?	Sim []	Não [X]
O projeto atende aos critérios regionais de prontidão para implementação?	Sim [X]	Não []
Políticas de salvaguarda acionadas pelo projeto	Sim	Não
Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01)	X	
Habitats Naturais (OP/BP 4.04)	X	
Florestas (OP/BP 4.36)	X	
Controle de Pragas (OP 4.09)	X	
Recursos Culturais Físicos (OP/BP 4.11)	X	
Populações Indígenas (OP/BP 4.10)		X
Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12)	X	
Segurança de Represas (OP/BP 4.37)		X
Projetos em Cursos de Águas Internacionais (OP/BP 7.50)		X
Projetos em Zonas de Controvérsia (OP/BP 7.60)		X
Cláusulas legais		

Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Mecanismos Institucionais. Anexo 2. Seção I.A.1 (a)	X		CONTÍNUA
Descrição da cláusula			
Em até 2 (dois) meses após a data de entrada em vigor, o mutuário criará e, daí em diante, operará e manterá, até a conclusão do projeto, uma unidade de coordenação na SEPLAN, a qual será responsável pela coordenação geral do projeto (a “UCP”), conforme estabelecido no Manual Operacional do Projeto.			
Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Mecanismos Institucionais. Anexo 2. Seção I.A.1 (b)	X		CONTÍNUA
Descrição da cláusula			
Em até 1 (um) mês a pós a data de entrada em vigor, criará e, daí em diante, manterá, até a conclusão da execução do projeto, pelo menos dois comitês especiais de licitação com a finalidade de assistir os órgãos participantes na execução das suas atividades de compras no âmbito do projeto, com estrutura e funções satisfatórias para o Banco, conforme estabelecido no Manual Operacional do Projeto.			
Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Mecanismos Institucionais. Anexo 2. Seção I.A.1 (c)		30 de junho de 2017	
Descrição da cláusula			
Em até 18 (dezoito) meses após a data de entrada em vigor, para fins de execução de pelo menos duas auditorias técnicas do cumprimento dos DLIs, selecionará e contratará uma entidade, independente do mutuário (a Entidade de Verificação Independente) com experiência e qualificações aceitáveis para o Banco.			
Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Mecanismos Institucionais. Anexo 2. Seção I.A.1 (d)	X		CONTÍNUA
Descrição da cláusula			
Em até 2 (dois) meses após a data de entrada em vigor, criará e, daí em diante, manterá, até a conclusão da execução do projeto, um Comitê de Gestão do Projeto, com representantes de todos os órgãos participantes envolvidos no projeto.			
Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Mecanismos de Implementação para a Parte 1, Anexo 2. Seção I.B.7 (a)		30 de março de 2018	
Descrição da cláusula			
Antes da quinta retirada do empréstimo no âmbito da Categoria (1) (conforme mencionado no Manual Operacional do Projeto e nas Instruções Adicionais), o mutuário fará uma revisão intermediária com o Banco para avaliar o progresso global na execução e na consecução do projeto.			
Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Acordos de Cooperação, Anexo 2. Seção I.C.1 (a)	X		CONTÍNUA

Descrição da cláusula

O mutuário, por intermédio da SEPLAN e antes de iniciar qualquer atividade no âmbito das Partes 1.4 e 2.2(b) do projeto, celebrará um Acordo de Cooperação com o INTERPI visando à implementação das referidas atividades, em termos e condições satisfatórios para o Banco.

Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Acordos de Cooperação, Anexo 2. Seção I.C.1 (b)	X		CONTÍNUA

Descrição da cláusula

O mutuário, por intermédio da SEPLAN e antes de iniciar qualquer atividade no âmbito da Parte 2.1(c) do projeto, celebrará um Acordo de Cooperação com o TCE visando à implementação das referidas atividades, em termos e condições satisfatórios para o Banco.

Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Salvaguardas, Anexo 2. Seção I.E.1	X		CONTÍNUA

Descrição da cláusula

O mutuário, com a assistência do órgão participante pertinente, implementará o projeto em conformidade com as disposições do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS), do Plano de Gestão Ambiental (PGA), do Plano de Gestão do Lixo Hospitalar e do Marco de Política de Reassentamento (MPR), todos elaborados pelo mutuário e aprovados pelo Banco.

Condições

Fonte dos recursos	Nome	Tipo

Descrição da condição**Composição da equipe****Pessoal do Banco**

Nome	Função	Cargo	Especialização	Unidade
Michael Drabble	Chefe da Equipe (ADM Responsável)	Especialista em Educação Sênior	Desenvolvimento rural	GEDDR
Danilo Pereira de Carvalho	Especialista em compras	Especialista em compras	Desenvolvimento rural	GGODR
João Vicente Novaes Campos	Especialista em gestão financeira	Especialista em gestão financeira	Desenvolvimento rural	GGODR
Abdelaziz Lagnaoui	Especialista em meio ambiente	Especialista em Meio Ambiente Principal	Desenvolvimento rural	GENDR
Alberto Coelho Gomes	Especialista em	Especialista em	Desenvolvimento	GSURR

Costa	salvaguardas	Desenvolvimento Social Sênior	ento rural		
Ana Luisa Gomes Lima	Especialista em meio ambiente	Consultor de Longo Prazo	Desenvolvim ento rural	GENDR	
Andre Loureiro	Membro da equipe	Economista	Desenvolvim ento rural	GEDDR	
Camille Bourguignon-Roger	Membro da equipe	Especialista em Administração Fundiária Sênior	Desenvolvim ento rural	GSULN	
Carolina Rendon	Membro da equipe	Especialista em Setor Público Sênior	Desenvolvim ento rural	GGODR	
Catarina Isabel Portelo	Assessora jurídica	Assessora Jurídica Sênior	Desenvolvim ento rural	LEGLE	
Diego Juan Rodriguez	Membro da equipe	Economista Sênior	Desenvolvim ento rural	GWADR	
Emmanuel Eric marie Bayle	Membro da equipe	Consultor	Desenvolvim ento rural	GEDDR	
Ernesto Sanchez-Triana	Especialista em salvaguardas	Especialista Ambiental Principal	Meio ambiente	GENDR	
Gilberto Valente Canali	Membro da equipe	Consultor	Recursos hídricos	GWADR	
Lorena Vinuela	Membro da equipe	Especialista em Setor Público	Setor público	GGODR	
Luiza Guaraciaba Alexander	Membro da equipe	Assistente de Programas	Assistente	LCC5C	
Luz Maria Gonzalez	Membro da equipe	Consultora	Economista	GED04	
Monica Joyce McDonough	Membro da equipe	Consultora	Analista de operações	GEE04	
Raquel Almeida Campos	Membro da equipe	Consultora	Analista de operações	GWADR	
Renata Pereira De Mello	Membro da equipe	Assistente Temporária de Longo Prazo	Assistente	LCC5C	
Equipe ampliada					
Nome	Cargo		Telefone	Local	
Augusto Mendonça	Especialista em Meio Ambiente				
Locais					
País	Primeira Divisão Administrativa	Local	Planejado	Efetivo	Comentários
Brasil	Piauí	Teresina		X	
Consultores (informação a ser divulgada no Resumo Operacional Mensal)					

Necessidade de
consultores?

Serão necessários consultores

I. CONTEXTO ESTRATÉGICO

A. Contexto nacional e estadual

1. **Nas duas últimas décadas, o Brasil obteve avanços significativos no que diz respeito à gestão da economia, à redução da pobreza e ao desenvolvimento social.** O crescimento do emprego e o aumento da renda do trabalho, assim como a implementação de programas de assistência social direcionados contribuíram para a redução da parcela de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza extrema, de quase 10% em 2001 para 4% em 2013,¹ e da desigualdade, conforme refletido pelo recuo do coeficiente de Gini.

2. **Contudo, o Brasil agora está passando por uma recessão profunda e generalizada.** Desde a virada da década, o desempenho do país em termos de crescimento vem caindo continuamente, de uma média de 4,5% entre 2006 e 2010 para 2,1% entre 2011 e 2014. Na década passada, o crescimento baseou-se em grande medida em condições externas favoráveis, no consumo impulsionado pelo crédito e na expansão da força de trabalho. Como esses fatores foram se exaurindo cada vez mais, as restrições estruturais posteriores a 2010 sobre o crescimento potencial tornaram-se ainda mais graves.² Dessa forma, embora o Brasil ainda produzisse um crescimento razoável de aproximadamente 4% em 2011, esse crescimento caiu para uma média de 2,3% em 2012–13 e para 0,1% em 2014. A desaceleração foi agravada em 2015 pelo impacto da Operação Lava Jato, por um ambiente político difícil e por uma conjuntura externa cada vez mais desfavorável, o que empurrou para baixo os investimentos e a confiança, que chegaram a níveis sem precedentes. Em consequência, no primeiro semestre de 2015, a economia se contraiu a uma taxa anualizada de 3,3% (dessazonalizada em relação ao segundo semestre de 2014).

3. **As perspectivas de médio prazo do Brasil dependerão do sucesso do ajuste macroeconômico ora em andamento, bem como da solução dos pontos de pressão estruturais sobre as finanças públicas e da adoção de reformas que fortaleçam o crescimento.** Com vistas ao futuro, será crucial eliminar as principais fontes de pressão de longo prazo sobre as finanças públicas, especialmente a previdência social, para estabilizar e reduzir a dívida e obter espaço fiscal. Para acelerar o crescimento no médio prazo, outro desafio crucial no Brasil é aumentar o investimento e a produtividade. Isso exige políticas para superar os desafios de elevar os investimentos públicos e privados em infraestrutura, melhorar a qualidade do ensino, reduzir a burocracia e racionalizar o sistema tributário, aumentar a eficácia dos gastos públicos e aumentar a concorrência nos principais setores da economia.

4. **No Piauí, a pobreza priva uma parcela significativa da população de um padrão de vida, renda e autonomia adequados para vencer a exclusão social e produtiva.** Com um coeficiente de Gini de 0,566 em 2013 (acima do coeficiente nacional de 0,52), o Piauí tem o mais elevado nível de desigualdade entre os estados brasileiros e em toda a região da América Latina e Caribe, com a exceção do Haiti (0,592). Em 2013, o Programa Bolsa Família beneficiou diretamente 49% da população do estado com apoio à renda, mas 27,4% e 9,1% da população piauiense viviam na pobreza e na miséria,

¹ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios usando a linha da pobreza extrema do programa Brasil sem Miséria, atualizada para R\$ 77 por mês em junho de 2014.

² Destacam-se os gargalos na infraestrutura, os elevados custos trabalhistas, a baixa qualificação da mão de obra, a elevada carga fiscal e o sistema tributário oneroso, encargos administrativos excessivos, mercados de crédito pouco profundos e barreiras à concorrência e ao comércio internacional.

respectivamente.³ Sem os benefícios do Bolsa Família, pelo menos 50,6% da população do Piauí viveria na miséria. A diferença entre a renda mensal média dos homens e das mulheres é R\$ 1.023,02 e R\$ 826,63, respectivamente. Os grupos carentes têm acesso limitado a ensino, saúde e água e saneamento de qualidade. Além disso, se veem privados de recursos naturais, como terra e recursos hídricos, bem como de meios para melhorar sua produtividade e elevar a renda da família.

B. Contexto setorial e institucional

Ensino médio na rede pública

5. **O ensino médio na rede pública do Piauí está caracterizado por um baixo índice de matrícula líquido e uma elevada taxa de evasão.** O ensino médio no Brasil vai do décimo ao décimo segundo ano. Em 2014, havia 110.000 alunos no ensino médio geral na rede pública⁴ e 25.790 alunos no ensino médio técnico.⁵ Entre os matriculados no ensino médio na rede pública, 55% eram do sexo feminino. Em 2013, o índice de matrícula líquido no ensino médio em todo o Brasil era 55%, mas era apenas 46% no Piauí.⁶ Mais da metade dos jovens entre 15 e 17 anos estavam no ensino fundamental ou não frequentavam a escola. Entre os estados brasileiros, o Piauí tem a quarta taxa de evasão mais alta (16%). A evasão é especialmente problemática nos primeiros anos do ensino médio (10º ano), e sua taxa está entre as mais elevadas do Brasil (20% em comparação com 11% em nível nacional).

6. **A elevada taxa de evasão no ensino médio, sobretudo no segmento mais pobre da população do estado, resulta de uma falha sistemática das escolas estaduais na oferta de ensino de qualidade e apoio aos alunos, o que contribui para a exclusão social.** A decisão de abandonar a escola costuma ser motivada pela necessidade dos estudantes de famílias carentes de buscar uma renda.⁷ Além disso, o ensino médio na rede pública no Brasil oferece apenas de quatro a cinco horas de instrução por dia. Em áreas urbanas e rurais menos favorecidas, uma grande proporção dos alunos do ensino médio na rede pública vai à aula no turno da noite, que oferece uma qualidade de ensino mais baixa e ainda menos horas-aulas.⁸ A falta de professores nas áreas rurais, sobretudo de matemática, ciências e de matérias técnicas, afeta a disponibilidade de turmas. Os alunos não veem o

³ O Bolsa Família é um programa federal que oferece transferências diretas de renda a família que vivem na pobreza (renda mensal per capita entre R\$77,01 e R\$ 140,00) e na miséria (renda mensal per capita de até R\$77,00), desde que cumpram requisitos específicos nas áreas da saúde, educação e assistência social. O programa distribui três tipos de benefícios com base nos seguintes fatores: i) a renda mensal per capita da família; ii) o número de filhos com idade até 15 anos e iii) o número de adolescentes com 16 e 17 anos que frequentam a escola.

⁴ Em 2014, havia 17.487 alunos matriculados no ensino médio em escolas particulares, representando 13% do total das matrículas no ensino médio no Piauí.

⁵ Desde 2008, o Governo do Piauí vem oferecendo ensino médio técnico mediante a) a modalidade de ensino integrado para permitir aos estudantes ter aulas gerais e técnicas do ensino médio simultaneamente; ii) a modalidade concomitante para permitir aos estudantes matriculados no ensino médio geral em meio período estudar em uma escola técnica durante a outra metade do dia e iii) a modalidade subsequente, oferecida quase exclusivamente por meio do ensino a distância para permitir aos estudantes concluir o ensino médio técnico após a conclusão do ensino médio geral. Esta última modalidade também é chamada e-Tec, um programa federal do Ministério da Educação (MEC) administrado pelos governos estaduais cujo objetivo é oferecer aulas do ensino técnico por meio da educação a distância.

⁶ O índice de matrícula líquido no ensino médio não abarca os alunos matriculados em cursos nas modalidades concomitante e subsequente.

⁷ Um estudo de 2009 sobre a evasão escolar no Brasil mostra que a carência de renda é a segunda razão mais importante no Brasil (atrás apenas do interesse intrínseco na escola — as pessoas não acreditam que ir à escola seja uma opção atraente) para os alunos abandonarem o ensino médio geral (Neri, Marcelo, 2009, *Motivos da evasão escolar*, Fundação Getúlio Vargas).

⁸ O Piauí tem a segunda maior porcentagem de alunos que frequentam o ensino médio à noite (39,8% em 2014), atrás apenas do Amazonas (39,9%).

ensino médio geral oferecido pelo poder público como um fator importante para melhorar suas perspectivas de emprego no futuro, pois, ao concluírem seus estudos nas escolas estaduais, geralmente carecem das habilidades e qualificações exigidas pelo mercado de trabalho. Um indicador da baixa qualidade do ensino médio é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que, em 2013, permanecia abaixo das médias regional e nacional para o ensino médio (3,0 para o Piauí em comparação com 3,4 no Brasil como um todo). A Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC) está ampliando quatro programas destinados a reduzir a taxa de evasão no ensino médio⁹ e a exclusão social, a saber: a) a escola em tempo integral; b) o ensino médio técnico; c) o Programa Poupança Jovem e d) a Educação com Mediação Tecnológica (EMT) combinada com um programa informatizado de educação a distância para o ensino médio.

Serviços de saúde para domicílios da baixa renda

7. **Contrariamente à transição das doenças infecciosas para as doenças crônicas em muitos países desenvolvidos, esses dois grupos de patologias coexistem no Piauí.**¹⁰ As doenças circulatórias, o câncer e causas externas são as principais razões por trás das mortes no estado. Ao mesmo tempo, muitos dos municípios piauienses também são considerados áreas prioritárias para o tratamento de doenças tropicais negligenciadas e vinculadas à pobreza, como a hanseníase (lepra), a leishmaniose, o tracoma, a tuberculose, as helmintíases transmitidas pelo solo, a Doença de Chagas e a esquistossomose.¹¹ O estado criou um programa para implementar ações estratégicas para prevenir, controlar e atacar as doenças tropicais negligenciadas. No Piauí, a correlação entre o baixo nível socioeconômico e a mortalidade mais elevada em decorrência de doenças crônicas preveníveis¹² é atribuída a variações no acesso a serviços de saúde, à exposição a fatores de risco e ao baixo conhecimento de comportamentos preventivos, sobretudo nas áreas rurais. Além disso, a rede de saúde nos níveis estadual e municipal não supre as necessidades da população, especialmente em termos do diagnóstico e tratamento das doenças crônicas, o que aumenta a exclusão social. A gestão e coordenação do fluxo de pacientes são fracas e pacientes demais vêm para a capital, Teresina, em busca de tratamento ou porque são transferidos. Muitos pacientes não estão recebendo acompanhamento adequado nem têm acesso a procedimentos de prevenção. Na população adulta que passou por uma triagem, 20% afirma ter recebido o diagnóstico de hipertensão e 5%, de diabetes, mas

⁹ Um levantamento abrangente da eficácia dos diversos programas para reduzir as taxas de evasão no ensino médio na América Latina pode ser encontrado em Almeida, Fitzsimons e Rogers (2015), um documento de referência para o relatório regional sobre a América Latina de 2015 (Almeida, R., Fitzsimons, E. e Rogers, H. “*How to prevent secondary-school dropout in Latin America: Evidence from rigorous evaluation*”, mimeografia, Banco Mundial, 2015).

¹⁰ As doenças crônicas (também conhecidas como doenças não transmissíveis) não passam de uma pessoa para outra. São de longa duração geralmente avançam lentamente. Os quatro principais tipos de doenças crônicas são as doenças cardiovasculares (como o infarto e o acidente vascular cerebral), o câncer nos seus mais variados tipos, as doenças respiratórias crônicas (como a doença pulmonar obstrutiva crônica e a asma) e o diabetes (Organização Mundial da Saúde, OMS).

¹¹ As doenças tropicais negligenciadas são um grupo diverso de doenças com características distintas que se desenvolvem, sobretudo, entre as populações mais pobres. As 17 doenças tomadas como prioridades pela OMS são endêmicas em 149 países e afetam mais de 1,4 bilhão de pessoas, a um custo de bilhões de dólares a cada ano para as economias em desenvolvimento. Em maio de 2013, a 66ª Assembleia Mundial da Saúde (o fórum por meio do qual a OMS é governada) aprovou a Resolução WHA66.12, que insta pela intensificação de medidas integradas e investimentos planejados para melhorar a saúde e o bem-estar social das populações afetadas.

¹² Guerra 2005 (*Risco de Câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes*). Hahn 2011 (*Inequalities in adoption of cancer screening from a diffusion of innovation perspective: Identification of late adopters*) Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877782110001591> - item1

apenas uma pequena parte dessas pessoas é cadastrada para tratamento nas unidades de saúde.¹³

Gestão de recursos hídricos

8. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (SEMAR) carece da capacidade institucional para fazer cumprir as regulamentações relacionadas aos recursos hídricos e implementar as intervenções previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos. A gestão inadequada e ineficiente desses recursos aumentou a exclusão produtiva dos grupos mais pobres do Piauí que vivem na região semiárida e depende da agricultura de sequeiro. A extrema falta de água na porção leste do Piauí, sobretudo nos biomas do Sertão semiárido e da Caatinga¹⁴ contrasta com as terras relativamente bem irrigadas do restante do território piauiense. Durante secas rigorosas, os pequenos produtores perdem suas plantações e rebanhos, e hesitam em solicitar recursos de linhas de crédito subsidiadas (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) porque têm a percepção do risco de não conseguirem produzir e, conseqüentemente, pagar os empréstimos caso a seca se prolongue. Nenhuma das bacias hidrográficas tem planos de gestão e a SEMAR depende de informações fornecidas pelo solicitante e/ou por órgãos federais para analisar as solicitações de uso de recursos hídricos. A SEMAR mantém um cadastro das solicitações de direitos de uso de águas subterrâneas e das respectivas decisões desde 2006, quando o cadastro foi criado. Contudo, não existe um banco de dados que abranja as entidades não cadastradas nem as cadastradas até 2006. Ademais, os dados disponíveis no cadastro da SEMAR não permitem uma análise completa da demanda e oferta de recursos hídricos em bacias hidrográficas específicas. Em agosto de 2015, a SEMAR emitiu direitos permanentes de uso da água para menos de 10% dos 28.391 poços profundos instalados no estado.¹⁵ No caso das águas de superfície, a SEMAR dispõe de informações limitadas sobre o número de usuários porque nenhum estudo foi feito até o momento. Além disso, o estado tem subsídios à energia que contribuem para o uso ineficiente da água, sobretudo para a irrigação de culturas de larga escala.¹⁶ Essa situação tem graves conseqüências econômicas, ambientais e sociais, como o acesso limitado aos recursos hídricos em algumas regiões, o que prejudica a produção rural de agricultores de subsistência e de pequena escala, e resulta na exclusão produtiva.

Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis

9. **Modernizar a administração fundiária é essencial para formalizar a propriedade da terra, controlar a aquisição de terras estaduais e romper o ciclo da pobreza rural no Piauí.** Os

¹³ VIGITEL, Brasil. “Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.” Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília, DF: Ministério da Saúde (2013).

¹⁴ De acordo com as projeções dos modelos climáticos mundiais, a temperatura média na região Nordeste pode subir de 2 a 5 graus Celsius até o fim do século XXI. A região semiárida da Caatinga se tornaria ainda mais seca, com uma vegetação que é mais característica de climas áridos até 2050, devido à combinação de reduções na precipitação anual média e do aumento da evapotranspiração anual média. Nesse mesmo período, estima-se que a recarga das águas subterrâneas na Caatinga poderia cair mais de 70% na região (em comparação com taxas de 1961 a 1990). A falta de chuva afetaria diretamente a agricultura e a pecuária, bem como a geração e o consumo de eletricidade. Uma estação seca mais longa também afetaria o equilíbrio hidrológico regional e prejudicaria a atividade humana.

¹⁵ Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS).

¹⁶ No contexto da preparação do Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento (DPL) Inclusão Social e Produtiva no Piauí (P146981), em março de 2015 o Banco iniciou um diálogo com o Governo do Piauí sobre uma possível política para eliminar gradualmente os subsídios à energia que contribuía para o uso ineficiente de recursos hídricos nas áreas rurais, sobretudo para a irrigação de culturas de grande escala. O Governo do Piauí não poderia adotar a política proposta durante a preparação do DPL devido a restrições de tempo para executar o trabalho analítico, consultar as principais partes interessadas e chegar a um consenso entre os três poderes do Estado. Durante a supervisão do IPF, o Banco dará continuidade ao seu diálogo com o Governo do Piauí, sobretudo com as secretarias que se ocupam dos recursos hídricos e do desenvolvimento rural, e apoiará trabalho analítico pertinente sobre esse tema.

pequenos produtores representam 90% do setor agrícola do estado, mas controlam apenas uma pequena fração da terra, normalmente sem comprovação formal da propriedade.¹⁷ A informalidade da propriedade da terra também se estende aos agricultores de pequena e média escala que dominam a região do Cerrado e contribuem consideravelmente para o crescimento da agricultura do estado. O fato de que muitos agricultores carecem dos direitos de propriedade sobre os imóveis tem implicações socioeconômicas significativas, pois os expõe a uma desapropriação injusta, dificulta o acesso a crédito e linhas de financiamento subsidiado e impede os agricultores de adotar práticas agrícolas mais produtivas.¹⁸ Desde 2011, o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) implementou um programa de regularização da propriedade da terra por meio do qual terras do estado são concedidas a pequenos produtores rurais. À adoção desse programa, seguiu-se a tomada de uma série de medidas¹⁹ que deveriam desencadear um amplo processo de regularização da propriedade da terra, ajudando milhares de beneficiários da reforma agrária, milhares de pequenos agricultores que vinham ocupando terras do estado pacificamente há mais de cinco anos e dezenas de comunidades quilombolas.²⁰ Contudo, o progresso foi limitado pela falta de capacidade do INTERPI e pelas dificuldades na coordenação com o judiciário. No início de 2015, apenas 2.946 famílias e três comunidades quilombolas haviam tido seus direitos de propriedade formalizados.

Apoio das cadeias produtivas para os agricultores carentes

10. **A pobreza extrema no Piauí é mais alta nas áreas rurais, onde os agricultores carentes tiram sua renda da agricultura de subsistência e de pequena escala.** De 2012 a 2015, o Governo do Piauí implementou a primeira fase do Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE) para fortalecer a agricultura familiar e as respectivas cadeias produtivas.²¹ A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Piauí (SDR) coordena o PROGERE, que abrange intervenções nas atividades rurais como: a) o financiamento de iniciativas de negócios e o fortalecimento da agricultura familiar e das cadeias produtivas; e b) o apoio aos beneficiários do programa por meio de assistência técnica, aconselhamento em negócios e campanhas educacionais. Na sua primeira fase, o programa esteve presente em 112 municípios. Com a exceção de alguns casos de sucesso, como os projetos de produção de mel, os impactos da primeira fase do PROGERE não foram documentados inteiramente. O Governo do Piauí decidiu lançar uma versão aprimorada do PROGERE II, voltada para os grupos mais pobres e mais vulneráveis (mulheres, comunidades

¹⁷ Os pequenos agricultores são definidos como os que possuem e cultivam menos de 100 hectares.

¹⁸ Deininger (2003) explica: “O controle da terra é de especial importância para as mulheres, pois já foi demonstrado que a propriedade de ativos por elas afeta os gastos, por exemplo, na educação das meninas...”

¹⁹ Entre essas medidas, destacam-se: i) a criação de uma vara agrária em 2012 para tratar do crescente número de conflitos de terra, impulsionado pela rápida expansão do agronegócio no Cerrado; ii) o estabelecimento do Grupo Especial de Regularização Fundiária e de Combate à Grilagem (GERCOG), parte do Ministério Público; iii) a inauguração de um gabinete integrado de governança fundiária em Bom Jesus, em 2013; e iv) a criação do Centro de Regularização da Propriedade da Terra pela Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Piauí (CGJ) em 2013.

²⁰ Conforme definido pelo Decreto Federal 4.887/2003, as comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

²¹ O fortalecimento das cadeias produtivas é uma abordagem destinada a agregar valor a produtos e serviços à medida que eles passam de um elo para outro, sobretudo por meio de assistência técnica voltada para a produção e beneficiamento de matérias-primas, acesso a mercados, organização coletiva e processos de comercialização. Essa abordagem melhora as operações produtivas ao longo da cadeia e gera benefícios sociais, como a redução da pobreza, geração de renda e emprego, crescimento econômico, sustentabilidade do meio ambiente e igualdade de gênero, entre outros. As cadeias produtivas apoiadas no Piauí abrangem atividades como apicultura, piscicultura, ovinocultura/caprinocultura e cultivo de mandioca e caju.

quilombolas)²² e para atividades destinadas a reforçar a produtividade e oportunidades de geração de renda, ao mesmo tempo em que buscava assegurar a sustentabilidade social e ambiental da produção rural de subsistência e de pequena escala. O PROGERE II desenvolveria um sistema computadorizado de monitoramento e avaliação a ser usado por todos os beneficiários.

Gestão do setor público

11. **A capacidade do Governo do Piauí para direcionar e oferecer serviços aos mais vulneráveis é prejudicada pela sua baixa capacidade institucional para planejar e monitorar os programas, bem como pelas limitadas evidências sobre o desempenho e resultados dos programas para apoiar o processo de tomada de decisões.** Embora o Plano Plurianual (PPA) oriente o planejamento, os programas de investimento são altamente fragmentados e pautados em considerações setoriais e as decisões sobre o orçamento são tomadas de maneira assistemática. O recente crescimento das despesas de capital, que mais do que dobraram entre 2011 e 2014, não foi acompanhado por um reforço equivalente das práticas para alocar e gerir esses investimentos. Em consequência, a capacidade de gestão e a eficiência das despesas de capital continuam a ser baixas. A adoção do Sistema Integral de Monitoramento (SIMO) foi um importante primeiro passo rumo ao tratamento das brechas identificadas e à implementação de uma metodologia de monitoramento em diversos setores e baseada em resultados. Contudo, muitos dos problemas identificados durante a implementação dos projetos são gerados no início do ciclo de investimentos e resultam da fraca ligação entre o monitoramento, a avaliação e a tomada de decisões. Ademais, a cobertura do sistema de monitoramento ainda está limitada a apenas uma parte do programa do Governo do Piauí, e a capacidade das secretarias setoriais para acompanhar seus projetos ainda é baixa.

Incorporação de políticas inteligentes com relação ao gênero

12. **As lacunas entre os gêneros continuam a ser consideráveis no Piauí, sobretudo quando se trata de oportunidades no mercado de trabalho, níveis de renda e inclusão produtiva.** A parcela de famílias chefiadas por uma mulher mais do que dobrou entre 2000 e 2010 (de 17% para 38%) e é significativamente mais alta entre as famílias de baixa renda. Como as mulheres continuam a ganhar bem menos do que os homens, quanto mais uma família depende da renda da mulher, maior a probabilidade de ela ser pobre. O fato de que a parcela da renda das mulheres que contribui para a renda da família tenha aumentado em todo o estado indica a crescente vulnerabilidade dessas famílias, sobretudo nas áreas rurais, onde a proporção da renda das mulheres em relação à renda das famílias cresceu mais rápido do que nas áreas urbanas. Para coordenar as ações em termos de gênero e apoiar o crescimento inclusivo para as mulheres, em 2013 o Governo do Piauí criou a Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres do Piauí (CEPM).²³

C. Objetivos de nível mais alto para os quais o projeto contribui

13. **O projeto está plenamente alinhado com os objetivos da estratégia de desenvolvimento**

²² O PROGERE II usaria o Cadastro Único para direcionar com mais eficácia a expansão da cobertura dos programas de desenvolvimento rural e agricultura entre os pobres.

²³ A CEPM é responsável por: a) desenvolver e planejar políticas de gênero para dar autonomia às mulheres e, conseqüentemente, promover a igualdade de gênero; b) planejar e implementar campanhas educacionais para combater todas as formas de discriminação contra a mulher; c) articular, promover e implementar programas destinados a pôr em prática políticas para a mulher por meio de acordos de cooperação entre organizações públicas e privadas (nos níveis estadual, federal e internacional) e d) implementar e coordenar políticas de proteção das mulheres que vivem em situações vulneráveis.

do Governo do Piauí refletidos no PPA 2012–15 e no PPA 2016–19. O projeto abordará vários dos objetivos setoriais identificados nos PPAs, especialmente os relacionados: a) à garantia do acesso ao ensino de qualidade, com atenção para o ensino médio e a qualificação para o trabalho; b) à expansão do acesso igualitário à saúde de qualidade; c) à ampliação das oportunidades de emprego por meio da inclusão produtiva e d) ao aumento da capacidade do governo para implementar políticas públicas por meio do monitoramento e avaliação.

14. **O projeto é compatível com a Estratégia de Parceria com o País do Banco Mundial para 2012–15 (Relatório nº 63731-BR), discutida pelos Diretores Executivos em 1º de novembro de 2011.** O projeto aborda quatro objetivos estratégicos dessa estratégia: a) aumentar a eficiência dos investimentos públicos e privados; b) melhorar a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda; c) promover o desenvolvimento econômico regional e iv) melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais e a resiliência à mudança climática. O projeto é compatível com a abordagem recomendada de desenvolver novas parcerias no nível subnacional, com atenção para os desafios ligados à redução da pobreza no país. Nesse contexto, a estratégia estipula que o Banco deve dar ênfase às regiões mais pobres do país, sobretudo à região Nordeste, onde está localizado o Piauí.

II. OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

15. O objetivo do projeto é: a) reduzir a evasão de alunos do ensino médio na rede pública; b) ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento; c) expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra e d) aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural em cadeias de valor produtivas rurais.

A. Beneficiários do projeto

16. Entre os beneficiários do projeto, destacam-se 120.000 alunos do ensino médio (65.000 alunas), professores e diretores das escolas de ensino médio da rede pública; pacientes (40.000 consultas por ano) e profissionais de saúde dos cinco novos centros especializados em doenças crônicas (CEDCs); comunidades quilombolas; agricultores familiares e de pequena escala; autoridades municipais e pessoal de órgãos estaduais e federais; e mulheres chefes de família.

B. Indicadores dos resultados no nível do ODP

17. A consecução do ODP será medida por meio de cinco indicadores dos resultados: a) taxa de evasão no ensino médio na rede pública; b) pacientes com diagnóstico e/ou tratamento de doenças crônicas nos cinco novos CEDCs; c) usuários de águas subterrâneas no Cadastro Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e verificados pela SEMAR; d) beneficiários que receberam títulos de propriedade da terra por meio do programa estadual de regularização da propriedade da terra e e) mulheres pobres da área rural e comunidades quilombolas que participam de Planos de Investimentos Produtivos (PIPs).

III. DESCRIÇÃO DO PROJETO

18. O Financiamento de Projeto de Investimento proposto complementa e alavanca as reformas institucionais e de política apoiadas pelo Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento (DPL)

Inclusão Produtiva e Social no Piauí (P146981). O IPF e o DPL foram elaborados estrategicamente em conjunto para maximizar o impacto sobre os setores e atividades prioritários no estado. O Anexo 6 descreve o alinhamento das cadeias de resultados do IPF e do DPL com os objetivos do PPA do estado, além das sinergias que serviram de base para a concepção das duas operações. O quadro de resultados do IPF é independente daquele do DPL.

19. O projeto contribuirá para a consecução do duplo objetivo do Banco de eliminar a pobreza extrema e aumentar a prosperidade compartilhada ao apoiar os esforços do governo para ampliar a inclusão produtiva e social. O projeto terá como alvo os cidadãos mais pobres e mais vulneráveis do estado. Especificamente, as famílias rurais se beneficiarão a) de incentivos financeiros para estimular os alunos nas escolas do estado a concluir o ensino médio, além de melhores oportunidades para se matricular no ensino médio (por meio das escolas em tempo integral, do ensino médio técnico e da educação com mediação tecnológica); b) do reforço do diagnóstico e tratamento na área da saúde para responder às doenças crônicas, a principal causa de mortes no Piauí, e da melhoria do conhecimento e das informações sobre como reduzir as doenças tropicais negligenciadas; c) do cadastramento formal do uso dos recursos hídricos, que permitirá aos agricultores assegurar seus direitos e melhorar o uso produtivo desses recursos; d) de direitos de propriedade mais seguros, sobretudo para mulheres e comunidades quilombolas, e e) de apoio técnico e financeiro para aumentar a produtividade dos pequenos agricultores, inclusive por meio do uso mais adequado e eficiente dos recursos naturais. Por meio de um componente de assistência técnica, o projeto: a) reforçará os sistemas e capacitará o pessoal em diversas secretarias e órgãos estaduais associados com a implementação dos programas estratégicos relacionados acima; b) contribuirá para a geração de evidências para orientar a formulação de políticas em setores-chave, como educação, saúde e desenvolvimento rural; c) fortalecerá o quadro de monitoramento baseado em resultados e sua descentralização nas secretarias estaduais para fiscalizar a implementação dos programas estratégicos associados com o reforço da inclusão produtiva e social; d) apoiará a incorporação de uma perspectiva de gênero nas políticas e programas estratégicos (por ex., programas de geração de renda nas áreas rurais) e e) facilitará o acesso dos cidadãos pobres a mecanismos de resolução de queixas nos órgãos setoriais cujas ações são cruciais para reduzir a pobreza no Piauí.

A. Componentes do projeto

20. O projeto terá dois componentes; um apoiará a implementação dos Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) e outro prestará assistência técnica para fortalecer a gestão pública no estado do Piauí.

Componente 1. Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão dos recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais (custo total estimado: US\$ 1,1187 bilhão; Banco: US\$ 105,0 milhões).

Subcomponente 1.1: Melhoria da retenção no ensino médio na rede pública (custo total estimado: US\$ 621,1 milhões; Banco: US\$ 58,3 milhões)

21. Executar atividades destinadas a melhorar a retenção no ensino médio na rede pública ao, entre outras coisas: a) ampliar o programa Poupança Jovem para os alunos do ensino médio nos municípios-alvo; b) expandir o modelo da escola em tempo integral no ensino médio; c) expandir o ensino técnico médio; d) ampliar o ensino a distância para o ensino médio geral e e) restabelecer a avaliação dos

alunos nas escolas públicas do mutuário.

Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde (custo total estimado: US\$ 356,6 milhões; Banco: US\$ 33,5 milhões)

22. Executar atividades destinadas a ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento ao, entre outras coisas: a) estabelecer e operacionalizar cinco CEDCs e b) elaborar e aplicar os protocolos estaduais e a regulação médica.

Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas (custo total estimado: US\$ 19,0 milhões; Banco: US\$ 1,8 milhão)

23. Executar atividades destinadas a implementar o CERH ao, entre outras coisas: a) elaborar e implementar campanhas de informação e comunicação para cadastrar usuários de águas subterrâneas no CERH e b) fazer a verificação do cadastramento desses usuários.

Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis (custo total estimado: US\$ 56,8 milhões; Banco: US\$ 5,3 milhões)

24. Executar atividades destinadas a apoiar a implementação do programa de regularização fundiária e a fortalecer os direitos de propriedade de bens imóveis ao, entre outras coisas: a) fortalecer e modernizar o INTERPI; b) fazer a identificação, demarcação e cadastramento das terras do estado; c) executar o programa de regularização da propriedade da terra e d) apoiar a operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra.

Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais (custo total estimado: US\$ 65,2 milhões; Banco: US\$ 6,1 milhões)

25. Executar atividades destinadas a aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural, inclusive de mulheres e comunidades quilombolas em cadeias de valor produtivas ao: a) financiar Planos de Investimentos Produtivos e b) formar capacidades em assistência técnica e gerencial, bem como em organização institucional e logística.

Componente 2: Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário (custo total estimado: US\$ 14,7 milhões; Banco: US\$ 14,7 milhões).

Subcomponente 2.1: Modernizar a gestão das despesas e do investimento no setor público (custo total estimado do Banco: US\$ 3,3 milhões)

26. Prestar assistência técnica para modernizar as práticas de gestão das despesas e do investimento no setor público mediante, entre outras coisas: a) o reforço do processo de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos de investimento em um único sistema baseado em resultados; b) a execução de um estudo sobre as despesas públicas e a responsabilidade financeira do mutuário e o reforço da capacidade do mutuário para implementar processos de gestão financeira simplificados e um sistema de contabilidade de exercício alinhado com as normas de contabilidade nacionais e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS); c) a oferta de capacitação sobre a adoção das normas da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores; d) a modernização dos procedimentos e processos do mutuário para fazer auditorias internas; e) a concepção e implementação do novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos do mutuário e f) a gestão do projeto, abrangendo a contratação de pessoal-chave para o projeto, a entidade de verificação independente e os custos operacionais.

Subcomponente 2.2: Fortalecer a capacidade do mutuário para a gestão dos recursos hídricos, gestão fundiária e desenvolvimento rural (custo total estimado do Banco: US\$ 7,5 milhões)

27. Prestação de assistência técnica para reforçar a capacidade do mutuário para fazer o cadastramento dos recursos hídricos, a regularização da propriedade da terra e o desenvolvimento rural mediante, entre outras coisas: a) a operacionalização e manutenção do Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental (CGEO); b) o teste-piloto de um sistema integrado de cadastramento de bens imóveis para cartórios e c) a criação de um sistema computadorizado de monitoramento, informação e gestão para o PROGERE II.

Subcomponente 2.3. Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas e a prática nas áreas da educação, saúde, gênero e participação dos cidadãos (custo total estimado do Banco: US\$ 3,9 milhões)

28. Prestação de assistência técnica para gerar evidências em apoio à formulação de políticas nas áreas da educação, saúde, gênero e envolvimento dos cidadãos ao, entre outras coisas: a) fazer uma avaliação de impacto e estudos sobre o ensino médio; b) elaborar um plano estadual de regulação da saúde (PERS) e fazer uma avaliação de impacto e estudos sobre as doenças negligenciadas; c) fazer estudos sobre o gênero no território do mutuário e d) capacitar a Ouvidoria do mutuário.

B. Financiamento do projeto

Instrumento de crédito

29. O IPF de US\$ 120 milhões cofinanciará intervenções multissetoriais baseadas nas prioridades estratégicas do Governo do Piauí. O projeto seguirá a) uma abordagem baseada em resultados no âmbito do Componente 1 e b) uma abordagem de investimento em assistência técnica no âmbito do Componente 2. Quinze indicadores vinculados a desembolsos foram selecionados para as atividades no âmbito do Componente 1 (veja a Tabela 3.6 do Anexo 3). Os DLIs marcarão o progresso rumo à obtenção dos resultados intermediários em cada subcomponente para assegurar que cada um deles contribua para a consecução do ODP. Os EEPs são um subconjunto dos programas existentes dos PPA do Governo do Piauí, os quais foram selecionados como programas prioritários a serem apoiados por esta operação.²⁴

²⁴ Os EEPs abrangem os projetos e atividades delineados no Anexo 2.

Custo do projeto e financiamento

Componentes do projeto	Custo do projeto (US\$)	Financiamento do BIRD (US\$)	% do financiamento
1. Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão dos recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais	1.118.685.570	105.000.000	9,4*
2: Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário	14.700.000	14.700.000	100,0
Custo total do projeto	1.133.385.570		
Taxa inicial	300.000	300.000	100,0
Necessidade de financiamento total	1.133.685.570**	120.000.000	10,6

Nota: * A porcentagem do financiamento nesta tabela se baseia na relação entre o financiamento do BIRD e o custo do projeto para o Componente 1.

** O custo total do projeto foi calculado com base nos montantes dos orçamentos das EEPs para o período 2015–20 e no montante do empréstimo do Banco. Os montantes dos orçamentos por ano se basearam na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 e 2016, bem como em previsões para 2017–19, com o acréscimo de uma taxa de inflação de 10% ao ano. Taxa de câmbio US\$1 = R\$ 3,80 (em 30 de outubro de 2015 – avaliação inicial do projeto; *Fonte*: Banco Central do Brasil).

C. Lições extraídas e refletidas na concepção do projeto

30. **Ensino médio na rede pública.** A concepção das atividades na área da educação foi embasada por programas semelhantes no Brasil e na região que tinham como objetivo ampliar o acesso ao ensino e reduzir as taxas de evasão, como o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Trabalhos experimentais na Colômbia²⁵ e o programa Oportunidades no México²⁶ apontam que incentivos para chegar até a graduação podem ser eficazes para aumentar a frequência e assegurar a conclusão dos estudos. Evidências preliminares apresentados em Neri (2010) mostram que, em comparação com as pessoas apenas com ensino médio, os alunos que concluíram o ensino médio técnico têm uma probabilidade 48% maior de conseguir emprego, têm 38% mais chances de encontrar esse emprego no setor formal e ganham 13% mais.

31. **Serviços de saúde para domicílios da baixa renda.** Centros de saúde especializados semelhantes aos propostos no Piauí já existem em outros estados da região Nordeste.²⁷ ²⁸ Eles ajudaram a ampliar o acesso de paciente a uma gestão clínica melhor das doenças crônicas, o que levou a melhores resultados em termos de saúde. O projeto também reflete as constatações de estudos, destacando o acesso à atenção especializada como, atualmente, um dos principais gargalos para a

²⁵ Barrera-Osorio, Bertrand, Linden e Perez-Calle. 2008. “Conditional Cash Transfers in Education Design Features, Peer and Sibling Effects Evidence from a Randomized Experiment in Colombia.” *NBER Working Paper 13890*.

²⁶ Behrman, Jere R., Jorge Gallardo-García, Susan W. Parker, Petra E. Todd e Viviana Vélez-Grajales. 2010. *How Conditional Cash Transfers Impact Schooling and Work for Children and Youth in Urban Mexico*.

²⁷ Macêdo, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro e Márcia Maria Jorge Damasceno. 2013 Análise de desempenho do sistema único de saúde na região nordeste do Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* 18.3 (2013): 20-36.

²⁸ <http://portal.saude.pe.gov.br/unidades-de-saude-e-servicos/secretaria-executiva-de-atencao-saude/upaes>.

melhoria dos indicadores²⁹ da saúde no país.³⁰

32. **Direitos de propriedade de bens imóveis.** O projeto reflete a literatura sobre o papel da garantia dos direitos de propriedade de bens imóveis, da administração fundiária do estado e de sistemas sólidos de administração fundiária para a inclusão social, o crescimento econômico e a gestão dos recursos naturais.³¹ Incorpora as lições extraídas dos projetos de administração fundiária do Banco Mundial em Honduras, Guatemala e Panamá, bem como do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Pará (P082651). Esses projetos salientam a importância de: a) garantir o compromisso político; b) visar às áreas prioritárias para a regularização da propriedade da terra em vez de implementar uma regularização sistemática da terra; c) promover a comunicação social e a participação dos beneficiários e d) avaliar as atividades de regularização da terra para gerar evidências acerca do seu impacto sobre a redução da pobreza.

33. **Cadeias de valor produtivas para os agricultores carentes.** O projeto contém lições extraídas do Relatório de Conclusão da Implementação do Projeto de Redução da Pobreza Rural no Piauí (P050881, Empréstimo 7399-BR) e da avaliação do Grupo de Avaliação Independente, que destacou a necessidade do direcionamento dos benefícios, do investimento na capacitação constante e de um processo orçamentário transparente nos conselhos municipais. As operações do Banco na Bahia, Pernambuco e Ceará também orientaram a concepção do PROGERE II. O relatório de junho de 2003 do Banco Mundial intitulado “Rural Poverty Alleviation in Brazil: Toward an Integrated Strategy” identificou os principais determinantes da pobreza rural na região Nordeste e propôs um quadro estratégico e opções de política, como a intensificação agrícola no setor das pequenas propriedades, o estímulo ao crescimento do setor rural não agrícola e os incentivos aos jovens, os quais foram considerados na concepção do projeto.

34. **Gestão do setor público.** A concepção do componente de assistência técnica é embasada pelas lições extraídas de operações semelhantes e está em linha com as recomendações de vários trabalhos analíticos do Banco sobre a gestão pública no Brasil, como *The Public Investment Management System of Brazil* (Brumby, Melo e Velloso, 2011) e *Performance Gains in Results-Based Management in Brazil* (Viñuela e Zoratto, 2013). Esses estudos descrevem as experiências de outros estados brasileiros que adotaram sistemas de gestão e monitoramento baseados em resultados para melhorar os resultados nas áreas de prestação de serviços.

35. **Incorporação de políticas inteligentes com relação ao gênero.** A concepção de atividades visando à incorporação das questões de gênero está alinhada com as constatações do *World*

²⁹ Tanaka, Oswaldo Yoshimi. 2010. *The Difficult Access to Secondary Health Care Services: São Paulo City Case Study, Brazil*. *Physis Revista de Saúde Coletiva* 20.3 (2010): 953–972.

³⁰ Pires, M. R. G. M., et al. 2010. *Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica*. *Ciência & Saúde Coletiva* 15.Suppl 1 (2010): 1009–19.

³¹ O projeto reflete as constatações de uma série de estudos analíticos feitos pelo Banco no Brasil que resultaram na publicação do relatório *Legalizing Brazil*, de 2011 e na avaliação *Brazil Land Governance Assessment Framework*, de 2014. Esses documentos indicam que as pessoas que detêm direitos precários de propriedade de bens imóveis tendem a descumprir a lei ambiental e geralmente adotam práticas agrícolas insustentáveis que levam à degradação da terra. O relatório *Land Governance Assessment Framework* também destacou a necessidade de abordar o funcionamento dos cartórios para aumentar a segurança da propriedade da terra.

Development Report on Gender Equality and Development,³² do *Gender in Agriculture Sourcebook*³³ e de estudos feitos em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).³⁴ O *World Development Report* estabelece a igualdade de gênero como um objetivo central do desenvolvimento por si só e crucial para aumentar a produtividade e a eficiência econômica, bem como para alcançar os demais resultados em termos de desenvolvimento.

IV. IMPLEMENTAÇÃO

A. Mecanismos institucionais e de implementação

36. O projeto é uma operação multissetorial que abrange atividades em 10 setores: a) educação; b) saúde; c) gestão dos recursos hídricos; d) regularização da propriedade da terra; e) cadeias produtivas rurais; f) gestão do setor público; g) gestão das finanças públicas; h) gestão de compras; i) gênero e j) envolvimento dos cidadãos. Em vista da sua natureza, o projeto será executado por 12 órgãos de implementação: SEDUC, Secretaria da Saúde do Estado do Piauí (SESAPI), SEMAR, INTERPI, SDR, Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ), TCE, CGE-PI, Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD), CEPM e Ouvidoria-Geral do Estado do Piauí (OGE). A SEPLAN é a principal interlocutora e coordenadora do Banco Mundial em termos de preparação e implementação do projeto. A SEPLAN criará e aparelhará uma unidade de implementação do projeto (UIP). Além disso manterá contato com a SEFAZ para todos os assuntos relacionados à prestação de informações sobre a gestão financeira, desembolsos e auditoria do projeto. Um Comitê de Gestão do Projeto liderado pela SEPLAN será instituído para avaliar as prioridades estratégicas e o desempenho do projeto. A SEPLAN elaborou o Manual Operacional do Projeto, detalhando mecanismos de implementação satisfatórios para o Banco.

B. Monitoramento e avaliação dos resultados

37. A SEPLAN usará o SIMO para acompanhar o progresso obtido com relação aos resultados e impactos. A UIP contará com um especialista em monitoramento e avaliação. Pontos focais técnicos em cada secretaria e órgão estadual associado monitorarão o progresso nos seus respectivos setores. Relatórios sobre o projeto indicarão o progresso obtido no âmbito dos componentes do projeto e medirão o desempenho com base em indicadores estabelecidos no quadro de resultados, e as mensurações serão enviadas ao Banco duas vezes por ano, antes das solicitações de desembolso. Durante a implementação do projeto, indicadores intermediários sinalizarão se são necessários ajustes ou correções no curso. Uma revisão intermediária será feita para avaliar o progresso do projeto e para fazer ajustes conforme necessário. O Governo do Piauí contratará uma entidade de verificação independente para fazer duas auditorias técnicas durante a implementação do projeto, voltadas para a consecução dos DLIs.

C. Sustentabilidade

38. O Governo do Piauí demonstrou seu compromisso por meio da sua concordância em financiar uma parcela substancial dos EEPs. Esse forte senso de propriedade está evidente na priorização dos

³² Banco Mundial, 2011. *World Development Report 2012 Gender Equality and Development*. Washington, DC: Banco Mundial.

³³ Banco Mundial, 2009. *Gender and Agriculture: Sourcebook*. Washington, D.C.: Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

³⁴ IPEA 2011, Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: IPEA.

projetos estratégicos na documentação da LOA e do PPA. Além disso, ao vincular a aprovação do IPF com o DPL, o governo estadual também assegurou que importantes reformas institucionais e de política promulgadas recentemente serão apoiadas por meio da implementação e execução do orçamento do governo. O IPF reforça o foco nos resultados promovido por meio do uso e expansão do novo sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação. O Governo do Piauí reafirmou seu empenho em promover um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo. O governador confirmou que o projeto continua a ser uma prioridade do Governo Federal para a região Nordeste.

V. PRINCIPAIS RISCOS

A. Classificação global do risco e explicação dos principais riscos

39. O risco global da implementação do projeto é considerado substancial. Os riscos mais importantes e as medidas de mitigação são discutidos nos parágrafos a seguir.

40. O Brasil está atravessando uma recessão profunda e generalizada, que foi amplificada por uma política fiscal e monetária contracionista. O fato de o Piauí ser fortemente dependência de transferências do Governo Federal cria um risco substancial para a consecução do ODP, pois a queda das transferências da União e das próprias receitas estaduais pode prejudicar a implementação dos programas do Governo do Piauí apoiados pelo projeto. As finanças do Piauí também são vulneráveis aos atuais ajustes de preços no nível nacional, mais especificamente os ajustes das taxas de câmbio e de juros. Esses riscos são mitigados pelo nível e composição da dívida do Governo do Piauí, que permanece baixa, com uma pequena parcela denominada em moeda estrangeira (23% do total ou 1,6% das receitas correntes líquidas no fim de 2014). Contudo, as medidas de consolidação fiscal devem ajudar a fortalecer a posição fiscal do Piauí e assegurar a sustentabilidade dos resultados.

41. Existe o risco de que a SEPLAN não consiga coordenar as atividades do projeto nos 10 setores e 12 órgãos de implementação. Para mitigar esse risco, a SEPLAN criará e aparelhará uma UIP com funções e responsabilidades específicas para acompanhar cada setor durante a implementação do projeto. Cada setor também formulou planos de ação com calendários para facilitar o monitoramento e coordenação das atividades do projeto. A SEPLAN também se manterá envolvida e prestará contas regularmente ao governador sobre o progresso na implementação do projeto.

42. Existe o risco de que a SEDUC não consiga contratar professores suficientes com a especialização necessária para trabalhar nas escolas em tempo integral e no ensino médio técnico. Para mitigar esse risco, a SEDUC fará um mapeamento das escolas para determinar a localização das novas escolas em tempo integral e das instituições de ensino médio técnico, mapeamento esse que também levará em conta a disponibilidade de professores para remanejamento e contratação.

43. Existe o risco de que alguns pacientes com doenças crônicas não sejam admitidos ou atendidos adequadamente nos novos CEDCs. Para mitigar esse risco, o acesso aos CEDCs terá unidades de regulação centralizadas que usarão protocolos para garantir o diagnóstico e tratamento das pessoas necessitadas e o uso racional dos recursos.³⁵

³⁵ As unidades de regulação são áreas, normalmente equipadas com telefones e computadores com acesso à Internet, em que um grupo de médicos trabalha 24 horas por dia recebendo solicitações de testes para diagnóstico e de consultas com especialistas, além de hospitalização. Os procedimentos médicos são aplicados ou negados de acordo com protocolos clínicos estabelecidos.

44. Existe o risco de que os cartórios se recusem a modernizar suas práticas de trabalho e aplicar as novas regulamentações federais e estaduais, prejudicando a regularização da propriedade da terra. Para mitigar esse risco, o projeto oferecerá assistência técnica para aumentar a capacidade da CGJ, que é responsável por fiscalizar o funcionamento dos cartórios. O sistema integrado de cadastramento de bens imóveis para cartórios, que também receberá o apoio da assistência técnica, deve reduzir os possíveis gargalos e oportunidades de corrupção.

45. Existe o risco de que os agricultores não adotem as novas práticas agrícolas. Para mitigar esse risco, foi elaborado e aprovado pelo Banco um manual operacional para o PROGERE II antes da implementação do programa. Cada PIP será avaliado cuidadosamente e o Governo do Piauí decidirá como ampliar o programa da maneira mais eficaz, com a orientação da equipe técnica do Banco.

46. Existe o risco de que alguns órgãos de implementação não disponham da estrutura organizacional para executar suas funções. Para mitigar esse risco, projeto oferecerá assistência técnica para reforçar a capacidade institucional das principais instituições (como a SEMAR, o INTERPI e a SDR). O plano de apoio à implementação do projeto leva em consideração esses pontos fracos e aloca recursos suficientes do Banco para a prestação contínua de apoio técnico, fiduciário e de salvaguardas ao longo de todas as etapas da implementação.

47. Existem riscos de gestão financeira relacionados aos complexos mecanismos de implementação do projeto, envolvendo vários executores do orçamento e um grande volume de transações. Para mitigar esse risco, o projeto está centralizando as responsabilidades de coordenação na SEPLAN e usando o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFEM) do estado.

48. Existe o risco de que o estado não tenha a capacidade para assumir tarefas adicionais na área de compras que vão além das operações atuais nem um sistema de informação para gerir os dados das compras. Para mitigar esse risco, o projeto criará pelo menos dois comitês especiais de licitação comitês especiais de licitação na Diretoria de Licitações (DL) para processar a assistência técnica e todos os EEPs que envolvem uma licitação pública internacional (LPI). O projeto também financiará a concepção e implementação de um novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos (no âmbito do Componente 2) a fim de melhorar o desempenho na área das compras públicas no estado.

VI. RESUMO DA AVALIAÇÃO

A. Análise econômica e financeira

49. Os resultados da avaliação econômica mostram que o projeto tem benefícios sociais e econômicos que afetam de maneira positiva o desenvolvimento do Piauí. A previsão é que o projeto gere uma taxa interna de retorno de 16%. O valor atualizado dos benefícios líquidos previstos está estimado em R\$ 1,626 bilhão. Os resultados da análise de risco mostram uma probabilidade de 87,8% de obter retornos positivos, o que assegura que as atividades do projeto terão resultados positivos.³⁶

³⁶ A avaliação econômica foi feita com relação às atividades nas áreas da educação e saúde no âmbito do Componente 1, correspondendo a 78% dos investimentos propostos. No caso da educação, a avaliação usou uma amostra representativa de subprojetos. Uma análise de custos e benefícios foi usada para avaliar as intervenções e foi reforçada por análises de sensibilidade e de riscos.

Os resultados mostram que um estouro dos custos do investimento transmite um risco médio para os resultados econômicos do projeto, pois o aumento pode chegar a até 70% na educação e 50% na saúde e, ainda assim, o projeto renderia benefícios positivos. Está confirmado que o financiamento público é o melhor instrumento para implementar e sustentar as intervenções e que o Governo do Piauí está empenhado em promover um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo por meio dessas intervenções. Para garantir o uso mais eficiente dos recursos públicos, o projeto foi concebido com desembolsos baseados em resultados, o que reforça a assistência técnica voltada para a expansão de um sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação.

B. Aspectos técnicos

50. A concepção técnica do projeto tira partido de diversos diagnósticos das limitações à inclusão produtiva e social no Piauí feitos durante a preparação. A preparação do projeto foi embasada por operações anteriores financiadas pelo Banco no Piauí.³⁷ Os setores selecionados foram identificados como áreas com gargalos cruciais para a expansão e melhoria da qualidade e sustentabilidade dos serviços para as populações mais pobres e mais vulneráveis no Piauí.

51. Os programas educacionais estão em linha com as políticas nacionais, bem como com as melhores práticas internacionais. As ETIs possibilitam estender o tempo de instrução dos alunos e oferecer um currículo mais rico e diversificado, inclusive com mais aulas, mais horas de laboratório para pôr em prática o que é aprendido em sala de aula e atividades extracurriculares para melhorar a aprendizagem. O ensino médio técnico e a educação com mediação tecnológica oferecem acesso a um currículo de ensino médio mais diversificado, com melhores perspectivas de entrada no mercado de trabalho, além de um modo alternativo de oferta do ensino médio geral aos alunos em áreas rurais isoladas.³⁸ De maneira análoga, para reduzir a exclusão social no acesso das populações nas áreas rurais e mais pobres ao diagnóstico e tratamento de doenças crônicas, a localização dos cinco novos CEDCs foi definida com base: a) na infraestrutura de transportes; b) na distribuição homogênea dos centros e c) na elevada demanda em relação à escassa oferta de atendimento.

52. O projeto identificou a alocação dos direitos de uso dos recursos hídricos com base na legislação federal e estadual sobre recursos hídricos para lidar com possíveis polêmicas ou disputas entre os diversos usuários durante e após o cadastramento e alocação dos direitos sobre os recursos hídricos. O projeto identificou regularização da propriedade da terra, conferindo direitos de propriedade de bens imóveis, como um instrumento por meio do qual os agricultores mais pobres e vulneráveis poderiam ter acesso aos benefícios associados à propriedade formal da terra, como redes de segurança social, acesso a crédito e meios sustentáveis de geração de renda. O projeto identificou a diversificação voltada para o mercado como forma de aumentar a renda dos agricultores de pequena escala.

53. O projeto reconheceu que muitos dos problemas encontrados na implementação dos programas

³⁷ Como o Projeto de Redução da Pobreza Rural no Piauí (P050881), o DPL Crescimento Verde e Inclusão no Piauí (P126449), o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Bahia (P147157), o Projeto de Redução da Pobreza Rural na Bahia (P057649), o Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade (P121167) e o Projeto Inclusão Econômica Rural de Pernambuco (P120139).

³⁸ Programas semelhantes no Brasil demonstraram melhorias no acesso à educação e redução das taxas de evasão. O Estado do Amazonas implementou um programa semelhante que atingiu mais de 25% das 6.100 comunidades rurais em todos os 62 municípios do estado, beneficiando 30.000 alunos, 80% deles no ensino médio (Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação no Amazonas, um projeto do Banco Interamericano de Desenvolvimento de 2013).

de desenvolvimento resultam da inadequação do planejamento e do cálculo dos custos. A ampliação da abrangência do SIMO permitirá uma gestão mais sistemática do ciclo do projeto. Metodologias melhores de planejamento e definição de custos baseadas nas melhores práticas devem melhorar o desempenho do programa.

C. Gestão financeira

54. O Banco fez uma avaliação dos mecanismos de gestão financeira em conformidade com a OP/BP 10.00 e o Manual de Prática de Gestão Financeira (*Financial Management Practice Manual*).³⁹ Além disso, a SEFAZ alocará especialistas na área dedicados para cumprir as diversas tarefas de gestão financeira detalhadas no Manual Operacional do Projeto. O especialista em gestão financeira assegurará um fluxo regular de informações entre os órgãos de implementação. A SEFAZ será responsável pelo fornecimento dos dados de despesas orçamentárias necessários para fins dos desembolsos. Os mecanismos de gestão financeira são considerados adequados e prontos para a implementação. Os riscos fiduciários foram identificados e as medidas de mitigação apropriadas foram tomadas.

D. Compras

55. A Diretoria de Licitações da SEAD é responsável por centralizar os mecanismos de compra de equipamentos médicos, serviços de telecomunicações e internet, veículos oficiais, produtos farmacêuticos, passagens aéreas, serviços terceirizados, bem como a seleção de consultores. O projeto criará dois comitês especiais de licitação no âmbito da DL para executar processos de compra complexos no Componente 2 e todos os EEPs que envolvam o método LCI, bem como para fazer o controle de qualidade. O projeto apoiará os órgãos de implementação na elaboração das especificações técnicas e termos de referência. O Banco oferecerá capacitação às contrapartes sobre as diretrizes de compras do Banco.

E. Aspectos sociais (inclusive salvaguardas)

56. Os impactos sociais associados com o projeto serão, em sua maioria, positivos e benéficos para os pobres, sobretudo nas áreas rurais do estado e entre os seus grupos mais vulneráveis (como as suas 82 comunidades quilombolas).

57. A OP/BP 4.10 – Povos Indígenas não é acionada neste projeto. Não há povos indígenas nas áreas do projeto. No Piauí, três grupos sociais atualmente estão reivindicando o reconhecimento da sua identidade indígena: Cariri, Itacoatiara e Codó Cabeludo. Contudo, eles não satisfazem os quatro critérios estabelecidos na OP 4.10 para identificar povos indígenas porque a) apesar da sua autoidentificação como membros de um grupo cultural distinto, eles não foram reconhecidos por outros como povos indígenas; b) não têm ligação coletiva com habitats geograficamente distintos ou territórios ancestrais na área do projeto nem aos recursos naturais desses habitats e territórios; c) não têm instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas consuetudinárias separadas daquelas da sociedade e da cultura dominante e d) não mantêm um idioma indígena diferente do idioma oficial do país ou região. Embora esses três grupos enfrentem elevados graus de vulnerabilidade, não diferem das outras comunidades rurais pobres do estado quanto ao acesso aos programas públicos nem

³⁹ Publicado pelo Financial Management Sector Board em 1º de março de 2010.

necessitam de um tratamento distinto para fins de inclusão social.

58. A OP/BP 4.12 – Reassentamento Involuntário é acionada por precaução, pois a regularização da propriedade dos territórios quilombolas poderia levar ao reassentamento involuntário dos moradores que não se identificarem como quilombolas. O Governo do Piauí elaborou um marco de política de reassentamento no âmbito do Marco de Gestão Ambiental e Social.

59. O projeto recorrerá aos mecanismos institucionais existentes para receber, registrar e responder a reclamações, bem como para envolver os cidadãos. A OGE é responsável por essa função. A ousa do sistema estadual evita a proliferação ineficiente de estruturas institucionais e, ao mesmo tempo, permite que o projeto contribua para o fortalecimento da capacidade interna que já existe ao simplificar os procedimentos.

60. Foram mantidas consultas com as principais partes interessadas e foram abordados os possíveis impactos sociais e ambientais das políticas e programas apoiados por este projeto. Os impactos positivos para os pobres foram ressaltados ao longo de todo o processo de consulta. Alguns representantes de partes interessadas como os agricultores familiares, os trabalhadores sem terra, as associações quilombolas e ONGs ambientais manifestaram sua preocupação com a capacidade institucional dos órgãos estaduais para implementar as atividades e alcançar os resultados previstos dentro do cronograma do projeto. Essas preocupações foram consideradas na concepção do amplo conjunto de atividades apoiadas pelo componente de assistência técnica, sobretudo com relação ao fortalecimento das instituições responsáveis pela implementação da gestão fundiária e dos recursos hídricos e dos planos de investimentos produtivos rurais. Os indicadores e as respectivas metas também foram selecionados cuidadosamente para assegurar que o progresso pudesse ser medido e que resultados incrementais pudessem ser alcançados durante a implementação do projeto.

F. Aspectos ambientais (inclusive salvaguardas)

61. O projeto está classificado na Categoria “B”, pois os possíveis impactos ambientais são limitados em abrangência, localizados e temporários. A avaliação ambiental concluiu que o projeto deve ter um impacto global positivo sobre o meio ambiente, pois o programa de concessão de títulos de terras favorece a preservação das áreas de proteção. O Governo do Piauí elaborou um Marco de Gestão Ambiental e Social abrangente, em conformidade com o exigido pela OP/BP 4.01 – Avaliação Ambiental, inclusive com um plano para o controle de pragas, um marco de política de reassentamento para orientar sobre possíveis questões ambientais que poderiam surgir durante a implementação do projeto e orientação ambiental para as obras de construção das clínicas de saúde. Além disso, elaborou um Plano de Gestão do Lixo Hospitalar⁴⁰ para a futura operação das clínicas e um Plano de Gestão Ambiental (PGA) específico para o Subcomponente 1.5.

62. OP/BP 4.04 – Hábitats Naturais foi acionada porque o projeto abrange um programa de regularização fundiária. A OP/BP 4.04 define os critérios da regularização fundiária e os procedimentos de gestão para evitar possíveis impactos sobre áreas de biodiversidade sensíveis e sobre áreas de proteção

⁴⁰ O Plano de Gestão do Lixo Hospitalar foi elaborado em conformidade com a legislação brasileira, especialmente a Lei Federal 9.782/99, uma regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC Anvisa 33/03) e a Resolução 283/01 do Conama. Esses regulamentos estão em conformidade com o exigido pelo Grupo Banco Mundial (IFC) nas suas diretrizes ambientais, de saúde e de segurança para instalações de saúde.

63. A OP/BP 4.09 – Controle de Pragas foi acionada por precaução, pois o projeto não apoiará a compra nem o aumento do uso de pesticidas e outros agroquímicos.

64. A OP/BP 4.11 – Recursos Culturais Físicos foi acionada por precaução, pois o projeto não apoiará a regularização da propriedade da terra nem qualquer outro tipo de atividade em áreas com recursos culturais físicos conhecidos. O projeto leva em consideração o fato de que o Piauí tem sítios arqueológicos importantes.

65. A OP/BP 4.36 – Florestas foi acionada por precaução, pois o projeto não apoia nenhuma atividade que possa causar impactos negativos sobre a saúde e a qualidade das florestas. No geral, o projeto contribuirá para a conservação e restauração dos biomas do Cerrado e da Caatinga, inibindo o desmatamento nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e nas áreas de Reserva Legal (RL), conforme definição constante do Código Florestal. O MGAS considera as exigências da OP/BP 4.36 sempre que atividades de restauração e plantio estão sendo planejadas

G. Resolução de queixas pelo Banco Mundial

66. As comunidades e pessoas que acreditem estar sendo afetadas adversamente por um projeto apoiado pelo Banco podem apresentar queixas aos mecanismos de resolução de queixas no nível do projeto ou ao Serviço de Resolução de Queixas (GRS) do Banco Mundial. O GRS garante que as queixas recebidas serão examinadas prontamente a fim de resolver as preocupações relacionadas ao projeto. As comunidade e pessoas afetadas pelo projeto podem apresentar sua queixa ao Painel de Inspeção Independente do Banco, que determina se houve, ou se poderia haver, danos em consequência de o Banco deixar de cumprir suas políticas e procedimentos. As queixas podem ser enviadas a qualquer tempo após a preocupação haver sido encaminhada diretamente à atenção do Banco e a Direção do Banco haver tido a oportunidade de responder. Informações sobre como apresentar queixas ao GRS podem ser encontradas em <http://www.worldbank.org/grs>. Informações sobre como apresentar queixas ao Painel de Inspeção do Banco estão disponíveis em www.inspectionpanel.org.

Anexo 1: Quadro de Resultados e Monitoramento

O objetivo do projeto é: a) reduzir a evasão de alunos do ensino médio na rede pública; b) ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento; c) expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra e d) aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural em cadeias de valor produtivas rurais.

Indicadores dos resultados no nível do ODP	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados * indica não cumulativo				Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsabilidade de pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador um: Taxa de evasão no ensino médio na rede pública	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	16	16	15,5	15	14,5	Anual	INEP/MEC	SEDUC	Razão entre o número de alunos que deixaram o ensino médio durante o ano letivo e o número de alunos matriculados no ensino médio no início do ano
Indicador dois: Pacientes com diagnóstico e/ou tratamento de doenças crônicas nos cinco novos CEDCs	<input type="checkbox"/>	Número	0	8.000	16.000	32.000	40.000	Anual	Dados administrativos coletados dos cinco CEDCs e da diretoria de regulação	SESAPI	Número de consultas (pacientes atendidos por um profissional de saúde) de pacientes encaminhados por unidades de regulação e em conformidade com protocolos
Indicador três: Usuários de águas subterrâneas registrados no CERH e verificados pela SEMAR	<input type="checkbox"/>	Número	0	200	500	1.200	2.000	Anual	Relatório proveniente dos bancos de dados	SEMAR	A SEMAR verifica o autorregistro feito pelos usuários e emite um número do CERH
Indicador quatro: Beneficiários que receberam títulos de propriedade da terra por meio do programa estadual de regularização da propriedade da terra	<input type="checkbox"/>	Número	0	500	2.000	3.500	5.000	Anual	INTERPI	INTERPI	Os beneficiários são pequenos produtores rurais que receberam títulos de propriedade da terra registrados nos termos do disposto na Lei Estadual 6.687/2015
Indicador cinco: Mulheres pobres da zona rural e comunidades	<input type="checkbox"/>	Número	0	0	200	400	600	Anual	Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE, SDR	SDR	Serão cadastrados no SIG todos os beneficiários dos PIPs, em sua maioria mulheres pobres da zona

Indicadores dos resultados no nível do ODP	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados * indica não cumulativo				Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsabilidade de pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
quilombolas participantes dos PIPs											rural e membros de comunidades quilombolas

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade de pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 1: Número total de beneficiários do projeto e porcentagem do sexo feminino	<input checked="" type="checkbox"/>	Número/	128.720	159.895	196.277	258.876	305.701	Anual	Secretarias estaduais e órgãos associados que estão implementando o projeto	SEPLAN	Beneficiários do projeto e porcentagem de estudantes do sexo feminino em escolas do ensino médio, CEDCs, pequenos agricultores beneficiados pelo PROGERE, pessoas com acesso a fontes de água, pessoas com título de propriedade da terra regularizado e funcionários públicos.
		Porcentagem	69	66	64	61	60				

Componente 1. Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão dos recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais

Subcomponente 1.1: Melhoria da retenção no ensino médio na rede pública

Indicador do resultado intermediário 2: Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte* [DLI 1]	<input type="checkbox"/>	Número	8.900	8.900	10.000	11.800	12.700	Anual	SEDUC	SEDUC	Número de alunos registrados no programa que concluíram com êxito o ano letivo (não cumulativo)
--	--------------------------	--------	-------	-------	--------	--------	--------	-------	-------	-------	---

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 3: Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio cadastrados no Poupança Jovem* [DLI 2]	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Anual	SEDUC	SEDUC	A SEDUC fará uma pesquisa qualitativa com um pequeno grupo de escolas do ensino médio (pelo menos cinco) para informar sobre os tipos de intervenção executados pelas escolas e departamentos regionais de educação destinadas a apoiar a retenção e o índice de aprovação dos alunos cadastrados no Poupança Jovem.
Indicador do resultado intermediário 4: ETIs de ensino médio certificadas [DLI 3]	<input type="checkbox"/>	Número	33	39	45	51	57	Anual	SEDUC	SEDUC	Escolas que cumprem todos os requisitos para funcionar como escola em tempo integral de acordo com o Conselho Estadual de Educação
Indicador do resultado intermediário 5: Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante) [DLI 4]	<input type="checkbox"/>	Número	20.000	20.000	21.000	24.000	27.000	Anual	SEDUC	SEDUC	Alunos matriculados em escolas de ensino médio técnico, excluídas as matrículas no e-Tec (programa federal de ensino médio técnico a distância) e EMT (ensino médio geral)
Indicador do resultado intermediário 6: Escolas de ensino médio técnico que mantiveram consultas sobre o conteúdo e modalidades de formação com representantes do setor privado	<input type="checkbox"/>	Número	0	5	10	15	20	Anual	SEDUC	SEDUC	Relatórios das consultas provenientes das reuniões mantidas com representantes do setor privado

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 7: Alunos matriculados na EMT* [DLI 5]	<input type="checkbox"/>	Número	290	1.800	2.900	4.000	4.800	Anual	SEDUC	SEDUC	Número de matrículas na EMT para fins do ensino médio geral fornecido pelo Sistema de Gestão Educacional do Piauí (SISGEPI) três meses após o início do ano letivo
Indicador do resultado intermediário 8: Alunos matriculados no e-Tec*	<input type="checkbox"/>	Número	1.184	1.800	2.400	3.700	4.500	Anual	SEDUC	SEDUC	Alunos matriculados na modalidade e-Tec do ensino médio técnico
Indicador do resultado intermediário 9*: Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar [DLI 6]	<input checked="" type="checkbox"/>	Texto	Não	Primeiro exame de avaliação estadual da aprendizagem aplicado no ensino médio	Resultados divulgados nos níveis estadual e escolar	Segundo exame de avaliação estadual da aprendizagem aplicado no ensino médio	Resultados divulgados nos níveis estadual e escolar, bem como aos pais	Anual	SEDUC	SEDUC	A SEDUC aplicará o exame de avaliação estadual em pelo menos duas matérias e pelo menos um ano escolar do ensino médio sob a forma de censo.
Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde											
Indicador de resultado intermediário 10: CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento [DLI 7]	<input type="checkbox"/>	Número	0	1	2	4	5	Anual	Relatório de andamento preparado pela SEPLAN com informações fornecidas pela SESAPI	SESAPI	Considera-se que um CEDC está em operação quando as obras de construção civil, a recuperação, a instalação de equipamentos e a dotação de pessoal estão concluídas, o centro pode oferecer consultas com especialistas e exames laboratoriais e de imagem, e pode arcar com os respectivos custos operacionais

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador de resultado intermediário 11: Protocolos clínicos elaborados [DLI 8]	<input type="checkbox"/>	Número	0	4	8	10	17	Anual	Protocolos publicados. A SESAPI controla a conformidade com os protocolos usados pelas unidades de regulação	SESAPI	No total, 17 protocolos foram propostos para serem implementados em unidades de regulação e estão listados no Manual Operacional do Projeto
Indicador do resultado intermediário 12: ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos [DLI 9]	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0	0	50	75	95	Anual	Listas de presença do treinamento e número de ESFs por município conforme dados do Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB)	SESAPI	O número de ESFs por município está incluído no Manual Operacional do Projeto e precisará ser atualizado anualmente. As primeiras sessões de treinamento ocorrerão no segundo ano do projeto e tratarão dos primeiros quatro protocolos elaborados no primeiro ano. As sessões serão atualizadas anualmente de modo a incluir os novos protocolos elaborados.
Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas											
Indicador do resultado intermediário 13: Usuários de águas subterrâneas autorregistrados no banco de dados eletrônico do CERH [DLI 10]		Número	0	2.000	5.000	10.000	15.000	Anual	A SEPLAN certificará a criação e o funcionamento do CERH	SEMAR	Usuários que preencham o formulário de registro no banco de dados eletrônico do CERH

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 14: Campanhas de cadastramento concluídas		Número	0	0	0	5	10	Anual	Relatório do CNARH e campanhas documentadas	SEMAR	O pessoal da SEMAR fará campanhas nos municípios para o cadastramento voluntário de usuários de águas subterrâneas
Indicador do resultado intermediário 15: Visitas de campo executadas pela SEMAR para verificar o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas [DLI 11]	<input type="checkbox"/>	Número	0	20	40	100	150	Anual	Visitas de campo para inspeção in loco registradas pela SEMAR	SEMAR	A outorga do direito de uso dos recursos hídricos é feita para um máximo de abstração de água por poço. O usuário é obrigado a instalar um hidrômetro para permitir a verificação pela SEMAR/Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) a qualquer tempo. A expectativa é que a SEMAR/SRH verifique o índice de abstração periodicamente e tome as medidas cabíveis caso ele seja superior ao volume máximo outorgado. Cada visita abrange a verificação de várias dezenas de usuários de águas subterrâneas.
Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis											
Indicador de resultado intermediário 16: Equipes prontas para executar atividades de regularização da propriedade da terra [DLI 12]	<input type="checkbox"/>	Número	2	6	8	10	10	Anual	INTERPI	INTERPI	Número de equipes de campo em operação e trabalhando na regularização da propriedade da terra e na demarcação fundiária no Estado
Indicador de resultado intermediário 17: Solicitações de título de propriedade da	<input type="checkbox"/>	Número	4.151	5.000	7.000	9.000	11.000	Anual	Banco de dados do INTERPI	Banco de dados do INTERPI	Abrange as solicitações pendentes e concluídas registradas pelo INTERPI desde a promulgação da Lei 6.127/2011

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização da propriedade da terra [DLI 13]											
<i>Indicador de resultado intermediário 18:</i> Conforme o caso, as mulheres são registradas como beneficiárias ou cobeneficiárias em títulos de propriedade da terra	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Anual	Banco de dados do INTERPI	INTERPI	As mulheres beneficiárias são únicas proprietárias ou coproprietárias, conforme definido no título.
<i>Indicador de resultado intermediário 19:</i> Comunidades quilombolas que recebem títulos de propriedade da terra emitidos pelo INTERPI.	<input type="checkbox"/>	Número	5	5	6	7	8	Anual	Registros do INTERPI	INTERPI	Número de locais designados como quilombola para os quais o georreferenciamento e os processos cartográfico e de titulação foram concluídos.

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais											
Indicador do resultado intermediário 20: PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos [DLI 14].	<input type="checkbox"/>	Número	0	0	9	27	36	Anual	Registro mantido pela SDR	SDR	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto
Indicador do resultado intermediário 21: PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE [DLI 15]	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0	0	20	40	60	Anual	Relatórios produzidos por meio do novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	SDR	Razão entre os PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas com informações registradas e analisadas por meio do SIG e o número total de PIPs aprovados que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas
Indicador do resultado intermediário 22: PIPs implementados e monitorados usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	<input type="checkbox"/>	Número	0	0	40	80	120	Anual	Relatórios produzidos por meio do novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	SDR	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Componente 2: Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário											
Subcomponente 2.1: Modernizar a gestão das despesas e do investimento no setor público											
Indicador de resultado intermediário 23: Secretarias e órgãos estaduais que usam o SIMO	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	23	25	30	35	40	Anual	SEPLAN	SEPLAN	Porcentagem de secretarias e órgãos (57 no total) que usam o SIMO para monitorar sua carteira de programas de investimento
Indicador de resultado intermediário 24: Secretarias estaduais com equipes de monitoramento e avaliação descentralizadas em operação	<input type="checkbox"/>	Número	0	1	2	4	8	Anual	SEPLAN	SEPLAN	Número de secretarias com um núcleo (pessoal dedicado a seguir procedimentos e empregar as ferramentas necessárias) para monitorar projetos
Indicador de resultado intermediário 25: Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0	10	20	30	40	Anual	SEPLAN	SEPLAN	Porcentagem dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (total de 11) que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições. Os conselhos são formados por representantes dos poderes executivo e legislativo de cada município e por representantes do governo estadual e da sociedade civil
Indicador de resultado intermediário 26: Observatório das Despesas Públicas implementado na CGE-PI	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Anual	CGE-PI	CGE-PI/Corregedoria Geral da União	Certificação da instalação do Observatório das Despesas Públicas fornecida pela Corregedoria Geral da União

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 27: Novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos desenvolvido e instalado na SEAD	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Módulo do banco de dados sobre referências de preços em operação	Módulo do catálogo de bens, materiais e serviços	Módulo da gestão dos acordos-quadro em operação	Anual	DL	SEAD	Sistema de compras em operação com todas as funcionalidades
Subcomponente 2.2: Fortalecer a capacidade do mutuário para a gestão dos recursos hídricos, gestão fundiária e desenvolvimento rural											
Indicador de resultado intermediário 28: Sistema Integrado de Cadastramento de Bens Imóveis para cartórios	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Sistema piloto implantado	Sistema plenamente operacional	Sistema plenamente operacional	Anual	CGJ	CGJ	O sistema permitirá à CGJ monitorar as atividades cartoriais e oferecerá serviços online ao público, profissionais e órgãos públicos, como o INTERPI
Indicador do resultado intermediário 29: Sistema de Informação e Gerenciamento, passando pelo desenvolvimento de software para gerenciar dados em tempo real sobre o desempenho e a administração do PROGERE II	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Sistema piloto implantado	Sistema plenamente operacional	Sistema plenamente operacional	Anual	SDR	SDR	Sistema (SIG) está em operação. Relatório publicado para medir o desempenho do PROGERE II
Indicador do resultado intermediário 30: CGEO estabelecido	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Anual	SEMAR	SEMAR	CGEO está equipado, aparelhado e em operação

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Componente 2.3: Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas e a prática nas áreas da educação, saúde, gênero e participação dos cidadãos											
Indicador de resultado intermediário 31: Estudos de observação em sala de aula (método Stallings)	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Primeira observação concluída	Relatório emitido e disseminado	Segunda observação concluída Relatório emitido e disseminado	Anual	SEDUC	SEDUC	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto
Indicador de resultado intermediário 32: Avaliação do Impacto do Poupança Jovem	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	n.a	Coleta de dados concluída	Relatório publicado	Disseminação	Anual	SEDUC	SEDUC	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto
Indicador de resultado intermediário 33: PERS elaborado	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a.	n.a	n.a	Primeira versão do plano	Plano concluído	Anual	SESAPI	SESAPI	PERS publicado no Diário Oficial e validado pelo Comitê Intergestor Bipartite, Comitê Intergestor Regional e Conselho Estadual de Saúde da SESAPI.
Indicador de resultado intermediário 34: Pesquisa epidemiológica sobre a dinâmica das doenças negligenciadas, especialmente as geo-helminthíases, a leishmaniose e a Doença de Chagas	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	Concepção da pesquisa executada	Informações de campo coletadas	Resultados da pesquisa validados e publicados no PiauÍ	Plano de ação baseado nos resultados da pesquisa desenvolvidos pela SESAPI	Anual	SESAPI	SESAPI	A pesquisa ajudará a definir os territórios prioritários e os tipos de intervenção necessários para cada doença. o plano de ação abrangerá a lista de intervenções prioritárias com estimativas dos custos e prazos

Indicadores intermediários	Básico	Unidade de medida	Marco zero	Valores-alvo acumulados [* indica não cumulativo]				Frequência	Fonte dos dados/Metodologia	Responsabilidade pela coleta de dados	Descrição (definição dos indicadores, etc.)
				Ano 1 (até 16 de dez.)	Ano 2 (até 17 de dez.)	Ano 3 (até 18 de dez.)	Ano 4 (até 19 de dez.)				
Indicador do resultado intermediário 35: Avaliação do impacto sobre a tuberculose e a hanseníase	<input type="checkbox"/>	Texto	n.a	Concepção da avaliação de impacto executada	Intervenções aleatórias	Coleta de dados concluída	Publicação e divulgação do relatório	Anual	SESAPI	SESAPI	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto
Indicador do resultado intermediário 36: PEPM elaborado	<input type="checkbox"/>	Texto	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Anual	CEPM/Relatórios de andamento	SEPLAN	Elaboração e publicação do PEPM, alinhando as políticas estaduais e federais e estabelecendo diretrizes para a incorporação de políticas estaduais inteligentes com relação ao gênero
Indicador de resultado intermediário 37: Reclamações registradas e processadas oportunamente pela OGE	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	76	80	85	90	90	Anual	OGE-PI	OGE-PI	Reclamações registradas e processadas no prazo de 20 dias, respondidas ou encaminhadas ao órgão estadual apropriado para resposta

Anexo 2: Descrição Detalhada do Projeto

1. Os objetivos do projeto são: a) reduzir a evasão de alunos do ensino médio na rede pública; b) ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento; c) expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra e d) aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural em cadeias de valor produtivas rurais. A proposta do projeto é alcançar esses objetivos por meio dos componentes e subcomponentes descritos abaixo. A assistência técnica no âmbito do Componente 2 contribuirá para a consecução dos EEPs ao capacitar o pessoal das secretarias estaduais e montar os sistemas para prestar os serviços relacionados à inclusão social e produtiva. Esses objetivos estão alinhados com a estratégia do Governo do Piauí, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1. Abordagem integrada do governo para a inclusão social e produtiva no Piauí



Componente 1. Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão dos recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais (custo total estimado: US\$ 1,187 bilhão; Banco: US\$ 105,0 milhões)

Subcomponente 1.1: Melhoria da retenção no ensino médio na rede pública (custo total estimado: US\$ 621,1 milhões; Banco: US\$ 58,3 milhões)

2. Executar atividades destinadas a melhorar a retenção no ensino médio na rede pública ao, entre outras coisas: a) ampliar o programa Poupança Jovem para os alunos do ensino médio nos municípios-alvo; b) expandir o modelo da escola em tempo integral no ensino médio; c) expandir o ensino técnico médio; d) ampliar o ensino a distância para o ensino médio geral e e) restabelecer a avaliação dos alunos nas escolas públicas do mutuário.

3. A redução da taxa de evasão no ensino médio na rede pública será alcançada por meio da combinação de quatro EEPs complementares, descritos abaixo. Esses EEPs afetarão as restrições do lado da oferta e da demanda enfrentadas pelos jovens no Piauí para se matricularem e concluírem o ensino médio. A SEDUC fará um monitoramento cuidadoso da implementação desses EEPs para avaliar o progresso rumo à redução da taxa de evasão e possibilitar ajustes e aprimoramentos na concepção dos EEPs. O projeto também monitorará de perto as melhorias no aprendizado e envolvimento dos alunos durante a implementação do IPF.

4. **EEP 1: Expansão do Poupança Jovem para os alunos do ensino médio.**⁴¹ Após a implementação-piloto em 2013,⁴² o projeto expandirá esse programa de incentivos a todos os alunos das escolas de ensino médio (regular, profissional/técnico e ensino médio para adultos) nos municípios mais pobres.⁴³ ⁴⁴ O projeto será estendido a alunos do ensino médio em mais municípios, chegando a 77 até 2018. Para assegurar que todos os alunos registrados no programa passem para o ano seguinte, a SEDUC apoia as escolas e alunos por meio de uma série de intervenções pedagógicas e administrativas. A SEDUC desenvolveu um programa de capacitação para que diretores das escolas, pedagogos e professores das matérias identifiquem alunos em situação de risco no programa que possam abandonar a escola e/ou não passar para o ano seguinte. As escolas monitoram de perto a frequência dos alunos e os diretores visitarão os pais dos alunos com frequência irregular e/ou baixa. A partir de 2016, as escolas passarão a oferecer acompanhamento acadêmico aos alunos e atividades extracurriculares relacionadas especificamente com as competências socioemocionais. As escolas trabalharão individualmente com os alunos. Ademais, os alunos do Poupança Jovem receberão informações detalhadas sobre o retorno econômico privado esperado da conclusão do ensino médio e as perspectivas de emprego na sua região. Serão organizados workshops com empresas privadas, instituições locais de ensino superior e organizações comunitárias para destacar a importância de concluir o ensino médio.

⁴¹ Um importante aspecto a ser considerado são as possíveis diferenças significativas nos índices de aprovação em alguns subgrupos como gênero e raça. Contudo, isso não é possível atualmente em decorrência do fato de que os dados desagregados por gênero para as estatísticas da eficiência interna não estão prontamente disponíveis no Brasil. O cálculo de qualquer estatística desagregada relacionada à eficiência interna envolve a combinação de enormes conjuntos de microdados. Isso será feito no âmbito da avaliação de impacto do Poupança Jovem, que monitorará os impactos desagregados por gênero e buscará desembaraçar possíveis fatores associados. Isso permitirá à SEDUC fazer os ajustes necessários no Poupança Jovem para reforçar seu impacto sobre os índices de aprovação de meninos e meninas. Não obstante, o fato de que as meninas representam cerca de 55% das matrículas no ensino médio no Piauí é uma forte indicação de que os índices de aprovação são mais baixos no caso dos alunos do sexo masculino.

⁴² Com o apoio do DPL, em 2015 o Governo do Piauí reforçou a infraestrutura de capacitação para a prestação de serviços no ensino médio com a criação de um programa de incentivos financeiros para alunos de municípios de baixa renda concluírem o ensino médio (Lei Estadual 6.706/2015, Programa Poupança Jovem).

⁴³ O Poupança Jovem foi lançado no início de 2013 em 44 municípios pobres, com 11 mil alunos registrados no programa em 51 escolas. O incentivo financeiro é de R\$ 400 para os alunos do 10º ano (o primeiro ano do ensino médio), R\$ 500 para os do 11º ano e R\$ 600 para os do 12º ano. Os alunos podem sacar até 40% do prêmio anual no fim do ano letivo, enquanto o restante fica guardado para ser retirado assim que o aluno conclua o 12º ano. O foco do programa sobre as áreas mais pobres de um dos estados mais pobres do Brasil aumenta a importância desses valores para os alunos beneficiados e, conseqüentemente, a parcela de alunos suscetíveis a responder aos incentivos financeiros. Essa abordagem baseada no mérito e o foco sobre as áreas mais pobres estão alinhados com a bibliografia que examina a concepção ideal desse tipo de programa (Barrera-Osorio, Felipe e Deon Filmer. “*Incentivizing schooling for learning: Evidence on the impact of alternative targeting approaches*”. World Bank, Policy Research Working Paper nº 6.541, 2013. Banco Mundial).

⁴⁴ Uma simples análise de diferença em diferença do programa-piloto em 2013 mostrou um aumento de 2,7 pontos percentuais nas taxas de aprovação, impulsionadas, sobretudo, por uma queda nas taxas de evasão. Além disso, trabalhos experimentais na Colômbia sugerem que os incentivos à graduação funcionam para aumentar a frequência e a conclusão (veja Barrera-Osorio, Bertrand, Linden & Perez-Calle, 2008, “*Conditional cash transfers in education design features, peer and sibling effects evidence from a randomized experiment in Colombia*”, NBER Working Paper 13.890). Um estudo sobre o programa mexicano Oportunidades sugere que os incentivos financeiros aumentam as matrículas nas escolas e o desempenho no ensino médio (veja Jere R. Behrman, Jorge Gallardo-García, Susan W. Parker, Petra E. Todd e Viviana Vélez-Grajales, 2010, “*How Conditional Cash Transfers Impact Schooling and Work for Children and Youth in Urban Mexico*”).

5. Os municípios continuarão a ser selecionados entre os mais pobres do estado e o programa ajudará a preencher as lacunas nos incentivos para a conclusão do ensino médio que o Programa Bolsa Família não atende.⁴⁵ Para assegurar a entrega pontual dos incentivos em dinheiro aos alunos, o Governo do Piauí implementará um novo sistema de gerenciamento e informação (financiado no âmbito do Componente 2) para acompanhar o progresso e a frequência dos alunos, monitorar a qualificação para o programa e destravar os prêmios em dinheiro para os alunos que passarem para a série seguinte e, no futuro, terminarem o ensino médio. A cada ano, a SEDUC selecionará um pequeno grupo de escolas para fazer um estudo qualitativo da implementação do Poupança Jovem com o intuito de aprender maneiras de aumentar a eficiência e a eficácia do programa. Uma vez que os alunos têm de passar para o ano escolar seguinte a cada ano (caso contrário não recebem a recompensa financeira e não se qualificam para o programa nos anos seguintes), a expectativa é que o programa melhore o desempenho médio dos alunos e reduza as taxas de repetência e de evasão. Uma avaliação experimental do impacto, apoiada pelo Componente 2, examinará seus efeitos.

6. **EEP 2: Ampliar o ensino médio em tempo integral.** O projeto ampliará a modalidade da ETI para aumentar a eficiência e a retenção no ensino médio.⁴⁶ Existem 33 ETIs e a SEDUC planeja acrescentar outras seis⁴⁷ a cada ano até 2019. As ETIs possibilitam estender o tempo de instrução dos alunos, o que permite oferecer um currículo mais rico e diversificado, inclusive com mais aulas, mais horas de laboratório para pôr em prática o que é aprendido em sala de aula e atividades extracurriculares para melhorar a aprendizagem. Os professores das ETIs se dedicam exclusivamente à sua escola específica, o que promove a motivação e a eficácia, em oposição a professores que dividem seu tempo entre várias escolas. Para apoiar essa expansão, o Projeto

⁴⁵ O Bolsa Família se concentra na frequência escolar, ao passo que o Poupança Jovem incentiva o desempenho do aluno. O chefe da família recebe o benefício mensal do Bolsa Família quer seus filhos tenham avançado para a série seguinte ou não, e o programa tem como alvo os alunos de até 17 anos. Devido aos elevados níveis de distorção idade–ano no Piauí, a maioria dos alunos das escolas do ensino médio na rede pública não serão beneficiados diretamente pelo Bolsa Família. O Poupança Jovem abrange todos os alunos matriculados no ensino médio, independentemente da idade, e paga a recompensa diretamente ao aluno no fim de cada ano letivo do ensino médio, desde que os alunos sejam aprovados no ano que estão cursando.

⁴⁶ Os estudos que avaliam o impacto dos programas de ETI geralmente apresentam um impacto uniforme sobre as taxas de evasão (Holland, P. A.; Alfaro, P.; Evans, D. “*Extending the school day in Latin America and the Caribbean.*” Policy Research working paper; n° WPS 7309; Impact Evaluation series. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, 2015). No Brasil, Pereira (2013) e Hermeto, Resende e Mendes (2013) mostram impactos substanciais dos programas de ETI sobre as taxas de evasão em Pernambuco (ensino médio) e no município do Rio de Janeiro (ensino fundamental), respectivamente. Além disso, Almeida *et al.* (2015) analisam os impactos do Mais Educação, o programa federal para ampliar a jornada escolar no ensino fundamental, e não mostram impacto sobre as taxas de evasão e resultados dos alunos nas provas. (Almeida *et al.* “*Assessing the Impacts of Mais Educação on Educational Outcomes: Evidence from 2008 to 2011.*” Mimeografia, Banco Mundial & Fundação Itaú Social, 2015.) Diferentemente dos programas estaduais e municipais, o Mais Educação é semelhante a um programa após o horário regular de aulas composto por atividades extracurriculares, como artes, esportes, dança, etc., com algumas aulas de línguas e matemática para um grupo de alunos selecionados. O Mais Educação não oferece recursos para melhorar a infraestrutura de modo a permitir uma oferta eficaz de ETIs contínuas. Outra diferença crucial é que o ensino no Mais Educação se baseia em voluntários não remunerados, ao passo que, nos programas de ETI em Pernambuco e no Piauí, os professores das ETI trabalham em regime de dedicação exclusiva à sua escola (Almeida, R., Amaral, N., Loureiro, A. e Monteiro, W. “Programas de Educação Integral em Três Redes Educacionais Brasileiras”, mimeografia, 2015).

⁴⁷ Os critérios para a seleção das escolas para transformação em ETI são a) qualidade mínima da infraestrutura da escola; b) disponibilidade dos professores atuais para trabalhar em tempo integral; c) número mínimo de alunos e d) qualidade da gestão.

a) melhorará as instalações das escolas selecionadas para se transformarem em ETIs, a fim de garantir a infraestrutura adequada; b) oferecerá treinamento inicial e em serviço aos professores, diretores e coordenadores pedagógicos;⁴⁸ c) fornecerá material pedagógico e equipamento; e d) financiará outros custos operacionais.

7. **EEP 3: Ampliar o ensino médio técnico.** O projeto ampliará a oferta de ensino médio técnico nas três modalidades (integrado, subsequente e concomitante) para aumentar a retenção, oferecendo aos estudantes uma opção atraente ao ensino médio geral. A SEDUC aumentará o número de estudantes matriculados nas modalidades de ensino integrado e concomitante ao elevar o número de escolas de ensino médio técnico de 70 para 92 até 2018. Além disso, apoiará as escolas de ensino médio técnico em consulta com empresas do setor privado que apresentem as melhores oportunidades de entrada no mercado de trabalho e estejam localizadas próximo às escolas. As consultas abrangerão visitas regulares das empresas às escolas para organizar feiras de empregos, a contribuição das empresas para o currículo e o conteúdo dos cursos de formação profissional e, possivelmente, oportunidades de estágio para os alunos. A SEDUC também aumentará o número de alunos matriculados na modalidade subsequente do ensino médio técnico ao alavancar o programa federal e-Tec e aumentar o número de locais do e-Tec de 38 em 2015 para 101 em 2018.⁴⁹ O Projeto financiará a) o fornecimento de equipamentos; b) o fornecimento de material didático; c) melhorias na infraestrutura de energia elétrica dos locais de ensino; d) a criação de laboratórios; e) a formação inicial e em serviço dos professores e f) a supervisão pedagógica.

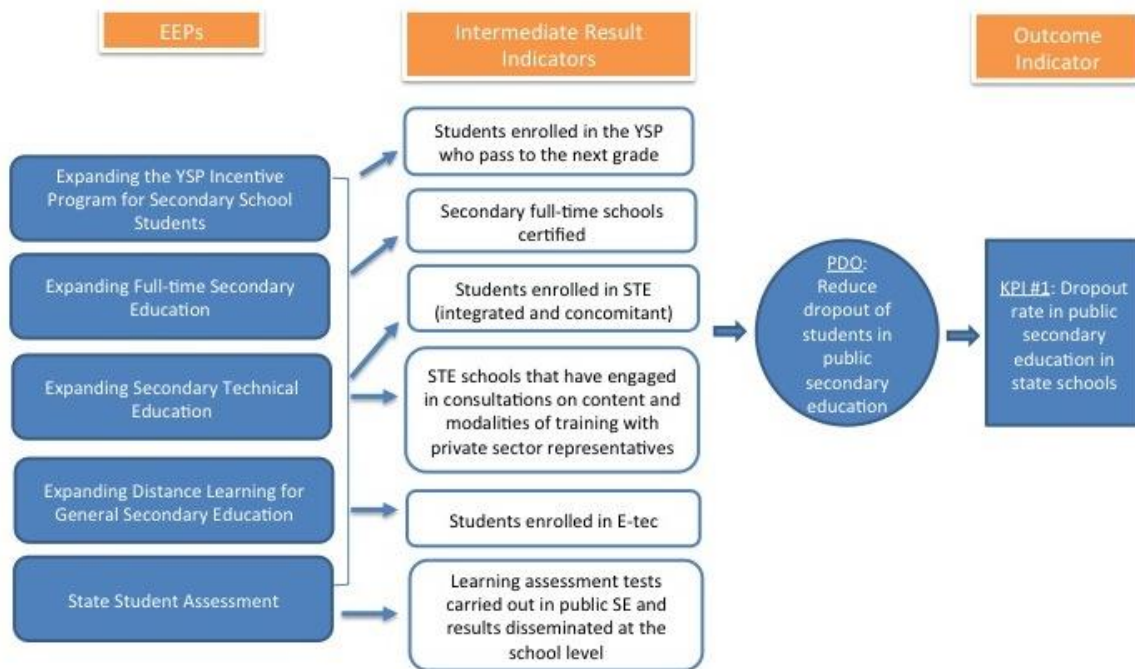
8. **EEP 4: Expandir o ensino a distância para o ensino médio geral.** O projeto ampliará seu programa de EMT a distância, um modo alternativo de levar o ensino médio aos alunos em áreas rurais remotas. A EMT atende alunos matriculados em cursos gerais do ensino médio e em cursos preparatórios para o ENEM. Os alunos matriculados na EMT estão hoje distribuídos em 300 locais de 173 municípios. A SEDUC aumentará tanto o número de salas de aula em cada local como o número de locais em todos os municípios do estado. O Projeto financiará: a) equipamentos de transmissão; b) melhorias nas redes elétricas das instalações de ensino e das subestações locais; c) fornecimento de material didático e d) formação anterior ao serviço e durante o serviço dos instrutores locais encarregados da mediação e facilitação das aulas no local.

9. **EEP 5: Avaliação estadual dos alunos.** O projeto apoiará o restabelecimento da avaliação estadual dos alunos nas escolas estaduais do Piauí. Os alunos passarão por um exame ao fim de cada ciclo (5º, 9º e 12º anos) a cada ano. Isso permitirá avaliar o desempenho dos alunos e oferecer insumos cruciais para a formulação e implementação das políticas educacionais no Estado. Essas intervenções bem fundamentadas no nível das escolas e dos alunos ajudarão a reduzir as chances de os alunos abandonarem a escola no decorrer do ano.

⁴⁸ Os professores nas ETIs do Piauí recebem 40 horas adicionais de formação inicial, além de oito horas de formação continuada por semestre. O Governo do Piauí planeja aumentar o número de horas de treinamento que os professores recebem.

⁴⁹ O e-Tec é um programa federal de ensino médio técnico do Ministério da Educação destinado a oferecer aulas de ensino técnico a distância. Oferece cursos listados no catálogo nacional de cursos técnicos, como enfermagem, informática e agricultura.

Figura 2.1 Aumento da retenção no ensino médio por meio de mais oportunidades para a conclusão do ensino médio



Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde (custo total estimado: US\$ 356,6 milhões; Banco: US\$ 33,5 milhões)

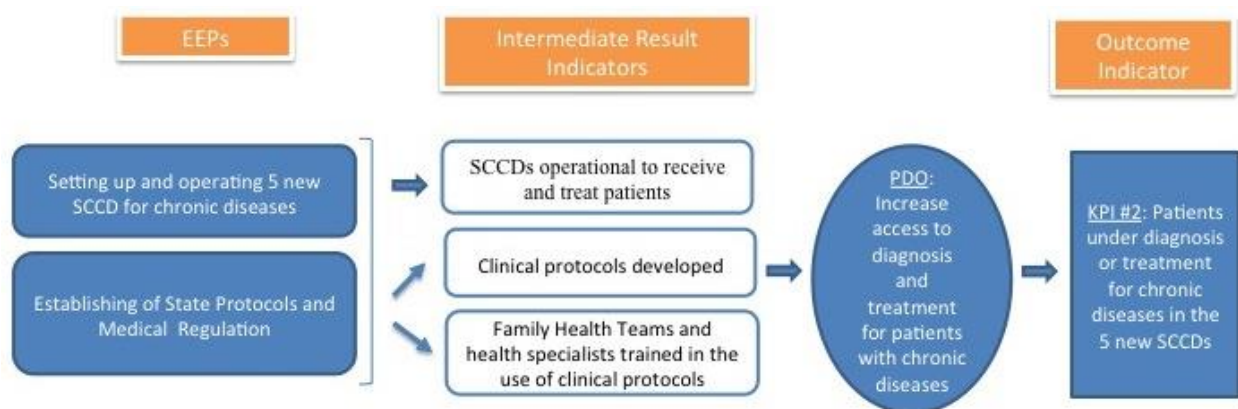
10. Executar atividades destinadas a ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento ao, entre outras coisas: a) estabelecer e operacionalizar cinco CEDCs e b) elaborar e aplicar os protocolos estaduais e a regulação médica.

11. **EEP 6: Estabelecer e operar cinco novos CEDCs.**⁵⁰ O principal obstáculo à redução da mortalidade e da morbidade por doenças crônicas não transmissíveis é o acesso a diagnósticos e consultas com especialistas, que atualmente estão disponíveis quase que exclusivamente na capital, Teresina. O projeto apoiará a implementação de cinco CEDCs (dois já estão construídos, mas ainda não estão funcionando) voltados para exames e consultas para pacientes com doenças crônicas. Esses centros focalizarão na redução da morbidade e da mortalidade relacionadas ao câncer, hipertensão e diabetes e estarão localizados em cinco municípios espalhados pelo estado e de fácil acesso pela rede de transportes. Os cinco centros alcançarão uma população de 1.464.907 pessoas e oferecerão uma média de 40.000 consultas por ano. Para criar tais centros e deixá-los em funcionamento, o projeto financiará: a) a recuperação e instalação de equipamentos dos cinco centros de saúde especializados; b) consultas com especialistas e exames de laboratório e imagem para a prevenção (triagem) e tratamento de pacientes e c) os respectivos custos operacionais.

⁵⁰ O DPL, que enfocará as doenças negligenciadas, e o IPF, que enfocará as doenças crônicas, buscam melhorar os diversos aspectos das doenças associadas à pobreza para as mesmas populações-alvo. Muitos municípios rurais carecem de serviços de saúde adequados para tratar de doenças infecciosas negligenciadas, o que resulta em uma alta taxa de morbidade dessas doenças. De modo semelhante, doenças crônicas não transmissíveis têm altas taxas de morbidade e mortalidade, sobretudo entre a população carente.

12. **EEP 7: Elaboração e aplicação de protocolos estaduais e regulação médica.** O sistema de saúde do estado do Piauí carece de protocolos estabelecidos para diagnóstico, tratamento e manejo de pacientes com doenças crônicas. Tais protocolos são essenciais para assegurar que o acesso aos cinco CEDCs seja oferecido de imediato aos pacientes apropriados e que esses pacientes sejam liberados da atenção dos especialistas no momento adequado. Esses protocolos buscarão otimizar o uso de recursos dos CEDCs, inclusive dos médicos, exames laboratoriais e de imagem, e tratamento. A implementação de novos protocolos será apoiada por uma unidade de regulação médica centralizada, que controlará o acesso dos pacientes aos recursos oferecidos pelos CEDCs.⁵¹ O Projeto financiará: a) a contratação de especialistas para elaborar um conjunto de protocolos clínicos completos (da atenção primária ao nível hospitalar), relacionados principalmente ao câncer, diabetes e hipertensão e baseados nas melhores práticas internacionais; b) o estabelecimento e instalação de equipamentos das unidades de regulação para gerenciar o acesso aos CEDCs, bem como a outros serviços estaduais de saúde; c) a publicação e divulgação dos protocolos aos municípios, gestores públicos e profissionais de saúde; d) o treinamento das equipes de saúde da família (ESFs),⁵² especialistas, gestores e representantes dos pacientes sobre seus respectivos protocolos e e) outros custos operacionais correspondentes.

Figura 2.2 Cadeia de resultados – Acesso ampliado de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde



Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas (custo total estimado: US\$ 19,0 milhões; Banco: US\$ 1,8 milhão)

13. Executar atividades destinadas a implementar o CERH ao, entre outras coisas: a) elaborar e implementar campanhas de informação e comunicação para cadastrar usuários de águas subterrâneas no CERH e b) fazer a verificação do cadastramento desses usuários.

⁵¹ Os 17 protocolos clínicos tratarão de hipertensão, diabetes, câncer de mama, câncer cervical, doenças urológicas, outras doenças cardiovasculares, outras doenças endocrinológicas, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma, doenças urológicas, doenças neurológicas, doenças dermatológicas, doenças gastrointestinais, doenças infecciosas, doenças ginecológicas, outras doenças respiratórias e procedimentos cirúrgicos associados.

⁵² As ESFs são profissionais de saúde primária que seriam capacitados nos quatro primeiros protocolos que constituem o foco principal dos CEDCs (diabetes, hipertensão, câncer cervical e câncer de mama).

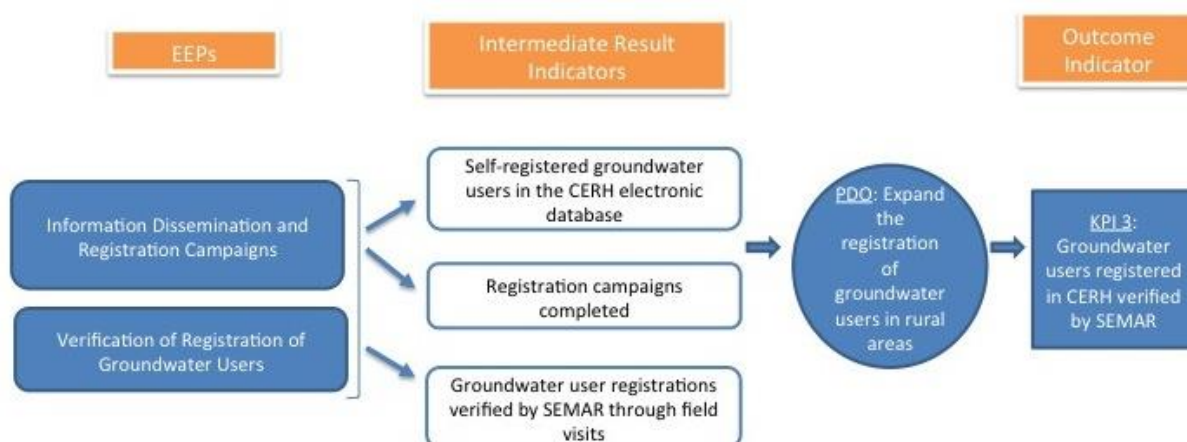
14. EEP 8: Elaboração e execução de campanhas de informação e cadastramento de usuários de águas subterrâneas no CERH.⁵³ O projeto apoiará a SEMAR na formulação de um programa de trabalho para cadastrar os usuários de recursos hídricos no CERH (inclusive os usuários particulares e pequenos e grandes produtores) nos municípios com bacias hidrográficas prioritárias. Por meio de um convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA), a SEMAR usará o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) como a plataforma eletrônica para o novo cadastro do estado. A SEMAR divulgará informações, diretrizes e prazos para o cadastramento obrigatório do uso de recursos hídricos de forma a garantir que todos os usuários sejam cadastrados em tempo hábil. Com base no seu cadastro de solicitações de outorga de direito de uso dos recursos hídricos e nas informações prestadas pelo Serviço Geológico do Brasil sobre os poços existentes no Piauí, a SEMAR notificará os usuários dos recursos em cada município, inclusive as comunidades rurais (Artigo 8 da Lei Estadual 6.474/2013) de que são obrigados a se cadastrar no CERH. Os usuários que não se cadastrarem dentro do prazo especificado serão considerados em situação irregular e, conseqüentemente, estarão sujeitos a sanções legais. Uma firma de consultoria será contratada para ajudar o pessoal da SEMAR na elaboração e implementação de programas de trabalho nos municípios. O projeto também financiará equipamentos como computadores, transporte e material de comunicação para levar a cabo as campanhas de cadastramento e oferecer apoio, sobretudo aos usuários carentes, para preencher os formulários do CNARH na Internet. O estado será dividido em microrregiões com escritórios regionais estabelecidos em municípios selecionados, cada um com planos de implementação e prazos para o cadastramento sistemático.

15. EEP 9: Verificação do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas. O projeto apoiará a SEMAR na coleta e verificação das informações prestadas pelos usuários que se inscreverem dentro do prazo, bem como na identificação dos usuários que não o fizeram. A SEMAR também coletará informações agrupadas por bacia hidrográfica para identificar os direitos de uso de recursos hídricos caso os volumes de uso registrados ultrapassem o nível máximo. A SEMAR executará esses procedimentos em conformidade com a legislação federal e estadual sobre recursos hídricos, sobretudo na alocação dos direitos de uso. Isso ajudará a lidar com possíveis polêmicas ou disputas entre os diversos usuários durante e após o cadastramento e alocação dos direitos sobre os recursos hídricos. O projeto financiará equipamentos como medidores de vazão, aparelhos de GPS e outras ferramentas necessárias para o processo de verificação. O desenvolvimento do Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental (CGEO),⁵⁴ apoiado pelo Componente 2, também oferecerá imagens de satélite para respaldar as reivindicações de terras, inclusive informações para verificar os cadastros de uso de recursos hídricos e, no futuro, apoiar a outorga de direitos de uso desses recursos conforme o caso.

⁵³ O DPL apoiará o Governo do Piauí no estabelecimento do CERH por meio da Lei Estadual 6.474/2013, do Decreto Estadual 16.142/2015 e da Portaria da SEMAR 81/2015. No âmbito dessa nova política, todos os usuários de águas subterrâneas e de superfície são obrigados a registrar informações na SEMAR sobre o uso da água, compreendendo o local e a natureza da sua fonte, disponibilidade, volume, distribuição e qualidade da água.

⁵⁴ Ao mesmo tempo em que estiver cadastrando os usuários no CERH, a SEMAR também identificará os usuários obrigados a solicitar a outorga de direitos de uso e processará essas solicitações. Esse processo também será apoiado pela criação de um sistema integrado para solicitações e queixas relacionadas a assuntos de regularização fundiária, manejo da vegetação e futura outorga de direitos de uso dos recursos hídricos. O objetivo é agilizar esses processos e reduzir a duplicidade de esforços.

Figura 2.3. Cadeia de resultados – Melhoria da gestão dos recursos hídricos



Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis (custo total estimado: US\$ 56,8 milhões; Banco: US\$ 5,3 milhões)

16. Executar atividades destinadas a apoiar a implementação do programa de regularização fundiária e a fortalecer os direitos de propriedade de bens imóveis ao, entre outras coisas: a) fortalecer e modernizar o INTERPI; b) fazer a identificação, demarcação e cadastramento das terras do estado; c) executar o programa de regularização dos assentamentos da reforma agrária do INTERPI; d) executar o programa de regularização dos territórios quilombolas e e) apoiar a operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra.

17. O Governo do Piauí estabeleceu a base legal para a regularização da propriedade da terra por meio da Lei Estadual 6.127/2011 e do Decreto Estadual 14.625/2011. Este último prevê a regularização da propriedade da terra das comunidades quilombolas, enquanto o primeiro trata da regularização dos demandantes pequenos, médios e grandes que tenham estado produzindo na terra pelo menos nos últimos cinco anos. O Governo do Piauí a) promulgou as Leis Estaduais 6.464/2013 e 6.687/2015, prorrogando o prazo para os pequenos proprietários solicitarem o título formal de propriedade da terra por meio de subsídios estaduais; b) criou o Código Unificado de Normas e Procedimentos para Cartórios e c) assinou um acordo de cooperação entre o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e a CGJ para agilizar os processos de regularização da propriedade da terra. O Governo adotou a base legal para facilitar o acesso de agricultores de subsistência e de pequena escala a serviços públicos associados com a gestão dos recursos naturais por meio do Decreto Estadual 15.502/2014, que integra os processos do INTERPI e da SEMAR, e da Portaria Conjunta SEMAR/INTERPI 3/2015, que regula os processos integrados.

18. EEP 10: Fortalecimento e modernização do INTERPI. Apesar de desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do estado, o INTERPI carece dos recursos financeiros e humanos necessários para executar a política fundiária estadual. Além disso, ocupa o quarto andar de um prédio antigo que é pequeno demais para acomodar seus funcionários e equipamentos. Embora o estado seja proprietário de grandes áreas, o Instituto não tem um inventário completo dos bens imóveis do estado. O INTERPI não conta com um sistema automatizado para gerenciar os milhares de solicitações de regularização da propriedade da terra

e de compra de terras⁵⁵ que recebe, e lhe faltam os recursos para enviar seus peritos técnicos em visitas de campo para fazer os levantamentos cadastrais.⁵⁶ Esse EEP apoiará o fortalecimento e modernização do INTERPI por meio das seguintes atividades: a) reforma da sede do INTERPI b) prestação de apoio técnico, jurídico e administrativo; c) aquisição de equipamentos e veículos; d) desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de solicitações de atendimento; e) digitalização e indexação dos arquivos e f) capacitação.

19. EEP 11: Identificação, demarcação e cadastramento das terras do estado. Uma das responsabilidades centrais do INTERPI é identificar, demarcar e cadastrar as terras do estado. A garantia de que as terras piauienses estão demarcadas e registradas é uma pré-condição para que o INTERPI regularize a propriedade da terra pelos seus ocupantes. O INTERPI está bastante atrasado na demarcação e cadastramento das terras do estado, com muitos casos que têm se arrastado há anos devido à falta de recursos, reivindicações conflitantes e dificuldade na coordenação com o Judiciário. Por exemplo, o INTERPI tem 11 procuradores, mas apenas cinco estão efetivamente trabalhando e já reúnem as condições para se aposentar. Essas dificuldades na demarcação e cadastramento das terras do estado atrasa a regularização da propriedade da terra. Para demarcar e cadastrar as terras para regularização da propriedade, o projeto apoiará as seguintes atividades: a) pesquisa cartorial e trabalho cadastral em campo; b) emissão de escrituras pelos cartórios e c) criação de um inventário das terras do estado. O processo por meio do qual o INTERPI identificará, demarcará e registrará as terras do estado será detalhado no manual operacional do INTERPI e não acarretará o reassentamento involuntário definido na OP 4.12.

20. EEP 12: Regularização da propriedade dos assentamentos da reforma agrária do INTERPI. Historicamente, a criação de assentamentos da reforma agrária tem sido uma importante responsabilidade do INTERPI. Desde sua criação em 1980, o Instituto já criou aproximadamente 200 assentamentos em que vivem mais de 10.000 famílias assentadas em terras do estado sem a transferência da propriedade. Milhares de famílias já receberam Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) e, desde a promulgação da Lei Estadual 6.127/2011, o INTERPI já emitiu mais de 2.946 títulos de propriedade. Contudo, embora esses títulos não tenham sido cadastrados, as condições de muitos das CDRUs já expiraram e a propriedade das terras foi transferida informalmente, normalmente para parentes ou herdeiros. No âmbito deste EEP, o INTERPI pretende regularizar a propriedade de pelo menos 5.000 famílias que vivem em 99 assentamentos por meio das seguintes atividades: a) campanhas públicas de conscientização; b) aquisição de equipamentos de topografia e informática; c) produção de dados cadastrais; d) emissão de títulos e cadastramento e e) formulação de planos de desenvolvimento para os assentamentos tomados como alvo. Já no caso da identificação, demarcação e cadastramento das terras do estado (EEP 11), o processo de regularização da propriedade da terra será detalhado no manual operacional do INTERPI e não acarretará reassentamento involuntário, conforme definido na OP 4.12.

⁵⁵ O acompanhamento das solicitações de títulos da terra é uma etapa imperiosa para alcançar o indicador do ODP relacionado à emissão de títulos de propriedade da terra; assim, está incluído como um indicador intermediário no quadro de resultados do projeto. Esse acompanhamento será feito por meio do sistema de gerenciamento de solicitações de atendimento apoiado pelo projeto.

⁵⁶ INTERPI. 2014 Diagnóstico preliminar: realidade e perspectivas. João Batista de Freitas Júnior, Novembro de 2014.

21. **EEP 13: Regularização dos territórios quilombolas.** O Piauí tem 82 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares. A Lei Estadual 5.595/2006 estipula que o INTERPI executará “os trabalhos de pesquisa e demarcação de áreas destinadas às Comunidades dos Quilombos”. Na prática, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) normalmente coordena o trabalho de regularização da propriedade da terra e recorre ao INTERPI se a comunidade está localizada em terras estaduais. Contudo, a demarcação dos territórios quilombolas está avançando lentamente, com apenas cinco territórios regularizados até o momento. Com o projeto, o INTERPI pretende acelerar a regularização da propriedade dos territórios quilombolas por meio das seguintes atividades: a) elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação;⁵⁷ b) expedição dos títulos e cadastramento; e c) formulação de planos de desenvolvimento para as comunidades quilombolas selecionadas. A regularização da propriedade dos territórios quilombolas será executada em parceria com o Incra, nos termos do acordo de cooperação entre as duas entidades.

22. **EEP 14: Operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra.** O Centro de Regularização da Propriedade da Terra foi estabelecido pela CGJ em maio de 2014 para mediar as disputas de terras, monitorar e supervisionar as atividades dos cartórios e elaborar estudos e estratégias para a regularização da propriedade da terra (Provimento 25/2014 da CGJ). Esse centro ainda precisa receber pessoal, equipamento, além de começar a operar. O projeto apoiará a operacionalização do centro por meio das seguintes atividades: a) contratação de consultores; b) contratação e capacitação de assistentes para apoiar os cartórios no cadastramento dos direitos de propriedade sobre bens imóveis dos beneficiários do programa estadual de regularização da propriedade da terra; c) apoio à Vara Agrária de Bom Jesus e aos juízes responsáveis pelo controle das repartições de registro para a realização de inspeções e instrução dos processos judiciais e administrativos relacionados aos cadastros de bens imóveis e d) capacitação para melhorar as atividades das repartições de registro, da CGJ, da Vara Agrária de Bom Jesus e das varas com competências pertinentes.

⁵⁷ A elaboração de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação é a primeira etapa do processo de regularização da propriedade da terra no caso dos territórios quilombolas. O relatório abrange um estudo antropológico, um estudo da terra, um mapa e a respectiva descrição, e o cadastro quilombola.

Figura 2.4. Cadeia de resultados – Regularização fundiária implementada



Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais (custo total estimado: US\$ 65,2 milhões; Banco: US\$ 6,1 milhões)

23. Executar atividades destinadas a aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural, inclusive de mulheres e comunidades quilombolas em cadeias de valor produtivas ao: a) financiar Planos de Investimentos Produtivos e b) formar capacidades em assistência técnica e gerencial, bem como em organização institucional e logística.

24. EEP 15: Diversificação voltada para o mercado (cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas). O PROGERE II financiará 60 PIPs⁵⁸ em cadeias produtivas pré-identificadas (apicultura, cajucultura, artesanato, criação de ovinos e caprinos, produção de mandioca e produção de cereais e legumes) que beneficiarão cooperativas e organizações produtivas lideradas por mulheres pobres da zona rural e comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos.⁵⁹ Serão propostos projetos e planos de negócios para investimentos pelas cooperativas e organizações comunitárias que representam os beneficiários (agricultores de pequena escala e produtores não agrícolas do sexo feminino e de origem quilombola) dentro dessas cadeias produtivas. Para enfrentar os desafios identificados durante a implementação do PROGERE I, serão incluídas várias medidas novas na seleção e implementação dos PIPs. Primeiro, será realizado um estudo de base para assegurar que o progresso seja medido ao longo de toda a vida do projeto. Segundo, um estudo de diagnóstico será feito para determinar o potencial

⁵⁸ Em 2014, o Governo do Piauí promulgou o Decreto Estadual 15.664 para a) definir critérios claros para selecionar PIPs e seus beneficiários a fim de priorizar os produtores rurais mais pobres e práticas agrícolas sustentáveis e b) fixar um protocolo para monitoramento e avaliação para medir o desempenho do programa. Em 7 de julho de 2015, a Portaria 60/2015 da SDR estabeleceu a segunda fase do PROGERE e adotou suas regras de procedimento.

⁵⁹ A seleção das cadeias produtivas se baseou na pertinência para as famílias envolvidas, sobretudo com respeito às vantagens competitivas, ao potencial para a criação de centros produtivos e ao acesso a insumos, serviços de crédito e transporte para chegar aos mercados.

das cadeias produtivas locais e avaliar instituições locais e possíveis parcerias em cada região do estado, a fim de assegurar a sustentabilidade das iniciativas comerciais. Terceiro, a seleção e priorização dos PIPs será feita em workshops participativos para: a) divulgar boas práticas comerciais; b) definir o papel das instituições participantes e c) desenvolver planos de negócios. Quarto, os beneficiários selecionados serão obrigados a contribuir com pelo menos 30% do custo total do investimento, em dinheiro ou em espécie, por meio de materiais ou mão de obra, para promover o senso de propriedade dos PIPs e garantir sua sustentabilidade e potencial de geração de renda no longo prazo. Por último, cada território terá programas de aprendizagem para os beneficiários que abrangerão todas as partes interessadas em potencial ao longo da cadeia de valor. A assistência técnica no âmbito do Subcomponente 2.2 financiará a criação de um sistema de monitoramento e avaliação para avaliar o impacto do PROGERE II sobre a geração de renda dos beneficiários. Isso será usado para melhor embasar a ampliação dos programas baseados em evidências e formular ajustes.⁶⁰ O projeto não financiará PIPs que não tenham coletado informações de base, intermediárias e finais para estimar o impacto das atividades desenvolvidas.

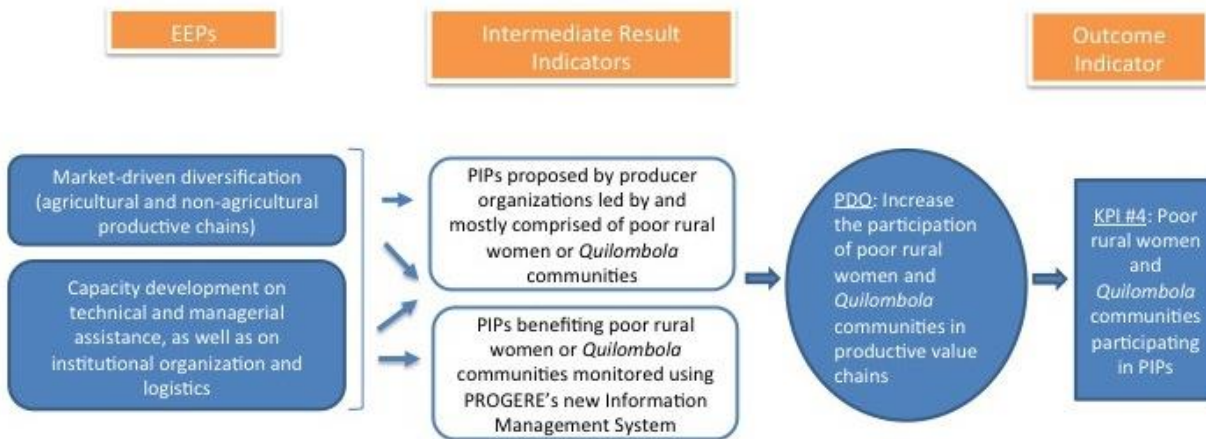
25. O Governo do Piauí também adotará duas estratégias distintas de incentivo à adoção de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis.⁶¹ Primeiro, formulará critérios para a promoção de práticas econômica e ambientalmente sustentáveis no PIP. Esses critérios serão definidos no Manual Operacional do PROGERE e seguirão as recomendações disponíveis localmente para promover técnicas destinadas a reforçar a produtividade agrícola e, ao mesmo tempo, promover a sustentabilidade do meio ambiente. Segundo, financiará programas para pequenos produtores relacionados com a educação ambiental e divulgação de informações e capacitação em boas práticas agrícolas. Essa estratégia também abrangerá a implementação de unidades demonstrativas locais, eventos de formação e estudos sobre a viabilidade de diferentes modelos de produção com uso de técnicas sustentáveis, bem como avaliações do impacto ambiental das tecnologias adotadas.

26. EEP 16: Desenvolvimento de capacidades. O Governo do Piauí apoiará a capacitação dos agricultores de subsistência, produtores rurais e agentes de desenvolvimento local para elaboração e implementação dos PIPs. A capacitação enfocará a assistência técnica e gerencial, bem como a organização institucional e a logística. Além disso, o projeto investirá nas habilidades e produtividade das pessoas para oferecer oportunidades para os que vierem a buscar a transição para o setor não agrícola. Será executada por meio de, entre outras coisas a) cursos de formação sobre gestão do conhecimento, divulgação de boas práticas e formulação de planos de negócios; b) cursos de capacitação para fortalecer as escolas agrotécnicas; c) eventos para intercâmbio de experiências entre os beneficiários e d) programas de apoio a cooperativas de produtores, associações comunitárias e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para a realização de estudos sobre viabilidade econômica, promoção de produtos e exigências do mercado, resposta à evolução dos mercados e sistemas de informação. Para garantir sua sustentabilidade no longo prazo, a formação de capacidades será feita em parceria com ONGs locais e com instituições estaduais e federais, como o Instituto de Assistência Técnica e Expansão Rural (Emater) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

⁶⁰ Banco Mundial, 2015. *Sustaining Employment and Wage Gains in Brazil. A Skills and Jobs Agenda*. Direction in Development. Human development. Washington, D.C.: Banco Mundial.

⁶¹ As práticas produtivas ambientalmente sustentáveis serão monitoradas por meio do Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE, desenvolvido com o apoio da assistência técnica do projeto, a entrar em operação antes dos PIPs serem financiados.

Figura 2.5. Cadeia de resultados – Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais



Componente 2: Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário (custo total estimado: US\$ 14,7 milhões; Banco: US\$ 14,7 milhões)

Subcomponente 2.1: Modernizar a gestão das despesas e do investimento no setor público (custo total estimado do Banco: US\$ 3,3 milhões)

27. Prestar assistência técnica para modernizar as práticas de gestão das despesas e do investimento no setor público mediante, entre outras coisas: a) o reforço do processo de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos de investimento em um único sistema baseado em resultados; b) a execução de um estudo sobre as despesas públicas e a responsabilidade financeira do mutuário e o reforço da capacidade do mutuário para implementar processos de gestão financeira simplificados e um sistema de contabilidade de exercício alinhado com as normas de contabilidade nacionais e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS); c) a oferta de capacitação sobre a adoção das normas da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores; d) a modernização dos procedimentos e processos do mutuário para fazer auditorias internas; e) a concepção e implementação do novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos do mutuário e f) a gestão do projeto, abrangendo a contratação de pessoal-chave para o projeto, a entidade de verificação independente e os custos operacionais.

Sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação

28. O Governo do Piauí desenvolveu uma estrutura institucional e processos para implementar a gestão para resultados. Para apoiar a gestão baseada em resultados, o Sistema Integrado de Monitoramento (SIMO) foi desenvolvido para acompanhar o progresso dos programas prioritários do Plano Plurianual (PPA) 2012–15. Em 2013, após um projeto-piloto bem-sucedido o Governo do Piauí começou a monitorar as ações prioritárias do PPA por meio do SIMO. Atualmente, está fazendo uma revisão dos processos e metodologias que apoiam o SIMO e elaborando novos recursos (inclusive a integração do sistema financeiro do estado e a criação de um painel de controle, entre outros) para aprofundar a abrangência do monitoramento. O Governo do Piauí estabeleceu a base legal para a implementação, em toda a administração, de um sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação, que incluirá o SIMO; as regras e procedimentos para

execução, monitoramento e avaliação de projetos de investimento e programas; e a descentralização das responsabilidades pelo monitoramento para as secretarias setoriais. Essas medidas ajudam a formalizar e institucionalizar o monitoramento baseado em resultados para assegurar a continuidade e sustentabilidade e aprimorar o planejamento e os custos. Além disso, o Governo do Piauí implementará um quadro legal para orientar a implementação do monitoramento sistemático de contratos com o Governo Federal para pôr em prática atividades e programas de investimento específicos financiados com transferências discricionárias vinculadas.

29. O projeto apoiará a implementação de mudanças nas políticas para fortalecer o processo de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos de investimento. Essas mudanças abrangem: a) o desenvolvimento das metodologias e instrumentos de planejamento, custo e avaliação *ex ante* do estado; b) a revisão das metodologias e processos de monitoramento e avaliação *ex post* do estado; c) o aprimoramento e desenvolvimento de novos indicadores setoriais; d) a capacitação do pessoal em planejamento, monitoramento e avaliação, bem como na gestão de projetos e criação de indicadores; e) a elaboração de diretrizes e manuais para o funcionamento de unidades de monitoramento descentralizadas em secretarias setoriais; f) a execução de avaliações de programas de investimento e g) o fortalecimento da capacidade de monitoramento dos conselhos de desenvolvimento territorial.

30. Essas atividades melhorarão os resultados e a eficiência do uso dos recursos do estado ao aumentar a qualidade na introdução dos projetos, proporcionar ferramentas de monitoramento melhores e mais pertinentes e executar avaliações para embasar o planejamento e a tomada de decisões. O desenvolvimento de novos indicadores e o acréscimo de informações qualitativas dentro do marco referencial do SIMO facilitarão o monitoramento do projeto e permitirão ao governo avaliar melhor o desempenho e os resultados. Paralelamente, a cobertura do sistema será ampliada de modo a abranger todos os órgãos da administração direta,⁶² o que deve melhorar a coordenação intersetorial e o intercâmbio de informações, eliminar gargalos na implementação dos programas, obter melhores resultados dos investimentos e embasar o planejamento futuro.

Gestão das finanças públicas

31. Desde 2011 o estado vem modernizando a gestão das finanças públicas e melhorando o espaço fiscal, visando a aumentar os investimentos estratégicos. Atualmente, o Governo do Piauí está implementando novos processos de gestão financeira e um sistema de contabilidade pelo regime de competência alinhado com as novas normas contábeis brasileiras e com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS). Está em curso o lançamento de um novo sistema integrado de gestão das finanças públicas para atualizar o SIAFEM, a fim de implementar as novas normas.

32. Considerando a complexidade da implementação do novo sistema, o projeto financiará:

- a) Um estudo diagnóstico das despesas públicas e responsabilidade financeira (PEFA) e um plano de ação para abordar as lacunas identificadas, executados sob a responsabilidade da

⁶² A administração do estado está dividida entre administração direta e indireta. As secretarias setoriais e centrais (Planejamento, Administração, Fazenda, etc.) compõem a administração direta. A administração indireta é formada por mais de 30 órgãos, como empresas públicas, autarquias, institutos, etc.

SEFAZ.⁶³ A avaliação proporcionará a linha de base para mensurar o desempenho dos sistemas de gestão das finanças públicas no Piauí e ajudará o estado a monitorar o progresso na implementação das reformas nessa área.

- b) Na esteira da conclusão do diagnóstico baseado nas Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público destinado a aumentar a qualidade das informações financeiras e da prestação de contas no estado, sob a responsabilidade da SEFAZ, o projeto oferecerá apoio para a) fortalecer a capacidade do estado para implementar as reformas e b) oferecer workshops de treinamento e sensibilização destinados a aprofundar a divulgação das novas regras e exigências entre os funcionários do setor público e o pessoal que trabalha diretamente na área da contabilidade pública.
- c) Serviços de formação e consultoria para dar apoio ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) na adoção das normas da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).⁶⁴ A adoção do novo sistema integrado de gestão financeira permitirá ao Governo do Piauí gerenciar seus recursos financeiros e patrimônio físico, com impactos positivos sobre todos os setores e sobre a estabilidade fiscal como um todo. É importante ressaltar que a adoção das normas internacionais melhorará os controles internos e a transparência em relação a todos os ativos e passivos, além de fornecer ao governo informações mais completas e coerentes sobre gastos e receitas. Também melhorará a coerência e a comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo. A adoção das regras da INTOSAI fortalecerá a responsabilização e transparência, permitindo ao Governo do Piauí beneficiar-se inteiramente das informações que o novo SIAFEM produzirá.
- d) Seguindo o modelo de capacidade de auditoria interna executado para o setor público do Piauí⁶⁵ em 2015, o projeto apoiará a modernização dos procedimentos e processos usados pela Controladoria Geral do Estado do Piauí (CGE-PI). O projeto financiará a instalação de novos sistemas informáticos na CGE-PI para reforçar a capacidade da Controladoria para executar e cumprir auditorias operacionais e prestar contas devidamente. Além disso, financiará a aquisição de equipamentos e a capacitação do pessoal para usar os novos sistemas instalados na CGE-PI.

Compras/contratações

33. O Governo do Piauí está trabalhando para melhorar a qualidade da compra e contratação de bens e serviços e ampliar o uso do sistema de pregão eletrônico. O Piauí estabeleceu um mecanismo centralizado de aquisições com o objetivo de aumentar a economia de escala nas compras e padronizar os controles e práticas. Um grande empecilho à eficácia plena desse novo processo, entretanto, é a capacidade reduzida das secretarias setoriais que fornecem as especificações técnicas de bens e serviços.

⁶³ A PEFA oferece um entendimento comum do desempenho do sistema de gestão das finanças públicas e das áreas a serem melhoradas (www.pefa.org).

⁶⁴ As normas da INTOSAI podem ser consultadas no endereço <http://www.intosai.org>.

⁶⁵ *Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector* (The IIA Research Foundation, 2009).

34. Para melhorar a capacidade de compras da SEAD e, especificamente, da DL, o projeto financiará a concepção e implementação de um novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos. O novo sistema abrangerá módulos para melhorar a gestão dos processos de compras e aumentar a transparência com respeito à função de compras e gestão de contratos. O sistema conterà os seguintes módulos: a) banco de dados de referência de preços; b) um catálogo eletrônico de bens, materiais e serviços normalmente comprados pelo Governo do Piauí; c) a gestão de acordos-quadro (comumente conhecido como Atas de Registro de Preços); d) a gestão dos processos licitatórios e e) o módulo de administração de contratos.

35. Além disso, o projeto financiará serviços de consultoria sobre as compras para avaliar o fluxo dos processos de compra na estrutura do Governo do Piauí, identificar gargalos e propor ações para reforçar o sistema público de compras local. Os benefícios esperados são aumentar a qualidade do planejamento das compras dentro das secretarias setoriais e fornecer ferramentas para reduzir a duplicidade de esforços ao comprar, receber, fiscalizar e processar pagamentos.

Gestão do projeto

36. O projeto financiará despesas relacionadas com a gestão do projeto, como a contratação de pessoal-chave para o projeto, a entidade de verificação independente para fazer auditorias técnicas e os custos operacionais.

Subcomponente 2.2: Fortalecer a capacidade do mutuário para a gestão dos recursos hídricos, gestão fundiária e desenvolvimento rural (custo total estimado do Banco: US\$ 7,5 milhões)

37. Prestação de assistência técnica para reforçar a capacidade do mutuário para fazer o cadastramento dos recursos hídricos, a regularização da propriedade da terra e o desenvolvimento rural mediante, entre outras coisas: a) a operacionalização e manutenção do Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental (CGEO); b) o teste-piloto de um sistema integrado de cadastramento de bens imóveis para cartórios e c) a criação de um sistema computadorizado de monitoramento, informação e gestão para o PROGERE II.

Gestão dos recursos hídricos

38. A equipe de gestão dos recursos hídricos da SEMAR receberá assistência técnica para executar o programa do estado nessa área mediante a) o desenvolvimento de uma estratégia de apoio para a tomada de decisões e capacitação; b) a expansão da capacidade da equipe de gestão dos recursos hídricos com apoio de consultores e equipamento; e c) a implementação de estudos para embasar a revitalização do Rio Guaribas, a operação da Barragem de Bocaina, o diagnóstico do esgotamento dos aquíferos, a viabilidade do Plano de Gestão dos Recursos Hídricos e a criação do Plano Diretor de Lagos.

Estabelecimento do CGEO

39. O Governo do Piauí vai equipar, aparelhar, operacionalizar e manter o CGEO ao financiar atividades de treinamento e a aquisição de equipamentos, software e imagens de satélite. O Centro oferecerá aos órgãos estaduais — especialmente ao INTERPI e à SEMAR — informações cartográficas de alta qualidade necessárias para elaborar e implementar os programas descritos no Componente 1. Ainda que o centro venha a fornecer insumos para vários órgãos e secretarias estaduais, ele estará instalado na SEMAR e será gerido, basicamente, por essa Secretaria.

40. O estabelecimento e funcionamento do CGEO apoiará a integração de processos e protocolos para as solicitações de regularização da propriedade da terra e alocação de recursos naturais recebidas pelo INTERPI e pela SEMAR. O processo de regularização da propriedade da terra do INTERPI exige a verificação, por parte da SEMAR, de que a área em questão não é área de proteção ambiental nos termos da lei nem de interesse ecológico,⁶⁶ bem como a comprovação da solicitação do Registro Ambiental Rural pelo proprietário, o que também é feito por meio da SEMAR.⁶⁷ Contudo, os órgãos carecem de mecanismos de coordenação suficientes para executar essas tarefas com eficiência, o que resulta na sobrecarga das instituições, na duplicidade de esforços e em um atraso de cerca de 12 meses para o processamento das licenças ambientais. Isso constitui um desincentivo aos agricultores para que regularizem suas propriedades e os desqualifica da possibilidade de obter crédito e de participar de programas estaduais como o PROGERE. Os processos integrados tornarão mais fácil para os solicitantes cumprir a regulamentação ambiental exigida para formalizar os direitos de propriedade de bens imóveis, obter direitos de uso de recursos hídricos e participar de programas de desenvolvimento nacionais e estaduais. Além disso, contribuirão para o monitoramento e controle das áreas produtivas, da cobertura da vegetação nas propriedades privadas e da gestão dos direitos sobre os recursos hídricos. A integração institucional e tecnológica das duas entidades padronizará e automatizará os procedimentos de georreferenciamento, melhorando o planejamento das terras e promovendo a ocupação ordenada das terras desocupadas do estado.

Modernização da administração fundiária do estado

41. Considerando que a falta de recursos humanos e financeiros tem sido um dos principais desafios para a implementação do programa estadual de regularização da propriedade da terra e, de modo mais geral, para a modernização da gestão fundiária do estado, o objetivo desta assistência técnica é assegurar que o INTERPI, a CGJ e o Grupo Especial de Regularização Fundiária e de Combate à Grilagem (GERCOG), parte do Ministério Público, disponham da capacidade mínima exigida para desenvolver as atividades do Subcomponente 1.4. A assistência técnica será prestada por meio das seguintes atividades: a) contratação de um assessor técnico, criação de uma equipe técnica,⁶⁸ e aquisição de equipamentos para o INTERPI; b) contratação de um assessor técnico para o centro de regularização da propriedade da terra da CGJ; c) aquisição de equipamentos, veículos, software e serviços de consultoria para o GERCOG e d) serviços de consultoria, estudos, visitas de estudo e conferências.

Sistema integrado de cadastramento de bens imóveis para cartórios

42. O projeto testará, em caráter piloto, um sistema integrado de cadastramento de bens imóveis para cartórios. Apenas uma pequena parcela dos cartórios dispõe de um sistema de

⁶⁶ A Lei Estadual 6.127/2011 exige que toda terra pública a ser vendida para agentes privados passe, primeiro, por um processo de triagem para garantir que a área não é de alto valor em termos de conservação (por exemplo, unidades de conservação de proteção integral, conforme definidas na Lei Federal 9.985/2000 sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) nem está sendo objeto de reivindicação de povos indígenas nem quilombolas.

⁶⁷ O Registro Ambiental Rural é uma ferramenta para fiscalizar e controlar o cumprimento da Lei Federal 12.651/2012, que exige que os proprietários de terras preservem, em caráter permanente, a vegetação natural em encostas acentuadas, áreas marginais dos corpos d'água (até uma determinada distância da margem) e em áreas próximas a nascentes.

⁶⁸ A equipe de campo será composta por dois responsáveis pelo levantamento cadastral, um topógrafo, um agrimensor, um advogado e um motorista.

cadastro computadorizado, e os que contam com esse sistema o administram de forma independente, sem qualquer supervisão da CGJ. O sistema proposto será uma plataforma intuitiva que permitirá à CGJ monitorar as atividades cartoriais e oferecerá serviços online ao público, profissionais e órgãos públicos, como o INTERPI. A CGJ também pretende explorar possíveis maneiras de obrigar os cartórios a integrar cadastros de imóveis com sistemas contendo as principais informações cadastrais, como o Sistema de Gestão Fundiária do Incra e o cadastro municipal. Esta assistência técnica abrangerá as seguintes atividades: a) preparação do sistema de parâmetros legais e exigências técnicas; b) estudo dos sistemas integrados de cadastro de imóveis disponíveis no mercado; c) aquisição ou desenvolvimento do sistema; d) teste-piloto do sistema e e) capacitação da CGJ; varas pertinentes e repartições públicas de registro.

Sistema de monitoramento e informação do PROGERE II

43. Para apoiar a melhoria do monitoramento e gestão do PROGERE II, o projeto financiará a) a concepção e implementação de um sistema computadorizado de monitoramento e gestão, alavancando um sistema já existente usado pela SDR, para gerir dados em tempo real sobre o desempenho e administração do PROGERE II; b) uma consultoria para estabelecer uma linha de base para cada uma das atividades do PROGERE antes do início da segunda fase do programa e c) outras análises e formação necessárias para definir as principais práticas sustentáveis a serem usadas em cada cadeia produtiva e proporcionar um retrato completo dos resultados esperados do PROGERE II.

Apoio à implementação do PROGERE II

44. O Governo do Piauí aumentará a capacidade técnica, operacional e logística do pessoal da Unidade de Coordenação do projeto para o PROGERE II, no âmbito da Diretoria de Combate à Pobreza Rural da SDR, a fim de aumentar a eficiência global da unidade responsável pela supervisão dos PIPs. As atividades abrangerão os custos de supervisão diária, a aquisição de veículos e de equipamentos (sistemas de GPS e tablets) e outros custos operacionais associados.

Subcomponente 2.3. Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas e a prática nas áreas da educação, saúde, gênero e participação dos cidadãos (custo estimado do Banco: US\$ 3,9 milhões)

45. Prestação de assistência técnica para gerar evidências em apoio à formulação de políticas nas áreas da educação, saúde, gênero e envolvimento dos cidadãos ao, entre outras coisas: a) fazer uma avaliação de impacto e estudos sobre o ensino médio; b) elaborar um plano estadual de regulação da saúde (PERS) e fazer uma avaliação de impacto e estudos sobre as doenças negligenciadas; c) fazer estudos sobre o gênero no território do mutuário e d) capacitar a Ouvidoria do mutuário.

Estudos e apoio a evidências de políticas no ensino médio

46. O projeto financiará três consultorias para avaliar o impacto dos programas financiados no âmbito do componente 1 e para aprimorar a política estadual de gestão do ensino.

- a) Uma rigorosa avaliação de impacto do Poupança Jovem buscará estabelecer os impactos causais sobre o desempenho e retenção dos alunos. Será empregado um ensaio controlado randomizado para 2016 com um número reduzido de alunos (uma análise do cálculo de potência determinará o tamanho da amostra). O uso de um questionário para capturar

aspectos socioemocionais⁶⁹ permitirá determinar as características dos alunos associadas com a eficácia do programa. O estudo será complementado por uma análise quase-experimental (design de descontinuidade de regressão) que explorará o critério linear para designar os municípios para tratamento. O mutuário assegurará que os resultados da avaliação de impacto sejam produzidos até o início de 2017 de modo a permitir que se façam recomendações de possíveis ajustes do programa para aumentar sua eficácia.

- b) Um diagnóstico do ensino médio oferecido no turno da noite e um diagnóstico do desenvolvimento profissional dos professores do estado. Esses estudos fornecerão insumos valiosos para orientar as políticas do Governo do Piauí para reduzir o número de alunos que frequentam aulas no período noturno e aprimorar a capacitação dos professores no Piauí.
- c) Um estudo de observação de salas de aula do ensino médio usando o método Stallings para medir o uso do tempo em sala de aula pelos professores. Esse estudo possibilitará fazer um diagnóstico detalhado das práticas pedagógicas no sistema educacional do Piauí.

47. O projeto financiará a) o desenvolvimento de um sistema de monitoramento para permitir à SEDUC supervisionar e gerir escolas com mais eficiência, com ênfase na avaliação do desempenho dos professores e coordenadores pedagógicos; b) uma consultoria especializada para analisar a estrutura e os processos de gestão organizacional da Secretaria, que embasará uma possível reestruturação futura da SEDUC;⁷⁰ c) um mapeamento das escolas a fim de determinar os locais onde o programa de EMT terá o maior impacto, tomando por base o número de alunos na faixa etária pertinente do ensino médio nas comunidades não atendidas por uma escola de ensino médio⁷¹ e uma auditoria técnica para avaliar as condições de todos os locais de EMT existentes, sobretudo o fornecimento de energia elétrica;⁷² d) um mapeamento dos locais de ensino técnico no estado para orientar a localização geográfica das novas escolas de ensino médio técnico e locais de e-Tec, bem como um mapeamento da demanda por habilidades técnicas no mercado de trabalho que abrangerá a possibilidade de parcerias com empresas locais, as necessidades das cadeias de produção locais e consultas às partes interessadas locais sobre o desenvolvimento de currículos para os cursos técnicos.

Estudos e apoio a evidências de políticas na saúde

⁶⁹ O questionário socioemocional foi elaborado e testado pelo Instituto Ayrton Senna, que autorizará seu uso para esta pesquisa.

⁷⁰ Um diagnóstico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento feito em 2011 identificou as necessidades para estabelecer um sistema de monitoramento para o sistema educacional do estado do Piauí e recomendou uma reestruturação organizacional e a redefinição dos processos da SEDUC.

⁷¹ Esse mapeamento também proporcionará informações à SEDUC sobre a demanda por novas escolas em todo o estado, sobretudo de escolas de ensino médio na zona rural.

⁷² Uma análise preliminar dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que, das quase 590 mil pessoas entre 15 e 24 anos no Piauí, cerca de 149.000 haviam concluído o ensino fundamental ou iniciado o ensino médio no passado, mas não estavam frequentando a escola naquele ano. Dessas pessoas, 40% moravam em áreas rurais. Dados do censo de 2020 serão usados para mapear alunos em potencial de EMT entre os alunos de ensino médio geral no nível distrital.

48. O projeto financiará três consultorias para avaliar o impacto dos programas financiados no âmbito do Componente 1 e aprimorar a política estadual para as doenças tropicais negligenciadas⁷³ apoiada pelo DPL.

- a) O projeto financiará a elaboração de um PERS. O objetivo do plano é definir as normas e a organização no âmbito das quais os pacientes do estado terão acesso a serviços de saúde. Planos de regulação da saúde levaram à otimização do uso dos recursos do sistema de saúde pública em outros estados brasileiros.^{74 75} O plano conterá elementos como: a) a definição das prioridades em matéria de saúde para as quais o acesso deve ser regulado; b) as responsabilidades das administrações municipais, estadual e federal no processo de regulação; c) o orçamento alocado para cada ação proposta no plano e d) o cronograma de implementação do plano. O plano se limitará ao acesso aos CEDCs. O departamento de regulação médica da SESAPI é responsável por coordenar a execução do PERS e definirá como os pacientes terão acesso aos recursos oferecidos pelos CEDCs. A assistência técnica financiará consultores para elaborar o plano, equipamento para o departamento de regulação, e capacitação do pessoal da saúde para a implementação do PERS.
- b) O projeto financiará uma pesquisa epidemiológica sobre a dinâmica das doenças negligenciadas, sobretudo as geo-helminthiases e a leishmaniose. A pesquisa ajudará a definir os territórios prioritários e os tipos de intervenção necessários para cada doença. O Projeto também financiará o desenvolvimento de um plano de ação, baseado nos resultados da pesquisa, priorizando as operações do Centro de Resposta a Doenças Negligenciadas recém-criado.
- c) O projeto financiará uma avaliação de impacto voltada para o índice de cura a fim de melhor entender os resultados do Plano Integrar.⁷⁶ A avaliação de impacto se concentrará na tuberculose e na hanseníase, cujos pacientes são mais fáceis de serem acompanhados, pois a distribuição de medicamentos é centralizada nas unidades de saúde pública.

Políticas públicas inteligentes com relação ao gênero

⁷³ Muitos dos municípios do Piauí são considerados áreas prioritárias das doenças negligenciadas e relacionadas com a pobreza, como as geo-helminthiases, a Doença de Chagas, a hanseníase, a leishmaniose e a tuberculose. As doenças tropicais negligenciadas são um grupo diverso de doenças com características distintas que se desenvolvem, sobretudo, entre as populações mais pobres e solapam o desenvolvimento intelectual das populações nas regiões em que a assistência à saúde é ruim. Por esses motivos, essas doenças são estigmatizantes. Uma grande parcela dessas doenças é perfeitamente evitável ou tratável com os medicamentos ou intervenções existentes. A maioria dessas doenças tem raízes nas consequências da pobreza e da baixa qualidade do meio, como má nutrição, moradias e condições de higiene inadequadas, poluição do ar interior, acesso limitado ou inexistente a saneamento e a água de qualidade, e educação.

⁷⁴ Lemões, Marcos Aurélio Matos, *et al.* 2013. “*Characterization of Care Coordination Actions Articulated to Primary Health Care in Cities in South and Northeast Brazil: 2001–2004*” *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 22.4: 631–640.

⁷⁵ Almeida, Patty Fidelis de, *et al.* 2013. “*Strategies for Integrating Primary Health Care with Specialized Care: Parallels between Brazil and Spain*” *Saúde em Debate* 37.98: 400–415.

⁷⁶ Nos termos da Portaria 1.870/2015, a SESAPI aprovou o Plano Estadual de Enfrentamento das Doenças Negligenciadas (Plano Integrar) e as Regras Processuais do Núcleo Estadual de Enfrentamento e Controle das Doenças Negligenciadas (NEECDN) na Comissão Intergestora Bipartite – CIB para a gestão da saúde, formada por representantes estaduais e municipais. A SESAPI publicou ambos os documentos no Diário Oficial do Estado em 5 de outubro de 2015.

49. O estado adotou a base legal para operacionalizar a Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres do Piauí (CEPM) no intuito de incorporar uma perspectiva de gênero na concepção, implementação e supervisão das políticas públicas do estado, ao promulgar o Decreto Estadual 16.162/2015. Para apoiar as operações da CEPM, o projeto financiará as seguintes atividades para a elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM): a) um diagnóstico socioeconômico dos principais desafios enfrentados pelas mulheres e pelos homens para alcançar a igualdade de gênero no Estado do Piauí e b) workshops regionais e estaduais com as principais partes interessadas. Além disso, o projeto prestará apoio aos organismos de políticas para mulheres (OPMs) e financiará uma profunda avaliação, sensível às questões de gênero, das cadeias produtivas priorizadas pelo PROGERE II.

50. O PEPM é uma ferramenta crucial para o planejamento, monitoramento e implementação de políticas e programas inteligentes com relação ao gênero e sensíveis a essa questão. Ele traduzirá o quadro mais amplo de políticas de gênero em objetivos e planos de ação específicos para o período 2017–19. Isso permitirá ao Governo do Piauí executar políticas transversais que garantam os direitos da mulher. Além disso, o PEPM alinhará o estado com as reformas das políticas de gênero no nível nacional. A elaboração do PEPM exige um diagnóstico socioeconômico sensível às questões de gênero e a convocação de workshops regionais e estaduais, assegurando a participação de organizações sociais representativas. O projeto apoiará seis workshops regionais e uma conferência estadual, com a expectativa de participação de 1.650 pessoas, além de serviços de consultoria visando à logística, ao planejamento e à divulgação. O PEPM proporá diretrizes e áreas temáticas a serem priorizadas pelas políticas estaduais destinadas a promover a igualdade de gênero e a autonomia da mulher.

51. O Governo do Piauí está planejando apoiar a criação e funcionamento de 30 OPMs, organismos que coordenam, monitoram e avaliam a gestão das políticas públicas no nível local destinadas a reduzir as lacunas entre os gêneros e promover a autonomia das mulheres.⁷⁷ Atualmente, apenas um OPM está em operação no estado. O projeto apoiará a CEPM no desenvolvimento de capacitação e fortalecimento das capacidades para a operacionalização dos OPMs. Para entrar em operação, os OPMs precisarão estar aptos a fazer diagnósticos das realidades locais em termos de gênero, planejar intervenções, contribuir para a formulação de planos de políticas públicas locais e monitorar e avaliar as políticas de gênero.

52. Além disso, a avaliação profunda e sensível ao gênero das cadeias produtivas prioritárias proporcionará informações à SDR para formular uma abordagem estratégica e direcionada para as organizações produtivas lideradas por mulheres e que combinem os gêneros. Essa abordagem consistirá, sobretudo, em pacotes de capacitação e assistência técnica que abordam a elaboração de planos de negócios, processos de certificação, acesso a financiamento, comercialização em nichos de mercado e liderança empresarial. Essas atividades visam a reduzir a segregação ocupacional e as dificuldades desproporcionais que as mulheres enfrentam em termos de acesso e concorrência nos mercados rurais, bem como a aumentar a) o índice de ingresso no mercado de

⁷⁷ Os principais objetivos das OPMs são a) promover uma distribuição mais equitativa do gênero na tomada de decisões políticas; b) contribuir para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho; c) diminuir o analfabetismo no sexo feminino e promover o acesso das mulheres à educação em todas as idades; d) superar comportamentos discriminatórios e preconceituosos; e) reduzir a violência contra a mulher e f) promover o acesso aos serviços de saúde.

empresas comandadas por mulheres b) a liderança das mulheres na tomada de decisões relacionadas aos negócios e c) os resultados no mercado das empresas lideradas por mulheres.

Aumento do envolvimento dos cidadãos e da responsabilização social

53. O projeto recorrerá aos mecanismos institucionais existentes para receber, registrar e responder a reclamações, bem como para reforçar o envolvimento dos cidadãos. Esses mecanismos estão disponíveis por meio da Ouvidoria-Geral do Estado do Piauí (OGE) e das suas unidades de apoio técnico em cada uma das principais secretarias e órgãos estaduais envolvidos na implementação do projeto. O estado adotou a base legal para facilitar o acesso dos cidadãos carentes aos serviços da OGE e agilizar a resposta dos órgãos setoriais tomados como alvo às reclamações associadas aos serviços de inclusão social e produtiva, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 16.150/2015. O projeto contribuirá para a racionalização e padronização dos procedimentos a serem seguidos pelos diversos órgãos governamentais, a formação técnica do pessoal encarregado do recebimento e tratamento das reclamações, e a construção de canais de comunicação e soluções tecnológicas mais eficazes para receber, protocolar, examinar e tratar as reclamações e a resolução de conflitos.

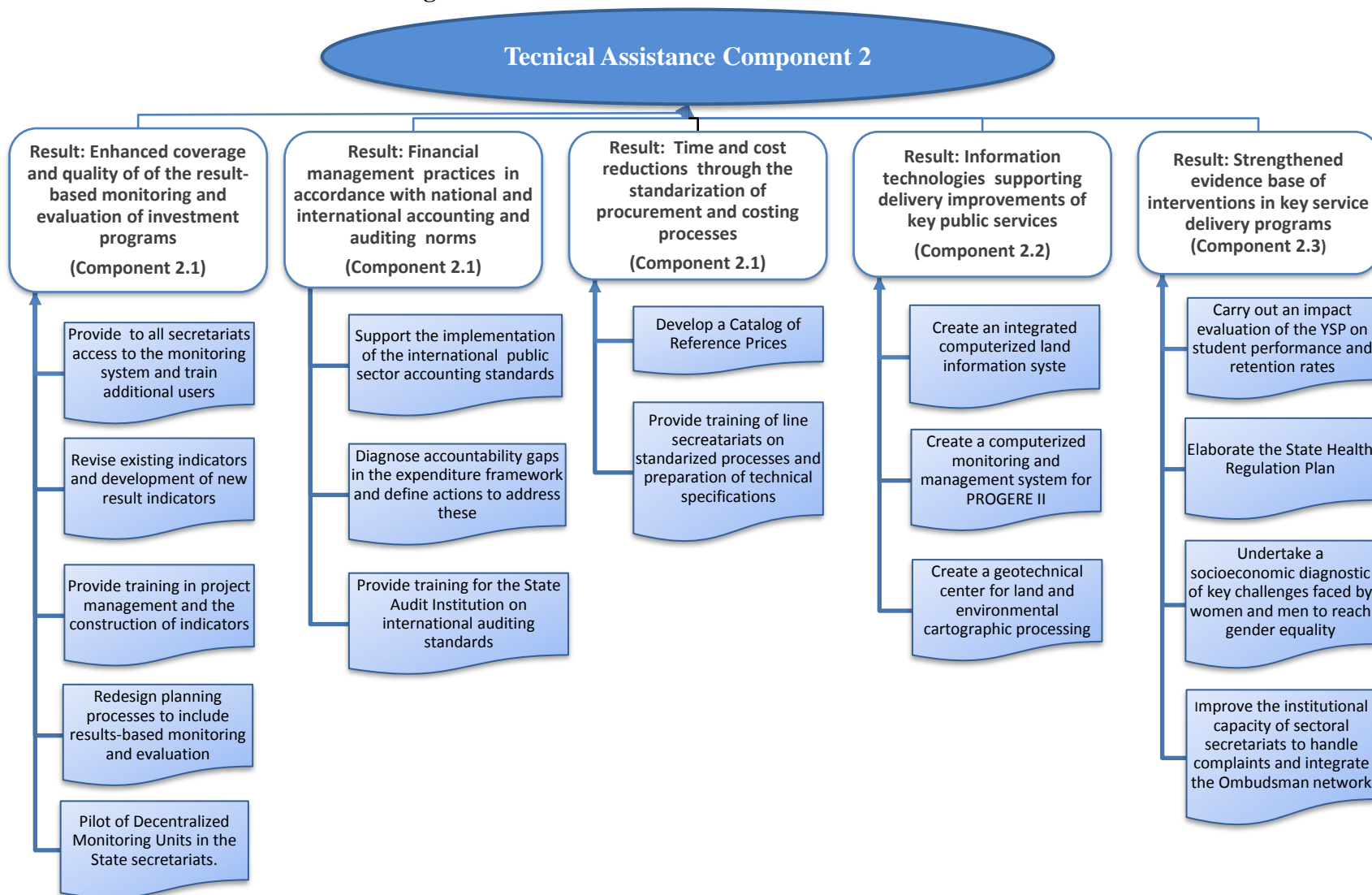
54. O projeto prestará apoio para a) reforçar os canais e procedimentos da OGE para protocolar e tratar as queixas por meio de uma interface na Internet, um sistema computadorizado, um aplicativo para celular e uma linha telefônica direta de três dígitos; b) melhorar a capacidade institucional das secretarias setoriais para tratar as reclamações e integrar a rede de ouvidoria mediante a capacitação do seu pessoal e fornecimento do hardware e software necessários para operar a rede de ouvidoria e c) lançar uma campanha de conscientização e comunicação sobre a rede de ouvidoria, sua função e suas metas. Essas medidas visam a criar um sistema fácil para o usuário, a fim de aumentar a conscientização do público sobre a OGE, aumentar o envolvimento dos cidadãos e acelerar o tratamento e resolução de reclamações. Os resultados esperados são o aumento da eficácia e credibilidade do sistema, bem como a melhoria da sua reputação entre as partes interessadas.

Tabela 2.1. Alocação dos recursos para assistência técnica

Eixo/Setor	US\$
Modernizar a gestão das despesas e do investimento no setor público	3.247.396
Sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação	746.667
Gestão das finanças públicas	1.064.832
Compras	807.692
Gestão do projeto	628.205
Fortalecer a capacidade do mutuário para a gestão dos recursos hídricos, gestão fundiária e desenvolvimento rural	7.537.179
Gestão dos recursos hídricos	1.238.462
Estabelecimento do CGEO	2.357.692
Modernização da administração fundiária do estado	2.102.564
Sistema integrado de cadastramento de bens imóveis para cartórios	876.923
Monitoramento e apoio à implementação do PROGERE II	961.538

Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas nas áreas da educação, saúde, gênero e participação dos cidadãos	3.915.424
Estudos e apoio a evidências de políticas no ensino médio	1.711.538
Estudos e apoio a evidências de políticas na saúde	1.487.179
Apoio a políticas públicas inteligentes com relação ao gênero	358.974
Reforço do envolvimento dos cidadão e da responsabilização social	357.732
Total do componente 2	14.700.000

Figura 2.6. Cadeia de resultados – assistência técnica



Anexo 3: Mecanismos de Implementação

Mecanismos institucionais e de implementação do projeto

1. O IPF do Piauí é uma operação multissetorial que abrange atividades em 10 setores: a) educação; b) saúde; c) gestão dos recursos hídricos; d) regularização da propriedade da terra; e) cadeias produtivas rurais; f) gestão do setor público; g) gestão das finanças públicas; h) gestão de compras; i) gênero e j) envolvimento dos cidadãos. Em vista da sua natureza, o projeto será executado por 12 órgãos de implementação: SEDUC, SESAPI, SEMAR, INTERPI, SDR, SEPLAN, SEFAZ, TCE, CGE-PI, SEAD, CEPM e OGE.

Mecanismos de administração do projeto

2. A SEPLAN é a principal interlocutora e coordenadora do Banco Mundial em termos de preparação e implementação do projeto. Para assegurar a coordenação adequada entre os órgãos de implementação, a SEPLAN criará, no âmbito da sua Superintendência de Cooperação Técnico-financeira (SUTEF), uma Unidade de Implementação do Projeto (UIP) para supervisionar a implementação global do projeto, coletar informações de outras secretarias e órgãos associados e elaborar relatórios periódicos de monitoramento e de andamento do projeto a serem enviados ao Governo do Piauí e ao Banco Mundial. Além disso, a UIP manterá contato com a SEFAZ no tocante a todos os assuntos relacionados à prestação de informações sobre a gestão financeira, desembolsos e auditoria do projeto. A UIP ficará localizada na sede da SEPLAN em Teresina.

3. A UIP será composta por pessoal-chave responsável pelo trabalho e coordenação de atividades relacionadas ao planejamento estratégico e às tarefas do dia-a-dia para a gestão do projeto. A equipe da UIP será formada pelo Coordenador do Projeto, cinco profissionais de compras, gestão financeira, monitoramento e avaliação, e salvaguardas, além de um coordenador técnico, encarregados dos assessores setoriais de cada setor abrangido pelo projeto (os assessores setoriais serão designados pelos órgãos de implementação). Esse pessoal fará a articulação com as secretarias e órgãos envolvidos na implementação do projeto e apoiará e prestará orientação, quando necessário, para garantir que o projeto atinja seus objetivos e o impacto desejado. Os termos de referência e qualificações dos profissionais designados para esses cargos serão examinados pelo Banco Mundial, que manifestará sua aceitação.

4. Um Comitê de Gestão do Projeto liderado pela SEPLAN e composto por representantes de todas as secretarias e órgãos associados envolvidos no projeto será instituído para apoiar o monitoramento geral do projeto. Esse comitê será criado em até dois meses após a efetivação do empréstimo, por meio de uma portaria que estabelecerá a formação do comitê, seus atributos, suas responsabilidades e a designação dos participantes; essas informações também constarão do Manual Operacional do Projeto. O comitê se reunirá a cada seis meses para discutir o andamento da implementação do projeto, os desafios e as ações ainda pendentes, e essas reuniões serão registradas em ata. Nas reuniões bianuais, o comitê fará recomendações com base na análise dos relatórios de andamento e de outros documentos pertinentes elaborados para o projeto.

5. Especificamente, as principais responsabilidades da SEPLAN, por intermédio da SUTEF, compreendem:

- a) Garantir a coordenação geral do projeto com o Banco Mundial, secretarias estaduais e órgãos associados.
- b) Criar um Comitê de Gestão do Projeto com estrutura e funções satisfatórias para o Banco Mundial, conforme definido no Manual Operacional do Projeto.
- c) Participar das reuniões do Comitê de Gestão do Projeto, zelando para que sejam tomadas as medidas apropriadas para cumprir os objetivos do projeto.
- d) Garantir a implementação oportuna de todas as atividades do projeto e monitorar essas atividades e os indicadores a ele relacionados. Para isso, a SEPLAN organizará reuniões periódicas de fiscalização com todos os órgãos participantes.
- e) Trabalhar em coordenação com a SEFAZ para assegurar que os relatórios financeiros e de andamento (além de outros documentos relacionados ao projeto) sejam elaborados conforme o acordado no Acordo de Empréstimo, bem como para coletar informações do projeto e dos resultados dos outros órgãos participantes. Esses relatórios serão apresentados com formato e conteúdo revistos e considerados aceitáveis pelo Banco.
- f) Prestar assistência aos órgãos participantes na elaboração dos termos de referência e dos documentos de licitações e de contratações, bem como na implementação, monitoramento e supervisão do projeto.
- g) Assegurar, por meio da Diretoria de Licitações (DL), que as compras sejam feitas de acordo com as regras e procedimentos do Banco Mundial, inclusive no tocante à formulação dos planos de compras, conforme o caso.
- h) Liderar a formulação de um plano de ação caso um Indicador Vinculado a Desembolsos (DLI) não seja alcançado.
- i) Sedar e facilitar as missões de supervisão do Banco Mundial e trabalhar com o Banco para otimizar os resultados e o impacto do projeto.

6. Além dos especialistas em gestão financeira da SEPLAN, dois profissionais da SEFAZ serão designados para apoiar a prestação de contas da gestão financeira, os desembolsos e o controle interno. Os termos de referência e as qualificações dos profissionais designados para esses cargos serão examinados pelo Banco Mundial, que manifestará sua aceitação. A SEMAR será responsável pela aplicação geral das salvaguardas referentes ao projeto e designará um especialista em salvaguardas para fazer a articulação e coordenação com todas as secretarias e órgãos pertinentes.

7. As secretarias estaduais e os órgãos envolvidos no projeto serão responsáveis por garantir a implementação oportuna dos seus respectivos Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) e atividades de assistência técnica, usando sua estrutura existente. O pessoal profissional lotado nas divisões/departamentos será responsável pela execução e monitoramento. As funções e responsabilidades específicas das secretarias e órgãos associados são descritas abaixo.

8. **Aumento da retenção no ensino médio na rede pública e geração de evidências para apoiar a formulação de políticas e a prática do ensino.** A SEDUC será responsável pelas atividades de planejamento e implementação no âmbito do Subcomponente 1.1 e pela assistência técnica prevista no Subcomponente 2.3. O principal interlocutor com o Banco será a diretora da Unidade de Planejamento da SEDUC, que responderá pela implementação dos programas/ações com apoio direto das seguintes unidades: a Superintendência de Ensino (SUPEN), a Unidade de Ensino e Aprendizagem (UNEA), a Gerência de Ensino Médio (GEM), a Unidade de Educação Técnica e Profissional (UETEP), a Unidade de Educação com Mediação Tecnológica e a Unidade

de Gestão Escolar em Tempo Integral. Como unidades de capacitação, a Gerência de Compra de Bens e Serviços e a Gerência de Projetos Especiais também estarão diretamente envolvidas na implementação, conforme necessário.

9. **Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde e geração de evidências em apoio à formulação de políticas e à prática da saúde.** A SESAPI, sob a supervisão do Subsecretário de Saúde, será responsável pelo planejamento e execução das atividades relacionadas à saúde no âmbito do Subcomponente 1.2 e pela assistência técnica prevista no Subcomponente 2.3. A SESAPI será apoiada por quatro unidades coordenadoras: Cuidados de Saúde, Engenharia e Arquitetura, Planejamento e Assistência à Saúde. O planejamento arquitetônico para as obras de construção no Subcomponente 1.2 será concluído por equipes dentro da SESAPI, com um trabalho complementar feito por consultorias. O Banco Mundial prestará apoio cruzado, sobretudo na concepção do papel e da função dos novos CEDCs dentro do sistema de saúde já existente.

10. **Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas e capacitação do estado para a gestão dos recursos hídricos.** A SEMAR será responsável pelo planejamento e execução das atividades de gestão de recursos hídricos no âmbito do Subcomponente 1.3 e pela assistência técnica prevista no Subcomponente 2.2. A criação de uma plataforma eletrônica pública para o banco de dados do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e a execução dos programas de trabalho municipais e das campanhas de divulgação de informações serão de responsabilidade da Gerência de Gestão de Recursos Hídricos dentro da SRH. Essa gerência também executará a verificação dos cadastros dos usuários de recursos hídricos, juntamente com a Gerência de Fiscalização da Diretoria de Meio Ambiente. O Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental – CGEO (Componente 2) será desenvolvido sob a supervisão da SRH até que um novo órgão para operar em dedicação exclusiva seja criado por lei.

11. **Fortalecimento dos direitos sobre bens imóveis e capacitação para a gestão fundiária.** O Instituto de Terras do Piauí será responsável pelo planejamento e execução das atividades de regularização da propriedade da terra e de gestão fundiária no âmbito do Subcomponente 1.4 e pela assistência técnica prevista no Subcomponente 2.2. O INTERPI será responsável pela identificação e definição de locais-alvo, mobilização de comunidades, atividades de coleta de registros cadastrais, georreferenciamento, mapeamento cartográfico e concessão de títulos de terras rurais. Em alguns casos, essas atividades serão conduzidas pela equipe interna do INTERPI, mas uma parte da meta da regularização fundiária será cumprida por empresas privadas que oferecem georreferenciamento, mapeamento cartográfico e serviços de concessão de títulos em particular que serão subcontratadas e supervisionadas pelo INTERPI. Segundo a prática em acordos de cooperação técnica, o INTERPI continuará a receber apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), principalmente no georreferenciamento de propriedades. Como é sua função atualmente, a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) continuará a ser responsável pela aplicação de regras administrativas às propriedades contestadas, o que acarretará, em alguns casos, o cancelamento de títulos fraudulentos. Além disso, continuará a supervisionar e capacitar cartórios e oferecer insumos técnicos para a elaboração e compra do sistema integrado de cadastramento de bens imóveis para cartórios no âmbito do Subcomponente 2.2, o que abrange equipamentos, software e serviços associados. A SEPLAN elaborará um acordo de cooperação com o INTERPI para a execução das atividades previstas no subcomponente 1.4 e 2.2.

12. **Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais e capacitação para o desenvolvimento rural.** A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí (SDR) será responsável pelo planejamento e execução das atividades do PROGERE II no âmbito do Subcomponente 1.5 e pela assistência técnica prevista no Subcomponente 2.2. A implementação será feita por meio das gerências técnica, administrativa, financeira e jurídica da SDR. A Superintendência da Agricultura Familiar se ocupará da coordenação geral das gerências para o PROGERE II. A Diretoria de Combate à Pobreza Rural cuidará da coordenação técnica junto com a Diretoria da Agricultura Familiar, que supervisionará os funcionários das operações técnicas nessas duas diretorias. Todas as unidades de implementação estarão subordinadas diretamente à SDR. A coordenação financeira ficará a cargo da Diretoria Administrativa e Financeira da SDR, que contará com o apoio jurídico do Gabinete do Secretário. A SDR também trabalhará em parceria com outras instituições, como a Associação de Prefeitos Municipais do Piauí (APMP), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí (FAEPI/SENAR), o Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas no Piauí (Sebrae PI), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as câmaras de comércio de apicultura, produção de castanha de caju e criação de caprinos, além das autoridades locais nos territórios-alvo da Serra da Capivara, Vale do Canindé, Vale do Sambito, Cocais, Carnaubais, Planícies Litorâneas e Vale dos Rios Piauí e Itaueira.

13. **Planejamento, monitoramento e avaliação baseados em resultados integrados.** A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) será responsável pelo planejamento e execução de atividades relacionadas ao Sistema de Monitoramento de Ações Estratégicas (SIMO) no âmbito do Subcomponente 2.1. Em especial, a Superintendência de Planejamento Estratégico coordenará a implementação envolvendo as Unidades de Coordenação de Monitoramento de Políticas Públicas e de Informações Gerenciais dentro das Unidades de Planejamento Estratégico.

14. **Gestão das finanças públicas.** A Secretaria da Fazenda (SEFAZ), a Controladoria Geral do Estado do Piauí (CGE-PI) e o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) serão responsáveis pelo planejamento e execução das atividades relacionadas à gestão das finanças públicas no âmbito do Subcomponente 2.1. Serão estabelecidos grupos de trabalho a) na SEFAZ, para o estudo diagnóstico das despesas públicas e responsabilidade financeira (PEFA); b) no TCE-PI, para a adoção das normas da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) e c) na CGE-PI, para a implementação das recomendações da avaliação usando o modelo de capacidade de auditoria interna. A SEFAZ e a SEPLAN elaborarão um acordo de cooperação com o TCE para a execução de atividades previstas no subcomponente 2.1 parte (b).

15. **Compras.** A Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD) será responsável pelo planejamento e execução das atividades relacionadas à capacitação para compras no âmbito do Subcomponente 2.1. Em especial, a Diretoria de Licitações (DL), em nome da SEAD, se encarregará de todas as atividades, inclusive a elaboração de termos de referência, documentos de licitações e processos de compra e contratação necessários para a aquisição e instalação do novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos. Se necessário, a DL poderá contratar consultores individuais para apoiar a elaboração de termos de referência (TRs) e documentos de licitações.

16. Geração de evidências em apoio à formulação de políticas e à prática no gênero. A CEPM será responsável pelo planejamento e execução das atividades no âmbito do Subcomponente 2.3 relacionados à execução de um diagnóstico e uma avaliação socioeconômicos dos desafios em matéria de gênero e uma análise aprofundada da avaliação sensível ao gênero das cadeias produtivas priorizadas pelo PROGERE II. Além disso, a CPEM apoiará a criação de organismos de políticas para as mulheres nos municípios selecionados. O principal interlocutor com o Banco será o Coordenador Geral de Políticas para Mulheres do Piauí, que supervisionará o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos programas/ações a serem implementados diretamente pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Políticas para Mulheres e pela Diretoria de Articulação Institucional e Ações Temáticas, ambas da CEPM. Nessas duas diretorias, as atividades terão o apoio da Unidade de Gestão da Promoção das Políticas para Mulheres e da Coordenação de Articulação Intermunicipal e Controle Social.

17. **Ampliação da supervisão e da responsabilidade social dos cidadãos e geração de evidências em apoio à formulação de políticas e à prática do envolvimento dos cidadãos.** A OGE será responsável pelo planejamento e execução das atividades no âmbito do Subcomponente 2.3. Além disso, ficará encarregada de informar periodicamente o número de vezes que os cidadãos acessaram o sistema e a eficácia do mecanismo para a resolução de queixas. O principal interlocutor com o Banco Mundial será o Ouvidor-Geral do Estado.

18. **Manual Operacional do Projeto.** A SEPLAN elaborou um Manual Operacional do Projeto satisfatório para o Banco, que contém, entre outras coisas: a) os indicadores de desempenho descritos no quadro de resultados; b) os procedimentos para a implementação e monitoramento do projeto; c) os critérios detalhados para o monitoramento dos DLIs; d) as necessidades financeiras e de compras do projeto; e) as funções e responsabilidades de cada secretaria e órgão; f) o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS); g) o Mecanismo de Reassentamento Involuntário; h) o Plano de Gestão Ambiental para o PROGERE II; i) o Plano de Gestão do Lixo Hospitalar (PGLH); j) o plano de contas e os controles internos do projeto, os procedimentos para a prestação de contas e o formato dos relatórios financeiros não auditados provisórios; k) o modelo dos acordos de cooperação; l) as porcentagens e os requisitos específicos para as regras de execução aplicáveis a cada retirada e m) os mecanismos de desembolso para os EEPs de 1 a 15.

Gestão financeira, desembolsos e compras

Gestão financeira

19. O Banco fez uma avaliação dos mecanismos de gestão financeira da SEPLAN em conformidade com a OP/BP 10.00 e o Manual de Prática de Gestão Financeira (*Financial Management Practice Manual*).⁷⁸ O risco do projeto em termos de gestão financeira foi avaliado como substancial, em face dos desafios do estado e os mecanismos de implementação do projeto, que abrangem vários executores orçamentais, e considerando que os recursos financeiros do projeto serão usados para financiar um grande volume de transações. Os mecanismos de coordenação da gestão financeira na SEPLAN e o uso dos procedimentos do Estado e do sistema

⁷⁸ Publicado pelo *Financial Management Sector Board* em 1 de março de 2010.

integrado de gestão financeira ajudarão a mitigar esses riscos. Além disso, a SEFAZ alocará especialistas na área dedicados para cumprir as diversas tarefas de gestão financeira detalhadas no Manual Operacional do Projeto. O especialista em gestão financeira assegurará um fluxo regular de informações e a observância das disposições do projeto dentro de todos os órgãos participantes. A SEFAZ será responsável pelo fornecimento dos dados de despesas orçamentárias que serão necessários para fins dos desembolsos. A conclusão geral da avaliação é que os mecanismos de gestão financeira planejados são considerados adequados. A Tabela 3.1 resume a avaliação do risco ligado à gestão financeira.

Tabela 3.1 Avaliação da gestão financeira e classificação dos riscos

Risco	Classificação do risco	Risco e medidas de mitigação
Nível nacional	M	Uma forte estrutura jurídica e institucional em que as funções e responsabilidades são claramente especificadas sustenta o ambiente de gestão financeira no poder público no Brasil. Uma lei de responsabilidade do poder público regulamenta os controles financeiros e a elaboração de orçamento e de relatórios nas esferas federal, estadual e municipal. Contudo, tem havido casos de corrupção e perdas de recursos públicos, e os relatórios de entidades fiscalizadoras superiores periodicamente contêm exemplos de não conformidade com requisitos pertinentes. Apesar de esses casos talvez não comprometerem a gestão global das finanças públicas, podem representar certos riscos, que o Governo Federal está empenhado em abordar. Algumas iniciativas apresentadas em muitas esferas de governo visavam a aumentar a eficiência das despesas públicas.
Nível subnacional (estadual)	M	As conclusões da análise da gestão das finanças públicas (GFP) foram positivas; contudo, esta é a primeira operação a usar os sistemas de (GFP) do Governo do Piauí.
Nível dos órgãos	A	Os mecanismos de implementação envolvem diversas secretarias que não têm experiência no trabalho com projetos financiados por doadores externos. Devido ao número de órgãos de implementação, o programa enfrentará desafios no monitoramento do uso de recursos financeiros e na coordenação dos órgãos de implementação. Medidas de mitigação: O Manual Operacional do Projeto estipulará as respectivas responsabilidades dos órgãos públicos no programa. Isso deve ajudar a eliminar as sobreposições e a confusão latentes e a fazer face às principais questões em termos de monitoramento e coordenação. Serão tomadas providências para que atividades de capacitação do Banco Mundial sejam aplicadas para que a SEFAZ assuma os aspectos da gestão financeira do projeto.
Nível do projeto	A	Os mecanismos institucionais caracterizam-se por inúmeros órgãos de implementação com inúmeras atividades, mecanismos de desembolso e questões de controle. Medidas de mitigação: A SEPLAN liderará e coordenará as atividades dos órgãos de implementação. Para melhorar os mecanismos de gestão financeira do Projeto, a SEFAZ e o especialista em gestão financeira do Banco Mundial oferecerão apoio e capacitação aos órgãos de implementação envolvidos.
Riscos globais inerentes	A	
Orçamento	S	O orçamento talvez não reflita adequadamente as despesas planejadas de todos os órgãos de implementação. Medidas de mitigação: O processo de elaboração do orçamento envolverá os órgãos de implementação e adotará procedimentos claros de elaboração de orçamentos. Instruções claras serão dadas aos órgãos de implementação sobre o modo de elaboração das suas propostas e um sistema claro de classificação orçamentária será usado para garantir a identificação precisa das despesas planejadas.

Risco	Classificação do risco	Risco e medidas de mitigação
Contabilidade	M	Medidas de mitigação: Contabilidade e monitoramento adequados dos balancetes das contas do governo. O SIAFEM será reforçado durante a execução do projeto.
Controles internos	M	A CGE-PI tem independência suficiente e funcionários qualificados para analisar periodicamente os controles internos. Contudo, o projeto ainda enfrentará desafios significativos em matéria de controles internos. O Manual Operacional do Projeto descreverá os procedimentos a serem seguidos Medidas de mitigação: Análises periódicas dos processos no âmbito do projeto serão feitas pela CGE-PI. O setor de gestão financeira do projeto trabalhará com o pessoal da UIP e da CGE-PI para estabelecer um rígido controle do Poupança Jovem e do programa dos PIPs.
Fluxo de recursos	M	Uma Conta Designada será usada para o projeto para fins da assistência técnica, e uma conta aceitável designada pelo mutuário será usada para fins dos EEPs.
Prestação de informações financeiras	M	Medidas de mitigação: A prestação periódica de informações financeiras será modificada para o requisito de prestação de informações de projetos plurianuais (início do projeto até a presente data) e para os indicadores de desembolso do projeto. O Banco supervisionará de perto os cálculos dos indicadores de desembolso.
Auditoria	M	A complexidade e o tamanho da operação exigirão um nível maior de recursos de auditoria e um grande escopo de auditoria. Medidas de mitigação: O Banco assegurará que os termos de referência da auditoria tenham um escopo suficiente das obrigações. Além disso, o Banco garantirá que o TCE-PI, que já expressou um interesse preliminar na condução da auditoria, tenha capacidade suficiente para fazê-la. Caso essa capacidade seja considerada insuficiente, a SEPLAN contratará auditores independentes usando as normas e procedimentos do Banco Mundial.
Risco global dos controles	S	

A – Alto, S – Substancial, M – Moderado, L – Baixo

Mecanismos institucionais, dotação de pessoal e sistemas de controle interno

20. As funções de gestão financeira serão divididas entre as diversas secretarias estaduais e ficarão a cargo de profissionais qualificados que entendam as políticas e os procedimentos do Banco e tenham os níveis de formação, experiência e conhecimento para executá-las de modo adequado. A SEFAZ deve contemplar ter pelo menos dois funcionários responsáveis pelas diversas tarefas de apoio de gestão financeira e pela garantia de um fluxo regular de informações e da observância das disposições do projeto em todos os executores, no tocante à prestação de informações e desembolsos. Esses dois funcionários receberão capacitação sobre os mecanismos de gestão financeira do Banco Mundial até, o mais tardar, o primeiro trimestre da implementação do projeto. Além disso, a SEFAZ deve implementar os mecanismos necessários para monitorar regularmente o uso dos recursos financeiros e oferecer orientação ao executores do projeto.

21. Um fluxograma do ciclo de pagamentos dos EEPs, inclusive com os aspectos de documentação e reconciliação, foi elaborado para evitar lapsos e a redundância nos atuais processos de pagamento e documentação. Uma análise dos atuais processos de pagamento e documentação facilitará não apenas a racionalização dos procedimentos de pagamento, mas também o fechamento das atuais lacunas e a redução das deficiências. O Manual Operacional do

Projeto documentará esses processos e servirá como um importante recurso para o processamento das etapas durante a implementação do projeto. O Manual conterá diretrizes e procedimentos detalhados para fins dos desembolsos, aprovações, compromissos, pagamentos e relatórios. Além disso, a CGE-PI monitorará de perto as atividades do projeto e prestará apoio para a adoção de um sistema abrangente de controles internos.

Orçamento

22. O Governo do Piauí segue as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), Lei Federal 4.320/1964, que estabelece determinados princípios de contabilidade de alto nível, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado na Lei 10.180/2001 e no Decreto Federal 3.589/2001. O Projeto exige a observância dessas normas contábeis nacionais aplicáveis ao setor público, bem como do Manual de Contabilidade revisto publicado nos termos da Portaria STN nº 467/2009. A última Avaliação do Sistema de Gerenciamento Financeiro do País (CFAA) no Brasil indicou que a Lei nº 4.320/1964 estava em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

23. O ciclo orçamentário compreende o planejamento e a implementação de todas as atividades do governo, que devem estar refletidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).⁷⁹ O SIAFEM do Governo do Piauí mantém todos os registros contábeis e é usado por todas as instituições do Governo do Piauí que recebem/transferem recursos financeiros do governo. A gestão contábil do governo é responsabilidade da SEFAZ. Cada secretaria conta com profissionais de administração e finanças responsáveis pela aprovação dos respectivos pagamentos em conformidade com a LOA. A SEPLAN executará o Componente 1 e parte do Componente 2, que também será implementado por outras secretarias e órgãos conforme descrito no Anexo 2. A execução do projeto cumprirá as leis orçamentárias e os respectivos procedimentos. A elaboração do orçamento anual do projeto será baseada na execução orçamentária do Componente 1 e no plano de compras do Componente 2, que serão atualizados regularmente durante a implementação. Cada secretaria executora elaborará os orçamentos anuais, que serão consolidados e enviados pela SEFAZ à SEPLAN. O orçamento anual aprovado será inserido no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFEM) e usado para comparação periódica com os resultados efetivos, como parte dos relatórios provisórios. Os valores atualizados da execução orçamentária dos orçamentos combinados para os EEPs constituirão a base dos desembolsos.

Sistema e registros contábeis

24. A contabilidade de ambos os componentes do projeto usará o SIAFEM, uma vez que os desembolsos do Componente 1 (EEPs) serão baseados na linha orçamentária que representa as despesas pagas durante o período a que se referem as informações prestadas. Durante a preparação das informações contábeis e financeiras, as transações no âmbito de ambos os componentes serão registradas como pagas e toda a documentação comprobatória básica será mantida para facilitar

⁷⁹ O PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual) contêm as metas e programas do Governo do Piauí aprovadas pela assembleia legislativa do estado a cada 5 anos, 18 meses e 12 meses, respectivamente.

revisões *ex post* e as auditorias externas anuais. Esses documentos devem ser mantidos por um período mínimo de cinco anos.

Desembolsos

25. No âmbito do Componente 1, os desembolsos seguiriam uma abordagem de financiamento baseada nos DLIs, com os recursos dos empréstimos contribuindo para a implementação dos Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) do Estado do Piauí e para a consecução de resultados específicos que acionariam os desembolsos de acordo com os seguintes mecanismos:

- a) Os desembolsos serão feitos contra a apresentação das despesas efetuadas no âmbito de EEPs predefinidos correspondentes à SEDUC, SESAPI, SEMAR, INTERPI, SEAD e SDR, e o cumprimento dos DLIs. Os desembolsos do empréstimo serão identificados no sistema orçamentário do estado como cofinanciamento para os EEPs, mas os recursos serão desembolsados em favor do Tesouro estadual.
- b) A SEPLAN se encarregará do orçamento e aprovação de cada EEP anualmente e atribuirá o mesmo código do orçamento usado nos PPAs 2012–15 e 2016–19, conforme indicado na tabela dos EEPs (Tabela 3.4). O Banco e o mutuário poderão examinar conjuntamente os montantes atribuídos aos EEPs por código orçamentário uma vez por ano e ajustá-los de modo satisfatório para o Banco. O SIAFEM acompanhará e informará as estimativas orçamentárias e despesas efetivas.
- c) O Banco financiará uma porcentagem contra as despesas agregadas em que se tenha efetivamente incorrido (pagamentos e transferências para os alunos do ensino médio no âmbito do Poupança Jovem e beneficiários aptos no âmbito dos PIPs) dentro dos EEPs e não uma porcentagem de um pagamento (ou contrato) como nos IPFs tradicionais. Nesse caso, uma porcentagem de financiamento de até 80% foi acordada e formará o limite máximo do montante a ser desembolsado contra os EEPs agregados. Assim, para desembolsar um montante que represente 80% do EEP agregado, o mutuário apresentará esse montante multiplicado por 1,25 em despesas relativas aos EEPs, das quais pelo menos 80% devem seguir as regras de compras do Banco.⁸⁰
- d) Os desembolsos serão feitos em nove reembolsos dos EEPs efetivos por meio da apresentação de relatórios de gastos dos EEPs abrangendo o período anterior à solicitação de retirada, em conformidade com as instruções constantes do Manual Operacional do Projeto e da Carta de Desembolso.
- e) O primeiro reembolso ocorrerá imediatamente após a efetivação do empréstimo como financiamento retroativo, e, como tal, abrangerá até 12 meses antes da assinatura do empréstimo, mas em ou após março de 2015, e não excederá US\$ 21 milhões.
- f) Os oito reembolsos seguintes serão feitos nos meses de fevereiro e agosto de cada ano contra as despesas efetivas dos EEPs em que se incorra no período de seis meses anteriores, definido como janeiro a junho e julho a dezembro de cada ano civil de implementação do projeto.
- g) Além disso, a partir de janeiro do primeiro ano de implementação do Projeto, os reembolsos levarão em conta a conformidade da SEDUC, SESAPI, SEMAR, INTERPI, SEAD e SDR com os DLIs, a ser verificada ao fim de cada período de seis meses (até 30

⁸⁰ Por exemplo, para desembolsar US\$ 10 milhões, o mutuário deverá apresentar US\$ 12,5 milhões em despesas no âmbito do EEP, sendo que pelo menos US\$ 10 milhões deverão cumprir as regras de compras do Banco.

de junho e até 31 de dezembro de cada ano) de acordo com as metas e cronograma estabelecidos para cada indicador e com os protocolos de verificação (veja a Tabela 3.6) O Projeto tem um total de 15 DLIs. Cada DLI tem o mesmo peso para compor o montante de desembolso total por período e um protocolo detalhando como ele será avaliado e por quais fontes. Os montantes propostos para desembolso por período levam em conta premissas técnicas, a alocação orçamentária esperada e a capacidade de gasto dos executores. A tabela de desembolsos (Tabela 3.3) detalha as condições de desembolso de cada período.

- h) Se uma meta de DLI não for alcançada plenamente, será desembolsado um montante proporcional à extensão do cumprimento do DLI até o valor do DLI, exceto no caso dos DLIs que não tenham metas quantitativas. A SEDUC, SESAPI, SEMAR, INTERPI, SEAD e SDR, conforme o caso, com assistência da SEPLAN e do Banco, acordarão o Plano de Ação para garantir que cada meta de DLI seja alcançada plenamente no âmbito do projeto e que os montantes retidos para cada DLI descumprido sejam pagos na solicitação de retirada subsequente quando o DLI for alcançado.
- i) O Governo do Piauí selecionará e contratará uma entidade de verificação independente, em no máximo 18 meses após a data de efetivação, para fazer duas revisões técnicas dos resultados acordados durante a vigência do projeto. A primeira revisão deve ser concluída antes do quarto desembolso, e a segunda, antes do oitavo desembolso.

26. Antes do quinto desembolso, será feita uma revisão intermediária do projeto para avaliar, entre outros aspectos, o desempenho dos indicadores incluídos no quadro de resultados e a consecução dos DLIs do Projeto. Essa revisão intermediária determinará se convém incorporar ou modificar algum DLI novo ou atual de acordo com o mecanismo e as modalidades de desembolso usados pelo projeto.

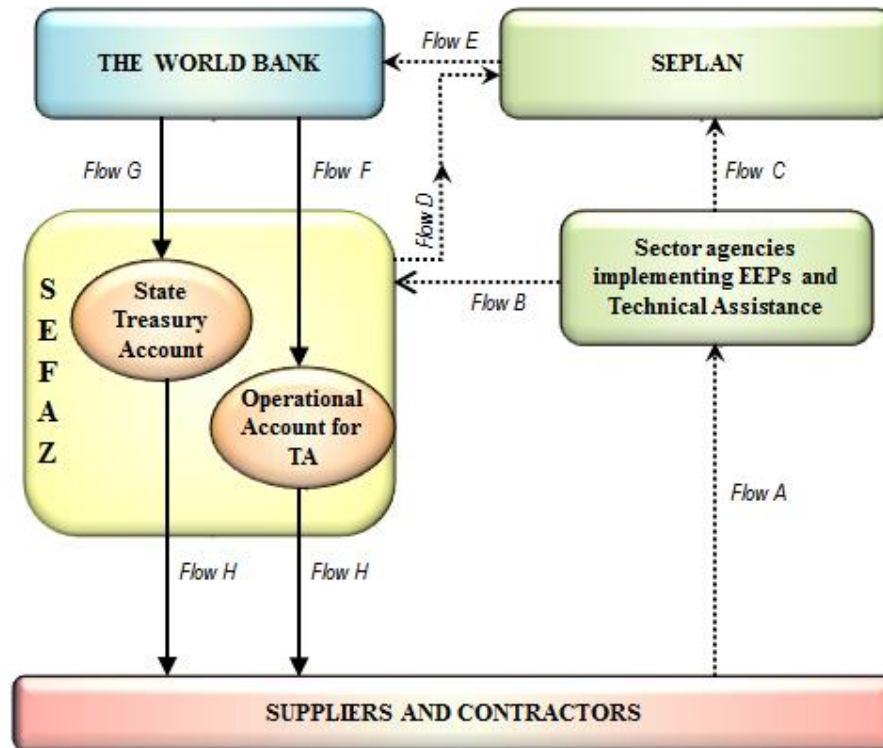
27. Rolagem de montantes não desembolsados:

- a) Caso o Banco não tenha recebido provas do total cumprimento dos: i) DLIs quantitativos (DLIs 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15), então o Banco desembolsará o montante alocado ao DLI correspondente proporcionalmente ao grau de cumprimento; ii) DLIs qualitativos (DLIs 2 e 6), então o Banco não autorizará o respectivo desembolso. Tão logo os DLIs pertinentes (quantitativos ou qualitativos) tenham sido cumpridos plenamente, o montante reduzido na retirada anterior poderá ser desembolsado tão somente se, no momento da retirada subsequente, o mutuário houver apresentado a documentação das despesas elegíveis efetuadas no âmbito dos EEPs no montante de, pelo menos, 1,25 vez o montante da retirada solicitada.
- b) Os montantes transportados devido à falta de documentação das despesas elegíveis no montante de, pelo menos, 1,25 vez o montante solicitado para retirada podem ser desembolsados no momento da retirada subsequente apenas se esse montante das despesas elegíveis for então apresentado.

28. No âmbito do Componente 2, os desembolsos serão feitos por meio de adiantamentos depositados em uma CD. Essa conta será denominada em dólares dos Estados Unidos e mantida na conta do Banco do Brasil, em nome da SEFAZ, com a identificação do projeto. A DA terá um teto fixo de US\$ 1.500.000. Os desembolsos serão documentados com base na Declaração de Gastos (SOEs) apresentada a cada semestre ou, caso necessário, com maior frequência. A SEFAZ administrará a CD, a qual será segregada, e movimentará uma conta em moeda local para financiar

as despesas do projeto em moeda local, conta essa que receberá transferências periódicas de recursos da CD denominada em dólares. À medida que despesas elegíveis forem efetuadas, a SEFAZ sacará o montante a ser financiado pelo BIRD da CD.

Figura 3.1: Mecanismos de desembolso e fluxo de recursos



—————> - Flows involving the movement of funds
> - Flows involving documentation or supply of goods and services

- Flow A - Suppliers provide goods and services, and related invoices
- Flow B - Sector agencies submit payment requests to SEFAZ
- Flow C - Transaction data provided to SEPLAN through access to SIAFEM
- Flow D - SEFAZ provide bank statements to SEPLAN
- Flow E - IFRs and Requests for disbursement submitted to Bank by SEPLAN
- Flow F - Disbursements in respect of Technical Assistance
- Flow G - Disbursements in respect of EEPs on a reimbursement basis
- Flow H - Payment to suppliers and contractors

Note

1 - The Designated Account is part of the State's Single Treasury Account that is managed by SEPLAN.

29. Os mecanismos de gestão financeira propostos para controlar o Poupança Jovem e os PIPs (fluxo de recursos, prestação de contas e mecanismos de controle interno foram considerados aceitáveis. O Manual Operacional do Projeto contém gráficos detalhados do fluxo de recursos.

Apresentação de relatórios intermediários e anuais

30. Todas as informações da gestão financeira serão consolidadas pela SEFAZ (inclusive os relatórios de outras secretarias confirmando o cumprimento dos marcos e etapas acordados). A SEFAZ será responsável pelo envio de relatórios intermediários (IFRs) por componente, linha orçamentária e atividade ao Banco Mundial para fins de monitoramento e desembolso. Esses relatórios devem seguir, dentro do possível, o formato dos relatórios atuais do Governo do Piauí. Com o objetivo de monitorar a gestão financeira, os especialistas em gestão financeira da SEPLAN e SFAZ elaborarão relatórios temporários consolidados na moeda do mutuário (conforme detalhado abaixo) pelo regime de caixa e os apresentarão ao Banco Mundial no prazo de 45 dias após o fim de cada semestre. Esses relatórios serão submetidos à supervisão do Banco e ao exame da Unidade de Controladoria Interna e de Auditores Externos.

31. Os IFRs demonstrarão o cumprimento dos DLIs, apresentarão as demonstrações de despesas efetuadas no âmbito dos EEPs a cada semestre e serão submetidos à aprovação do Banco. O formato dos IFRs será anexado à Carta de Desembolso e será incluído no Manual Operacional do Projeto. Caso haja um acordo entre o Banco Mundial e o Mutuário, os relatórios a seguir poderão ser ajustados durante a implementação do projeto:

- a) IFR 1-A: Declaração de Fontes e Usos de Recursos, por componente/subcomponente, cumulativa (até a presente data; nos doze meses até a data em questão) e com referência ao semestre.
- b) IFR 1-B: Demonstração dos Relatórios de Gastos dos EEPs informando a execução do período por linha do orçamento, indicando os montantes orçados em comparação com as despesas efetivas, inclusive com a porcentagem de execução.
- c) IFR 1-C: Relatório sobre o Cumprimento dos DLIs, informando se os DLIs referentes ao período foram cumpridos.
- d) IFR 1-D: Conciliação da Conta Designada para o Componente 2 (extrato da conta bancária em anexo).

32. O IFR também conterà as demonstrações financeiras anuais do projeto, inclusive as notas às demonstrações financeiras.

Mecanismos de auditoria externa

33. As demonstrações financeiras do projeto serão auditadas de acordo com a política e as diretrizes de auditoria do Banco Mundial.⁸¹ O relatório de auditoria deve ser entregue ao Banco Mundial após o fim do ano civil anterior, conforme definido nas diretrizes de auditoria da gestão financeira e no Acordo de Empréstimo do Banco Mundial. A auditoria será feita de acordo com os termos de referência elaborados pela SEFAZ e considerados aceitáveis pelo Banco Mundial. Este último declarará que não faz objeções a esses termos de referência no prazo de seis meses após a assinatura do empréstimo e anexará essa declaração ao Manual Operacional do Projeto.

⁸¹ Publicadas pela *Financial Management Standards Board* em 30 de junho de 2003, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria publicadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC).

O escopo do relatório de auditoria abrangerá uma revisão total do quarto IFR (para cada ano civil) e das transações da SEFAZ no SIAFEM. O relatório de auditoria trará uma opinião sobre a demonstração financeira do projeto e uma carta de recomendações sobre os pontos fracos do controle interno e fará o acompanhamento das medidas corretivas nas auditorias posteriores da implementação pelo Governo do Piauí. Os auditores terão acesso a todos os registros comprobatórios e deverão estar aptos a fazer exames *in loco* de subprojetos. Os auditores do projeto serão selecionados de modo a cumprir os critérios do Banco Mundial de independência e competência. O TCE-PI tem o mandato para auditar todas as despesas do estado, inclusive as que serão financiadas no âmbito do projeto. O TCE-PI manifestou interesse em fazer a auditoria e comunicará formalmente sua decisão final à SEPLAN e à SEFAZ. O Banco Mundial analisará a capacidade do TCE-PI para fazer a auditoria e concluirá sua análise no prazo de seis meses após as negociações do empréstimo.

34. Todos os registros comprobatórios serão mantidos na SEFAZ por pelo menos dois anos após a data de encerramento do projeto ou por um ano após o Banco Mundial haver recebido as demonstrações financeiras auditadas que abrangem o período durante o qual a última retirada da conta do empréstimo foi feita, o que ocorrer por último.

Mecanismos de supervisão da gestão financeira

35. Como parte das suas missões de supervisão do projeto (pelo menos duas vezes por ano), o Banco Mundial fará supervisões da gestão financeira baseadas no risco. O foco recairá sobre: a) contabilidade e controles internos do projeto, b) mecanismos de elaboração dos orçamentos e planejamento financeiro; c) IFRs não auditados; d) relatórios de auditoria, inclusive as demonstrações financeiras e medidas corretivas recomendadas nas cartas de recomendações dos auditores; e) gestão de desembolsos e fluxos financeiros, incluídos os recursos de contrapartida, conforme o caso, e f) qualquer ocorrência de prática de corrupção envolvendo recursos do projeto.

Tabela 3.2. Alocação dos recursos do empréstimo

Categoria	Montante do empréstimo alocado (US\$)	Porcentagem das despesas a serem financiadas (inclusive impostos)
(1) EEPs no âmbito do Componente 1	105.000.000	80% das despesas agregadas do EEP
(2) Bens, serviços de consultores, serviços técnicos, capacitação e custos operacionais no âmbito do Componente 2	14.700.000	100%
Taxa inicial	300.000	Montante a pagar conforme a Seção 2.04 do Acordo do Empréstimo, em conformidade com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais
MONTANTE TOTAL	120.000.000	

Tabela 3.3. Cronograma provisório de desembolsos do Componente 1

Desembolso		Tipo de desembolso	Montante do desembolso planejado (US\$)	Requisitos
nº	Data prevista			
1	Janeiro de 2016	Retroativo – 1 de março de 2015 até a assinatura do empréstimo	21,000,000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 26.250.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras do Banco Mundial de montante agregado de pelo menos US\$ 21.000.000
2	Agosto de 2016	Reembolso de despesas efetuadas no primeiro semestre do ano civil 2016 após a data de assinatura do empréstimo (assinatura até junho de 2016)	5.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 6.250.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 5.000.000 • Observância dos DLIs
3	Fevereiro de 2017	Reembolso de despesas efetuadas no segundo semestre do ano civil 2016 (julho a dezembro de 2016)	10.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 12.500.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 10.000.000 • Observância dos DLIs

4	Agosto de 2017	Reembolso de despesas efetuadas no primeiro semestre do ano civil 2017 (janeiro a junho de 2017)	11.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 13.750.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 11.000.000 • Observância dos DLIs
5	Fevereiro de 2018	Reembolso de despesas efetuadas no segundo semestre do ano civil 2017 (julho a dezembro de 2017)	12.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 15.000.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 12.000.000 • Observância dos DLIs
6	Agosto de 2018	Reembolso de despesas efetuadas no primeiro semestre do ano civil 2018 (janeiro a junho de 2018)	11.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 13.750.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 11.000.000 • Observância dos DLIs
7	Fevereiro de 2019	Reembolso de despesas efetuadas no segundo semestre do ano civil 2018 (julho a dezembro de 2018)	12.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 15.000.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 12.000.000 • Observância dos DLIs

8	Agosto de 2019	Reembolso de despesas efetuadas no primeiro semestre do ano civil 2019 (janeiro a junho de 2019)	12.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 15.000.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 12.000.000 • Observância dos DLIs
9	Fevereiro de 2020	Reembolso de despesas efetuadas no segundo semestre do ano civil 2019 (julho a dezembro de 2019)	11.000.000	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas no âmbito dos EEPs de pelo menos US\$ 13.750.000 • Apresentar comprovantes de que as despesas foram efetuadas em conformidade com as regras de compras de montante agregado de pelo menos US\$ 11.000.000 • Observância dos DLIs

Tabela 3.4. EEPs (em reais)

Código do orçamento	Programas de Despesas Elegíveis (EEPs)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Subcomponente 1.1: Melhoria da retenção no ensino médio na rede pública estadual								
14102.12362122.078	Apoio ao Programa Educando – ensino médio	70.114.532						70.114.532
14102.12362122.120			34.356.095	37.791.705	41.570.875	45.727.962	50.300.759	209.747.396
14102.12368121.120	Expansão e melhoria da infraestrutura – democratização do acesso à educação básica	120.829.807						120.829.807
14102.12368122.312	Reestruturação e manutenção da tecnologia da informação nas escolas da rede		12.942.250	14.236.772	15.660.449	17.226.494	18.949.144	79.015.379
14102.12366122.115	Expansão e reestruturação da rede estadual de ensino para jovens e adultos		4.270.000	4.697.000	5.166.700	5.683.370	6.251.707	26.068.777
1410.201368122.120	Expansão e melhoria das escolas em tempo integral		28.131.473	30.944.620	34.039.082	37.442.991	41.187.290	171.745.456
1410.212362121.120	Programa Poupança Jovem do Piauí		14.718.000	16.189.800	17.808.780	19.589.658	21.548.624	89.854.862
14102.12362121.121	Expansão do ensino médio, inclusive o uso da mediação tecnológica	12.570.000						12.570.000
14102.123681122.130			170.507.672	187.558.439	206.314.283	226.945.711	249.640.283	1.040.966.388
14102.12363112.232	Expansão e manutenção da rede E-Tec		1.565.000	1.721.500	1.893.650	2.083.015	2.291.317	9.554.482
14102.12368122.081	Implementação do sistema de avaliação do estudante do estado para a educação básica – SAEPI	5.302.500						5.302.500
14102.12368122.114			6.910.000	7.601.000	8.361.100	9.197.210	10.116.931	42.186.241
14102.12368122.079	Manutenção da rede estadual para a educação básica	134.689.047						134.689.047

Código do orçamento	Programas de Despesas Elegíveis (EEPs)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
14102.12363121.122	Expansão e melhoria do ensino técnico	21.610.000						21.610.000
14102.12363112.234	(profissionalizante), inclusive com o uso da mediação tecnológica		53.371.805	58.708.986	64.579.884	71.037.872	78.141.660	325.840.207
Subtotal	SEDUC	365.115.886	326.772.565	359.449.822	395.394.804	343.934.284	478.427.712	2.360.095.073
Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde								
17101.10122031.360	Fortalecimento da política de financiamento do estado por meio do sistema de cofinanciamento da saúde pública	42.000.000						42.000.000
17101.10301032.132			47.200.398	51.920.438	57.112.482	62.823.730	69.106.103	288.163.150
17101.10301032.288	Apoio de média e alta complexidade em ambulâncias e hospitais	111.910.000						111.910.000
17101.10301032.220			149.544.435	164.498.879	180.948.766	199.043.643	218.948.007	912.983.730
Subtotal	SESAPI	153.910.000	196.744.833	216.419.316	238.061.248	261.867.373	288.054.110	1.355.056.880
Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas								
28101.18544171.320	Criação do cadastro e registro dos usuários de recursos hídricos	29.603.750						29.603.750
28101.18542171.128			1.965.000	2.161.500	2.377.650	2.615.415	2.876.957	11.996.522
28101.18544171.071	Elaboração de estudos e projetos, e criação de instrumentos para apoiar a gestão dos recursos hídricos		1.709.990	1.880.989	2.069.088	2.275.997	2.503.596	10.439.660
28101.18544172.172	Implementação e operacionalização de redes de monitoramento dos recursos hídricos do estado		3.304.160	3.634.576	3.998.034	4.397.837	4.837.621	20.172.227
Subtotal	SEMAR	29.603.750	6.979.150	7.677.065	8.444.772	9.289.249	10.218.174	72.212.159

Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis								
15201.21127231.193	Regularização da terra por meio do isolamento das terras do estado	25.523.960						25.523.960
15201.21127241.236	Gestão das terras públicas do estado para o cumprimento da função social da propriedade rural		30.292.279	33.321.507	36.653.658	40.319.023	44.350.926	184.937.393
15201.21127231.190	Regularização da terra e formalização dos assentamentos informais	7.476.040						7.476.040
Subtotal	INTERPI	31.000.000	30.292.279	33.321.507	36.653.658	40.319.023	44.350.926	215.937.393
Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais								
15101.20244051.290	Desenvolvimento institucional/PROGERE	413.926						413,926
15101.20244052.210	o desenvolvimento e a implementação de programas de combate à pobreza rural	10.656.395						10,656,395
15101.20244052.249	Elaboração e execução de programas para o combate à pobreza rural		8.660.000	9.526.000	10.478.600	11.526.460	12.679.106	52,870,166
15101.20244052.219	Administração, supervisão, monitoramento e avaliação do PROGERE	12.875.321						12,875,321
15101.20601222.210	Fortalecimento da agricultura familiar		12.745.000	14.019.500	15.421.450	16.963.595	18.659.955	77,809,500
15101.20602221.269	Reestruturação das cadeias produtivas rurais, criação de ovinos e caprinos, piscicultura, suinocultura, apicultura, avicultura, agropecuária leiteira, produção de frutas, etc.		13.365.000	14.701.500	16.171.650	17.788.815	19.567.697	81,594,662
15101.20244252.283	Administração, supervisão, monitoramento e avaliação		1.881.000	2.069.100	2.276.010	2.503.611	2.753.972	11,483,693
Subtotal	SDR/PROGERE II	23.945.552	36.651.000	40.316.100	44.347.710	48.782.481	53.660.729	247,703,662

Total dos Programas de Despesas Elegíveis (R\$)	603,575,278	597.439.827	657.183.810	722.902.191	795.192.410	874.711.651	4.251.005.166
Total – Programas de Despesas Elegíveis (US\$)	158,835,600	157.221.007	172.943.108	190.237.419	209.261.160	230.187.277	1.118.685.570
Financiamento do Banco Mundial para o Componente 1 (US\$)	21,000,000	5.000.000	21.000.000	23.000.000	24.000.000	11.000.000	105.000.000
% do financiamento do Banco	13,2%	3,2%	11,0%	12,6%	11,9%	4,8%	9,4%

Nota: Os custos estimados dos EEPs se baseiam nos PPAs do governo referentes a 2012–15 e 2016–19.

Taxa de câmbio US\$ 1.00 = R\$ 3,80.

Tabela 3.6. DLIs e Metas

n°	DLIs	Unidade de medida	Metas de desembolso								Protocolo para verificação/Fonte de informação
			2	3	4	5	6	7	8	9	
Subcomponente 1.1: Melhoria da retenção no ensino médio na rede pública											
1	Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte	Número	n.a.	8.900	n.a.	18.900	n.a.	30.700	n.a.	43.400	Número de alunos registrados no programa que concluíram com êxito o ano letivo (não cumulativo)
2	Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio matriculados no Poupança Jovem*	Texto	Sim	n.a	Sim	n.a	Sim	n.a	Sim	n.a	A SEDUC fará uma pesquisa qualitativa com um pequeno grupo de escolas do ensino médio (pelo menos cinco) para informar sobre os tipos de intervenção executados pelas escolas e departamentos regionais de educação destinadas a apoiar a retenção e o índice de aprovação dos alunos cadastrados no Poupança Jovem
3	ETIs de ensino médio certificadas	Número	n.a.	6	n.a	12	n.a	18	21	24	Escolas que cumprem todos os requisitos para funcionar como escola em tempo integral de acordo com o Conselho Estadual de Educação

4	Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante)	Número	20.000	n.a.	41.000	n.a.	65.000	n.a.	92.000	n.a.	Alunos matriculados em escolas de ensino médio técnico, excluídas as matrículas no e-Tec (programa federal de ensino médio técnico a distância) e EMT (ensino médio geral)
5	Alunos matriculados na EMT	Número	1.800	n.a.	4.700	n.a.	8.700	n.a.	13.500	n.a.	O número abrange os alunos do ensino médio que estudam apenas por meio da EMT e os alunos que apenas terão aulas de EMT de matérias específicas. Número fornecido pelo SISGEPI três meses após o início do ano letivo
6	Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar	Texto	n.a.	Primeiro exame da avaliação estadual da aprendizagem aplicado no ensino médio		Resultados do primeiro exame divulgados nos níveis estadual e escolar	n.a.	Segundo exame da avaliação estadual da aprendizagem aplicado no ensino médio		Resultados divulgados nos níveis estadual e escolar, bem como aos pais	A SEDUC aplicará o exame da avaliação estadual em pelo menos duas matérias e pelo menos um ano escolar do ensino médio sob a forma de censo.

Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde											
7	CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento	Número	n.a.	1	n.a.	2	n.a.	4	n.a.	5	Considera-se que os CEDCs estão em operação quando as obras de construção civil, a recuperação, a instalação de equipamentos estão concluídas, o centro pode oferecer consultas com especialistas e exames laboratoriais e de imagem, e pode arcar com os respectivos custos operacionais
8	Protocolos clínicos elaborados	Número	2	4	5	8	10	13	17	n.a	Protocolos propostos no início do projeto, conforme relacionados no Manual Operacional do Projeto, que tenham sido desenvolvidos e estejam em uso pelas unidades de regulação. Dezesete protocolos foram identificados pela SESAPI para implementação
9	ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos	Porcentagem	n.a.	n.a.	20	50	60	75	90	95	ESFs por município está incluído no Manual Operacional do Projeto e precisará ser atualizado anualmente. As primeiras sessões de treinamento ocorrerão no segundo ano do

											projeto e tratarão dos primeiros quatro protocolos elaborados no primeiro ano. As sessões serão atualizadas anualmente de modo a incluir os novos protocolos elaborados.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas											
10	Usuários de águas subterrâneas autorregistrados no banco de dados eletrônico do CERH	Número	800	2.000	3.500	5.000	7.500	10.000	12.000	15.000	Lista de usuários de águas subterrâneas que preencham o formulário de registro no banco de dados eletrônico do CERH
11	Visitas de campo executadas pela SEMAR para verificar o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas	Número	n.a.	20	30	40	60	100	120	150	Visitas de campo para cadastramento e verificação do uso dos recursos hídricos em conformidade com o direito de uso outorgado
Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis											
12	Equipes montadas para executar as atividades de regularização da propriedade da terra	Número	n.a.	6	6	8	8	10	10	10	Número de equipes de campo em operação e trabalhando na regularização da propriedade da terra e na demarcação fundiária no Estado
13	Solicitações de título de propriedade da terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização fundiária	Número	n.a.	5.000	6.000	7.000	8.000	9.000	10.000	11.000	Abrange as solicitações pendentes e concluídas registradas pelo INTERPI desde a promulgação da Lei Estadual 6.127/2011. Pequenos agricultores são os que possuem e cultivam menos de 100 ha

Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais											
14	PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos	Número	n.a.	n.a.	4	9	19	27	33	36	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto
15	PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	Porcentagem	n.a.	10	20	30	40	50	55	60	Razão entre os PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas com informações registradas e analisadas por meio do SIG e o número total de PIPs aprovados que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas

Nota: O primeiro desembolso é retroativo e a observância dos DLIs como condição para os desembolsos começa com o segundo desembolso. As linhas de base para os DLIs estão enunciadas no quadro de resultados (Anexo 1). São 15 DLIs e 84 metas.

Compras

Avaliação da capacidade do estado para levar a cabo as compras

36. Em novembro de 2013, o Banco Mundial fez uma Avaliação da Capacidade de Compra nos órgãos de implementação do Projeto, inclusive na DL. O risco global do projeto com relação às compras é substancial devido a) à necessidade de criar os comitês especiais de licitação da DL e desenvolver seu conhecimento sobre as diretrizes do Banco Mundial; b) à necessidade de desenvolver as capacidades necessárias para redigir os termos de referência e preparar as estimativas de custo em cada órgão de implementação; c) à baixa capacidade do pessoal local encarregado das compras; d) à falta de incentivos para manter o pessoal da área de compras; e) à falta de conhecimento especializado em gestão de contratos; f) à falta de experiência na implementação de projetos financiados pelo Banco Mundial; g) à falta de condições de segurança dos arquivos de compras; h) à baixa capacidade para a elaboração dos planos de compras; i) à falta de documentos-padrão para licitações (*standard bidding documents*) aceitáveis pelo Banco Mundial; j) à falta de sistemas de monitoramento das etapas das licitações e da execução dos contratos e k) à falta de sistemas sociais de supervisão.

37. A avaliação constatou que a DL está sobrecarregada com a responsabilidade de fazer todas as compras para o estado e corre o risco de não conseguir lidar com as compras seguindo as diretrizes do Banco Mundial. A criação de pelo menos dois comitês especiais de licitação mitigará esse risco. A DL também carece de um sistema para gerenciar e integrar todos os dados das compras, desde as solicitações de compra até a administração dos contratos. Isso será mitigado por meio da concepção de um novo sistema de gestão de compras com apoio da assistência técnica no âmbito do Subcomponente 2.1. Com as medidas de mitigação devidamente tomadas, a DL é considerada capaz de processar a demanda dos processos de licitação pública nacional (LPN), mas a expectativa é que funcione a um ritmo moderado.

38. A SEPLAN, a SEFAZ, a SEDUC, a SESAPI, a SEMAR, o INTERPI e a SDR foram avaliados para verificar sua capacidade para produzir especificações técnicas e termos de referência de qualidade e para executar processos simples de compra. A capacidade varia de boa a insuficiente e a contratação de consultores individuais para redigir os documentos de licitação e lidar com processos não complexos é recomendável em alguns casos. Os comitês especiais de licitação da DL contribuirão para o controle de qualidade dos documentos de licitação e facilitarão os processos. O Banco também oferecerá capacitação os órgãos de implementação sobre a redação de especificações técnicas e termos de referência, bem como sobre a preparação de estimativas de custos. Os procedimentos de compras e os documentos-padrão de licitação a serem usados para cada método de compra serão parte integrante do Manual Operacional do Projeto.

Tabela 3.6. Plano de Ação para Compras

Ação	Prazo
a) Medidas concluídas durante a preparação	
1 Elaboração do plano de compras	Antes das negociações
2 Elaboração do Manual Operacional do Projeto	Antes das negociações

<i>b) Medidas a serem executadas durante/ao longo de toda a implementação do projeto</i>		
3	Estabelecimento de pelo menos 2 (dois) Comitês Especiais de Licitação na SEAD	Primeiro mês da implementação do projeto
4	Capacitação do pessoal dos órgãos de implementação sobre as diretrizes de compras do Banco Mundial	Primeiro mês da implementação do projeto
5	Capacitação dos Comitês Especiais de Licitação da SEAD	Primeiro mês da implementação do projeto

Frequência da supervisão das compras

39. Além da revisão prévia, pelo Banco Mundial, das atividades de compra, a avaliação da capacidade dos órgãos de implementação sugere a necessidade de missões de supervisão anuais para fazer a revisão posterior das ações de compras. Uma auditoria anual externa satisfatória para o Banco Mundial será exigida para avaliar e aprovar uma amostra dos processos previstos no Componente 2. Como resultado das revisões posteriores, das revisões independentes e das auditorias externas acima referidas, o Banco Mundial poderá identificar casos de não conformidade e aplicar as medidas corretivas previstas no Acordo de Empréstimo.

40. O Governo do Piauí tem duas instituições encarregadas de fazer a supervisão das compras, o TCE-PI e a CGE-PI. Essas instituições desempenham um papel importante para assegurar a transparência das práticas de compras e combater a fraude e a corrupção. O TCE-PI conta com pessoal bem capacitado nos regulamentos nacionais de compras e emprega ferramentas/sistemas de auditoria aceitáveis. Assim é considerado aceitável para fazer as auditorias das compras relativas ao Componente 1. Não obstante a avaliação prévia do Banco Mundial, durante a implementação do projeto, também se recomendará que o TCE-PI faça as auditorias no âmbito do Componente 2.

Plano de compras

41. A SEPLAN consolidou as necessidades de compras de todos os órgãos de implementação em um plano de compras do projeto. Este plano de compras para os primeiros 18 meses da implementação do projeto constitui a base para as compras. O Banco o aprovou antes das negociações do empréstimo. Esse plano estará disponível na base de dados do projeto e no website do Banco Mundial. Será atualizado pelo menos uma vez por ano ou conforme necessário, de modo a refletir as necessidades reais da implementação do projeto e as melhorias na capacidade institucional.

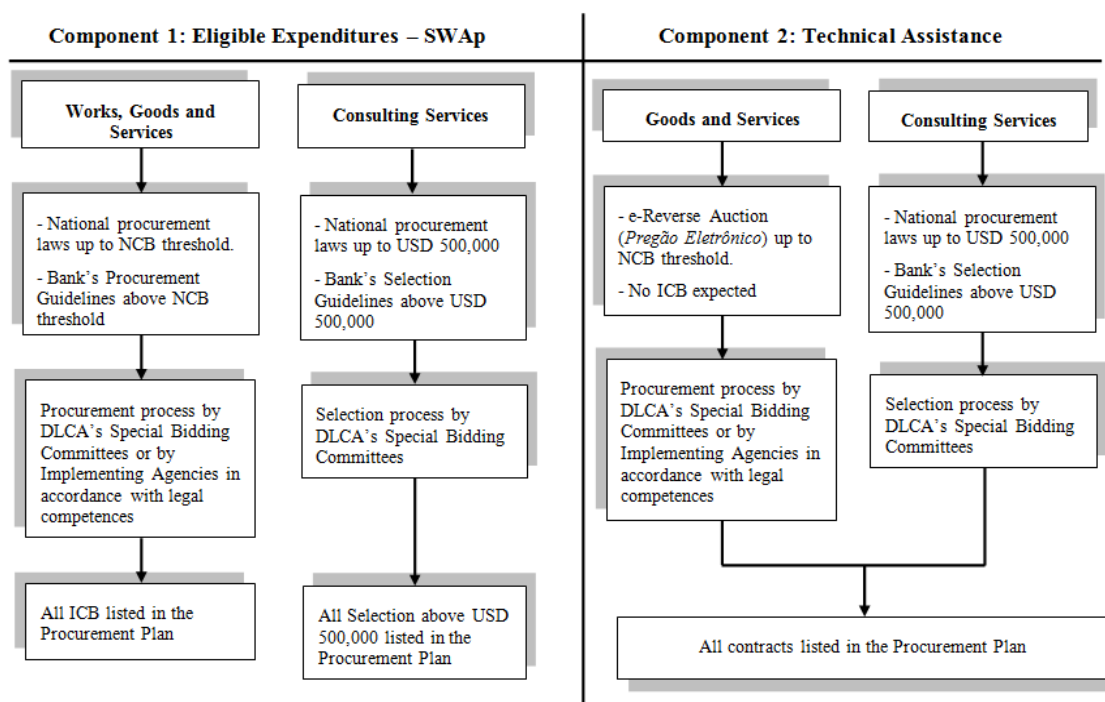
Diretrizes e mecanismos de compras

42. As compras do projeto proposto serão feitas de acordo com as “Diretrizes para Aquisições de Bens, Obras e Serviços Técnicos Financiadas por Empréstimos do BIRD e Créditos & Doações

da AID pelos Mutuários do Banco Mundial” e com as “Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial”, ambas as publicações datadas de janeiro de 2011 e revistas em julho de 2014, e as disposições estipuladas no acordo jurídico. Os diversos itens das diferentes categorias de despesas são descritos de modo geral abaixo. Para cada contrato financiado no âmbito do empréstimo, os diferentes métodos de compra ou de seleção de consultores, os custos estimados, os requisitos prévios em matéria de revisão e prazo são acordados entre o Mutuário e o Banco Mundial no plano de compras.

43. A implementação ficará a cargo de todas as secretarias estaduais e órgãos associados. Em conformidade com a legislação estadual a DL centralizará os mecanismos de compra de equipamentos médicos, serviços de telecomunicações e internet, veículos oficiais, produtos farmacêuticos, passagens aéreas, serviços terceirizados, bem como a seleção de consultores.

Figura 3.2. Mecanismos de compra por componente



44. **Componente 1. Despesas elegíveis.** As compras no âmbito deste componente aplicam métodos nacionais de compras e não exigem um plano de compras. No entanto, toda compra estimada acima do limite da licitação pública nacional (LPN) de US\$ 5.000.000 para bens e serviços técnicos ou de US\$ 25.000.000 para obras deve ser feita por meio de licitação pública internacional (LPI). Os comitês especiais de licitação da DL serão responsáveis pela execução dos processos de LPI ou SBQC, os quais devem estar listados no plano de compras. Todo serviço de consultoria no âmbito deste componente deve ser selecionado por meio das “Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial”, datadas de janeiro de 2011 e revistas em julho de 2014. Todos os contratos de LPI e todo contrato para serviços de consultoria no âmbito do Componente 1 devem ser listados no plano de compra apropriado. Todos os contratos no âmbito

do Componente 1 devem conter disposições do Banco Mundial contra a corrupção, independentemente das regras de compra aplicadas no respectivo processo de compra.

45. **Componente 2. Assistência técnica.** As compras no âmbito deste componente seguem os métodos de compras do Banco Mundial. Para os produtos disponíveis no mercado e serviços técnicos prontamente disponíveis até o limite da LPN de US\$ 5.000.000, poderá ser usado o método de leilão eletrônico reverso, conhecido como pregão eletrônico, por meio do “COMPRASNET” ou de qualquer outro sistema de compras eletrônicas aprovado pelo Banco Mundial. Todos os leilões eletrônicos reversos no âmbito do Componente 2 seguirão procedimentos previstos na legislação nacional caso sejam previamente considerados aceitáveis pelo Banco Mundial, e o mutuário deve aplicar apenas documentos-padrão para leilões eletrônicos reversos aceitáveis para o Banco Mundial. Os órgãos de implementação ou os comitês especiais da DL conduzirão os leilões eletrônicos reversos, conforme estabelecido pela legislação estadual. O comitê especial se encarregará de todos os processos de seleção de consultores. Todas as compras previstas no Componente 2 devem ser listadas no plano de compras do projeto.

46. Cada órgão de implementação será responsável por elaborar especificações técnicas e termos de referência para iniciar cada processo de compras ou seleção. As equipes que elaboram as especificações e termos de referência se juntarão aos comitês especiais e à equipe de avaliação. A criação dos comitês especiais de licitação da DL é uma condição para a efetivação.

47. **Contratação de obras.** A contratação de obras, como a construção e reforma dos cinco CEDCs, ocorre apenas no âmbito do Componente 1. O comitê de licitação do respectivo órgão de implementação cuidará da contratação. Todos os contratos com custo estimado superior a US\$ 25.000.000 estarão sujeitos a revisão prévia pelo Banco Mundial.

48. **Compra de bens.** A compra de bens deve ocorrer em ambos os componentes do projeto e abrangerá equipamentos de tecnologia da informação, equipamentos médicos, etc. Os métodos de compra definidos pela legislação nacional nessa área regerão as compras no âmbito do Componente 1. Todos os documentos de licitação e os contratos resultantes devem conter a cláusula do Banco Mundial sobre a prevenção e o combate à fraude e à corrupção para que possam fazer jus a financiamento. No âmbito do Componente 2, a compra de bens pode ser processada mediante comparação de preços (*shopping*), LPN, LPI ou pregão eletrônico por meio do sistema de compras eletrônicas em conformidade com a legislação brasileira e aprovado pelo Banco Mundial. Cada contrato ou pacote de contratos no âmbito do Componente 2 com custo estimado superior a US\$ 1.500.000 e o primeiro contrato a ser licitado mediante LPN, comparação de preços ou sistema de leilão eletrônico reverso estarão sujeitos a revisão prévia pelo Banco Mundial, seja qual for seu custo estimado. Todos os contratos na modalidade LPI em qualquer um dos componentes estarão sujeitos a revisão prévia pelo Banco. Toda contratação direta no âmbito do Componente 2 com custo estimado superior a US\$ 50.000 estará sujeita a revisão prévia pelo Banco Mundial.

49. **Contratação de serviços técnicos.** A contratação de serviços técnicos deve ocorrer em ambos os componentes do projeto e abrangerá logística da capacitação (serviços de hotel, alimentação, serviços de viagem, serviços de impressão), workshops, seminários, eventos, etc. No âmbito do Componente 2, esses serviços podem ser processados mediante comparação de preços, LPN, LPI, ou pregão eletrônico por meio do sistema de compras eletrônicas aprovado pelo Banco

Mundial. No âmbito do Componente 1, os métodos de compra definidos pela legislação nacional da área regeirão as compras apenas até o limite da modalidade LPN. Todos os documentos de licitação e os contratos resultantes devem conter a cláusula do Banco Mundial sobre a prevenção e o combate à fraude e à corrupção para que possam fazer jus a financiamento. Cada contrato ou pacote de contratos no âmbito do Componente 2 com custo estimado superior a US\$ 1.500.000 e o primeiro contrato a ser mediante LPN, comparação de preços ou sistema de leilão eletrônico reverso estarão sujeitos a revisão prévia pelo Banco Mundial, seja qual for seu custo estimado. Todos os contratos na modalidade LPI em qualquer um dos componentes estarão sujeitos a revisão prévia pelo Banco Mundial. Toda contratação direta no âmbito do Componente 2 com custo estimado superior a US\$ 50.000 estará sujeita a revisão prévia pelo Banco Mundial

50. **Seleção de consultores.** A seleção de consultores deve ocorrer no âmbito dos dois componentes do Projeto e abrangerá estudos, diagnósticos, etc. No âmbito do Componente 1, os serviços de consultoria abrangerão os relacionados à operação regular dos órgãos estaduais. A seleção seguirá a legislação nacional sobre compras no caso de valores estimados inferiores a US\$ 250.000, mas todas as solicitações de propostas e os contratos resultantes devem conter a cláusula do Banco Mundial sobre a prevenção e combate à fraude e à corrupção para que façam jus ao financiamento Toda seleção superior a US\$ 500.000 no âmbito do Componente 1 deve ser feita pela modalidade SBQC. No âmbito do Componente 2, esses serviços serão selecionados usando as modalidades SBQC, seleção baseada nas qualificações do consultor (SQC), seleção pelo menor custo (SMC), seleção com orçamento fixo (SOF), contratação direta (com a não objeção do Banco Mundial caso a caso) e consultores individuais. As listas de consultores pré-selecionados para serviços com custo estimado inferior ao equivalente a US\$ 1.500.000 por contrato podem ser compostas apenas por consultores nacionais, em conformidade com as disposições do parágrafo 2.7 das Diretrizes para Contratação de Consultores. Todos os contratos, no âmbito dos dois componentes, com custo estimado superior a US\$ 500.000 por contrato estarão sujeitos a revisão prévia pelo Banco Mundial. No âmbito do Componente 2, o primeiro contrato de serviços de consultoria selecionado por meio dos métodos mencionados acima estará sujeito a revisão prévia pelo Banco Mundial, seja qual for o custo estimado e cada contrato com consultor individual com custo estimado superior a US\$ 100.000 também estará sujeito a revisão prévia. A contratação direta de empresas de consultoria com custo estimado superior a US\$ 100.000 estará sujeita a revisão prévia.

51. Os mínimos para a revisão prévia e os métodos de aquisição estão resumidos na Tabela 3.7.

Tabela 3.7. Mínimos para revisão prévia e métodos de aquisição

Categoria de despesa	Valor mínimo do contrato (milhares de US\$)	Método de compra	Processos sujeitos a revisão prévia
Obras	≥ 25,000	LPI	Todos os processos no âmbito dos dois componentes
	≥ 200 e < 25,000	LPN	Subcomponente 1: primeiro processo Subcomponente 2: primeiro processo e todos os superiores a US\$ 1.500.000
	< 200	Comparação de preços (<i>shopping</i>)	Subcomponente 1: nenhum Subcomponente 2: primeiro processo

Bens	$\geq 5,000$	LPI	Todos os processos no âmbito dos dois componentes
	≥ 100 e $< 5,000$	LPN	Subcomponente 1: primeiro processo Subcomponente 2: primeiro processo e todos os superiores a US\$ 1.500.000
	< 100	Comparação de preços (<i>shopping</i>)	Subcomponente 1: nenhum Subcomponente 2: primeiro processo
Serviços técnicos	$\geq 5,000$	LPI	Todos os processos no âmbito dos dois componentes
	≥ 100 e $< 5,000$	LPN	Subcomponente 1: primeiro processo Subcomponente 2: primeiro processo e todos os superiores a US\$ 1.500.000
	< 100	Comparação de preços (<i>shopping</i>)	Subcomponente 1: nenhum Subcomponente 2: primeiro processo
Consultoria (empresas)	≥ 200	SBQC/SBQ/SMC/SOF	Primeiro processo, seja qual for o montante envolvido para cada método de seleção, e todos os processos superiores a US\$ 500.000
	≥ 100 e < 200	SOF/SMC	
	< 100	SQC	
Consultores individuais	–	Seção V das Diretrizes para Contratação de Consultores	Primeiro processo, seja qual for o montante envolvido, e todos os contratos com custo estimado superior a US\$ 100.000
Contratação direta de bens ou serviços técnicos	–	–	Primeiro processo, seja qual for o montante envolvido, e todos os contratos com custo estimado superior a US\$ 50.000
Seleção de uma única fonte (empresas)	–	–	Primeiro processo, seja qual for o montante envolvido, e todos os contratos com custo estimado superior a US\$ 100.000

Nota: SBQ = seleção baseada na qualidade.

Detalhes dos mecanismos de compras envolvendo concorrências internacionais

52. Bens, obras e serviços técnicos

- a) Lista de pacotes de contratos a serem adquiridos segundo as modalidades de licitação pública internacional e contratação direta. Não existe a expectativa de contratos de LPI.

Tabela 3.8. Pacotes de contratos

Descrição do trabalho	Custo estimado (mil)	Método de seleção	Revisão pelo Banco (prévia/posterior)	Data prevista para apresentação de propostas
		LPI	Prévia	

- b) Os contratos de concorrência internacional para bens e serviços técnicos com custo unitário estimado superior a US\$ 5.000.000 e todas as contratações diretas estarão sujeitos a análise prévia pelo Banco Mundial.
- c) Os contratos de concorrência internacional para obras com custo estimado por contrato superior a US\$ 25.000.000 e todas as contratações diretas estarão sujeitos a análise prévia pelo Banco Mundial.

53. **Serviços de consultoria**

- a) Lista de trabalhos de consultoria com lista de pré-seleção das empresas internacionais:

Tabela 3.9. Trabalhos de consultoria

Descrição do trabalho	Custo estimado (mil)	Método de seleção	Revisão pelo Banco (prévia/posterior)	Data prevista para apresentação de propostas
Formação e operação supervisionada no sistema do CGEO	2.000	SBQC	Prévia	03/05/2017

- b) Serviços de consultoria (empresas) com custo estimado superior a US\$ 500.000 e as seleções de uma única fonte de consultores com custo estimado superior a US\$ 100.000 estarão sujeitos a revisão prévia pelo Banco Mundial.
- a) As listas de consultores pré-selecionados para serviços com custo estimado inferior ao equivalente a US\$ 1.500.000 por contrato podem ser compostas apenas por consultores nacionais, em conformidade com as disposições do parágrafo 2.7 das Diretrizes para Contratação de Consultores

Aspectos ambientais e sociais (inclusive salvaguardas)⁸²

Aspectos ambientais

54. O projeto abrange atividades relacionadas à educação, saúde, gestão dos recursos hídricos, concessão de títulos de terras, alívio da pobreza rural e fortalecimento institucional da administração pública estadual. Não abrange nenhuma atividade com potencial para gerar impactos ambientais negativos consideráveis. O Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) concluiu que apenas os subcomponentes a seguir poderiam gerar impactos ambientais: subcomponentes 1.2, Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde; 1.4, Fortalecimento dos direitos sobre bens imóveis; e 1.5, Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais. Contudo, os possíveis impactos ambientais desses subcomponentes são, em sua maioria, limitados em abrangência,

⁸² O mutuário publicou o MGAS e o MPR no seu website: <http://www.seplan.pi.gov.br/arquivos/salvaguadas.pdf>.

localizados e temporários. As seguintes políticas de salvaguarda ambiental foram acionadas: OP/BP 4.01 – Avaliação Ambiental, OP/BP 4.04 – Hábitats Naturais, OP/BP 4.36 – Florestas, OP/BP 4.09 – Controle de Pragas e OP/BP 4.11 – Recursos Culturais Físicos.

55. A política OP/BP 4.01 – Avaliação Ambiental foi acionada para avaliar todos os possíveis impactos, e o Governo do Piauí elaborou um MGAS, contendo uma avaliação do impacto social, um plano de controle de pragas simplificado e um marco de política de reassentamento (MPR). O MGAS teve sua abrangência definida com o apoio dos especialistas em salvaguardas do Banco Mundial e contém medidas de mitigação para evitar possíveis conflitos sociais que possam resultar das atividades do projeto.

56. O MGAS abrange uma análise do impacto econômico ou social que as atividades do projeto possam ter sobre grupos vulneráveis, comunidades tradicionais ou comunidades rurais de baixa renda. O MGAS usa listas de itens a serem verificados na triagem das propostas de investimento e listas negativas para excluir atividades com impactos ou atividades negativas consideráveis que afetem sítios arqueológicos conhecidos. Além disso, estabelece procedimentos para a triagem de propriedades culturais conhecidas na área do projeto e incorpora procedimentos para ‘descobertas fortuitas’ de recursos significativos do ponto de vista cultural durante a implementação do projeto. Ademais contém orientação ambiental para as obras de construção das clínicas de saúde.

57. Além disso, o cliente elaborou um Plano de Gestão do Lixo Hospitalar para as clínicas de saúde que aborda o manuseio e descarte do lixo hospitalar, em conformidade com as regulamentações sanitária e ambiental, e elaborou um plano de gestão ambiental específico para o PROGERE II que coordena as atividades relacionadas ao fortalecimento das cadeias de valor produtivas rurais. O instrumento de avaliação ambiental foi devidamente divulgado e passou pelas consultas necessárias.

58. Os impactos ambientais associados com a ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde estão restritos à implementação de cinco pequenas clínicas. As clínicas serão implementadas em áreas urbanas, com impactos mínimos ou desprezíveis devido à construção ou reforma de prédios.

59. O MGAS original passou por uma consulta pública antes da divulgação no website da SEPLAN em 13 de janeiro de 2014 e foi publicado no website do Banco Mundial em 19 de junho de 2014. O MGAS foi atualizado pela primeira vez em agosto de 2015 de modo a abranger disposições relacionadas a duas cadeias produtivas adicionais a serem apoiadas pelo PROGERE II. O relatório atualizado foi divulgado para consulta e apresentado nos websites da SEPLAN e do Banco Mundial em outubro de 2015. Ele foi novamente revisto e divulgado nos websites da SEPLAN e do Banco em 3 de novembro de 2015.

60. A política OP/BP 4.04 – Hábitats Naturais foi acionada porque o projeto abrange um programa de regularização fundiária para definir os critérios da regularização e os procedimentos de gestão para evitar possíveis impactos sobre áreas de biodiversidade sensíveis e sobre áreas de proteção. O MGAS adotou procedimentos específicos para o programa de regularização fundiária, buscando melhorar a preservação de corredores naturais, ecossistemas frágeis e áreas com biodiversidade importante. O programa de regularização fundiária concebido promoverá a

preservação de áreas de proteção permanente e reservas legais, além da restauração de áreas degradadas em propriedades privadas. Cumpre notar que os títulos da terra são cruciais para o controle do desmatamento, permitindo a demarcação das reservas legais e das áreas de proteção permanente dentro de terras particulares, permitindo assim a identificação das pessoas responsáveis pelas atividades de desmatamento ilegal. Além disso, o EMP do PROGERE II tem diretrizes específicas que buscam mitigar os impactos negativos sobre os habitats naturais. No geral, o projeto pode gerar impactos positivos sobre os habitats naturais e as áreas de proteção. O projeto não contempla a possibilidade de impactos negativos sobre recursos culturais físicos; entretanto, a OP/BP 4.11 – Recursos Culturais Físicos é acionada por precaução, pois a área do projeto contém sítios arqueológicos importantes, como o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Parque Nacional da Serra da Confusão.

61. A OP/BP 4.36 – Florestas foi acionada por precaução, considerando os possíveis impactos induzidos das atividades de regularização fundiária. O projeto não apoia nenhuma atividade que possa causar impactos negativos sobre a saúde e a qualidade das florestas. O projeto contribuirá para a conservação e restauração dos biomas do Cerrado e da Caatinga, evitando o desmatamento da vegetação natural em partes dos imóveis privados rurais (toda a terra em encostas acentuadas, nas áreas marginais dos corpos d'água (até uma determinada distância da margem)) e nas áreas próximas a nascentes, e protegendo os serviços e valores ambientais da vegetação natural. O MGAS considera as exigências da OP/BP 4.36 sempre que atividades de restauração e plantio estão sendo planejadas.

62. As atividades que podem ser enquadradas no subcomponente Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais estão limitadas à cajucultura, apicultura, criação de caprinos, artesanato, produção de mandioca e de farinha de mandioca e horticultura doméstica, todas em operações de pequena escala e adotando práticas ambientalmente sustentáveis com mínimo impacto no meio ambiente. O Estado do Piauí tem alguma experiência com as salvaguardas do Banco Mundial e tem à sua disposição órgãos estaduais de meio ambiente para analisar, monitorar e fiscalizar as salvaguardas ambientais. A equipe avaliou a capacidade institucional do cliente para implementar as políticas de salvaguarda, tendo concluído que são necessários mecanismos institucionais e assistência técnica adequados. O projeto envolve várias secretarias e órgãos estaduais, mas três entidades, SEMAR, INTERPI e SDR, estarão encarregadas da implementação do MGAS, sem a necessidade de disposições institucionais complexas. A SDR tem experiência com projetos de combate à pobreza rural financiados pelo Banco Mundial e não precisa de grandes ajustes para cumprir as políticas de salvaguarda. Apesar dessa experiência, o MGAS recomendou contratar dois especialistas em meio ambiente para apoiar o pessoal existente.

63. Durante a preparação do projeto, o Governo do Piauí publicou um decreto que integra os processos do INTERPI e da SEMAR relacionados à avaliação ambiental para fins da concessão de títulos da terra, a aplicação do cadastro ambiental rural e o licenciamento e registro de atividades rurais. Além disso, criou o CGEO com o objetivo de oferecer informações cartográficas, ambientais, bem como sobre o uso da terra, de alta qualidade para apoiar o licenciamento ambiental e os programas estaduais de regularização fundiária. O componente da assistência técnica apoiará o cliente na capacitação do pessoal e na compra de equipamentos, software e imagens de satélite para que o centro seja devidamente implementado.

Aspectos sociais

64. O Banco fez uma avaliação dos possíveis impactos sociais das atividades apoiadas pelo projeto. Em linhas gerais, o projeto deverá ter um impacto social positivo e efeitos benéficos para os pobres, sobretudo nas áreas rurais do semiárido do Piauí, onde os elevados níveis de pobreza e miséria são exacerbados e estão intimamente relacionados com a agricultura familiar de subsistência. Nas áreas rurais semiáridas, a pobreza está bastante ligada às propriedades familiares, que vivem da agricultura de pequena escala e dependente da chuva, caracterizada por técnicas rudimentares (como a coivara) e por acesso incipiente aos mercados, linhas de crédito e financiamento, assistência técnica e tecnologia.⁸³

65. As atividades a serem apoiadas nos setores da educação e saúde se destinam a garantir que os principais beneficiários sejam os pobres. Dada a forte relação entre a baixa escolaridade e a pobreza no Brasil, as atividades voltadas para a melhoria do sistema de ensino público nos municípios com elevados níveis de pobreza podem ter impacto positivo sobre os pobres. Também são esperados impactos sociais positivos das atividades idealizadas no setor de saúde, pois melhorarão o tratamento de doenças crônicas que estão intimamente associadas à pobreza.

66. A pobreza nas áreas rurais semiáridas também está associada com o ciclo das secas e a falta prolongada de água. Os conflitos por causa do uso dos recursos hídricos aumentaram nos últimos tempos. Assim, o cadastramento e a futura alocação desses recursos também podem ter efeitos benéficos para os pobres. Essas ações podem reduzir o uso ineficiente da água pelos grandes produtores rurais, a falta de água para os pequenos produtores e os de subsistência, os conflitos por causa do uso da água e a vulnerabilidade das populações carentes aos eventos climáticos extremos (como as estiagens cíclicas na região do semiárido), o que levaria a aumentos de produtividade e renda. As principais partes interessadas já apontaram a necessidade de dar início a atividades de cadastramento dos usuários de recursos hídricos e de melhorar a alocação dos recursos naturais, com o envolvimento por meio de campanhas de informação e conscientização que cheguem a múltiplas partes interessadas.

67. A concentração de terras e a insegurança com relação à propriedade da terra contribuem para a pobreza rural no Piauí.⁸⁴ A regularização da posse da terra pode aumentar a segurança nesse aspecto para os pequenos proprietários, comunidades tradicionais e populações rurais pobres e socialmente vulneráveis, bem como reduzir os conflitos de terra ocasionados pela sobreposição de reivindicações e títulos de propriedade fraudulentos.⁸⁵ A regularização pode ter um forte impacto sobre o acesso a crédito e linhas de financiamento para as famílias rurais carentes. Espera-se que essa regularização tenha impactos positivos, sobretudo para as comunidades pobres que vivem em

⁸³ As propriedades agrícolas familiares compreendem 90% das propriedades rurais do estado, mas respondem por apenas 40% das áreas agrícolas. A agricultura de pequena escala geralmente ocorre em terras não legalizadas e se baseia em técnicas obsoletas.

⁸⁴ A distribuição de terras no Piauí é extremamente desigual; o coeficiente de Gini referente à terra é superior a 0,85 e está aumentando. A área média das propriedades agrícolas familiares é de 17 hectares, enquanto a área média das propriedades agrícolas não familiares é de 233 hectares. Entre as propriedades rurais do estado, uma parcela de 61% tem menos de 10 hectares de área e representa apenas 3% da área agrícola total. Enquanto isso, 0,5% dessas propriedades tem mais de 1.000 hectares e responde por 35% do total das terras cultiváveis.

⁸⁵ Em 2006, somente 53% dos agricultores familiares e 62% dos agricultores não familiares detinham títulos de propriedade da terra registrados.

terras públicas (inclusive os assentamentos quilombolas), pois sua subsistência depende fortemente das terras que elas correm o risco de perder caso sua ocupação não seja regularizada.⁸⁶

68. As práticas de inclusão produtiva sustentáveis associadas com as cadeias produtivas prioritárias — selecionadas com base em critérios de viabilidade econômica — também podem ajudar a reforçar a agricultura familiar e ampliar as oportunidades de mercado para seus produtos ao superar obstáculos ao acesso à assistência técnica e à adoção de novas tecnologias. As atividades previstas podem levar a aumentos da produtividade em cadeias de produção essenciais, à alocação eficiente de recursos naturais e à geração de renda. Assim, podem contribuir para a redução da pobreza e para o aumento da capacidade de adaptação das pequenas propriedades agrícolas de baixa renda à variabilidade do clima e aos eventos climáticos extremos.

69. Os possíveis impactos distributivos também podem ajudar a promover a igualdade de gênero, e os indicadores sensíveis às questões de gênero serão monitorados para avaliar os resultados e impactos do Projeto. Os resultados contemplados da regularização da posse da terra e das atividades de inclusão produtiva sobre a agricultura familiar podem contribuir para a igualdade de gênero. As mulheres representam 31% da força de trabalho na agricultura familiar e 14% dos proprietários de terras. Um princípio fundamental do programa estadual de regularização da propriedade da terra é que os títulos de propriedade devem ser emitidos somente para as mulheres chefes de família ou conjuntamente no nome das mulheres. Os grupos e organizações de mulheres serão um alvo prioritário das atividades contempladas de modo a reformular as cadeias de produção priorizadas, que já envolvem intensamente grupos de mulheres. Esse foco nas mulheres produtoras pode ajudar a aumentar o reconhecimento das funções das mulheres na economia e reduzir a segregação ocupacional. As atividades no setor da educação podem ajudar a manter os jovens (de ambos os sexos) no ensino médio e aprimorar suas habilidades e qualificações para o acesso ao mercado de trabalho formal. Nas áreas rurais, os jovens do sexo masculino tendem a deixar a escola mais cedo do que as jovens para assumir responsabilidades na produção familiar. Incentivos monetários à permanência na escola podem contribuir para a redução da diferença entre gêneros no ensino médio. Ademais, o projeto apoiará a elaboração de um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM), ajudando a reforçar a voz e a participação das mulheres na tomada de decisões e incorporar as políticas inteligentes com relação ao gênero em setores fundamentais (inclusão produtiva e autonomia econômica, formação de capital humano, direitos da mulher e combate à violência baseada no gênero, além de garantir os direitos da mulher).

70. O projeto não terá um mecanismo de atendimento de reclamações independente. Pelo contrário, recorrerá aos mecanismos institucionais existentes para receber, registrar e responder a reclamações, bem como para promover o envolvimento dos cidadãos por meio da Ouvidoria Geral do Estado (OGE) e da sua rede de unidades de apoio técnico em cada uma das principais secretarias e órgãos estaduais envolvidos na implementação do projeto. O projeto apoiará o fortalecimento e integração desses mecanismos ao desenvolver procedimentos mais racionais e padronizados, reformular o sistema para receber e tratar as queixas, capacitar o pessoal encarregado da operação

⁸⁶ As comunidades quilombolas são o grupo mais vulnerável entre a população pobre das áreas rurais. Estima-se que haja cerca de 200 comunidades afrodescendentes tradicionais no estado (inclusive comunidades quilombolas certificadas e as que não foram certificadas pela Fundação Palmares). É possível que essas comunidades compreendam mais de 10.000 famílias, que tradicionalmente ocupam uma área de cerca de 670.000 hectares. Contudo, a sobreposição com outras categorias de terras não é clara e existem apenas cinco comunidades quilombolas regularizadas. Elas ocupam uma área de 21.215 hectares (0,1% do território do estado).

desse sistema em cada secretaria e órgão de implementação e lançar uma campanha de comunicação destinada a tornar os cidadãos mais conscientes e aumentar a credibilidade do sistema de ouvidoria. O uso e fortalecimento dos sistemas estaduais evita a proliferação ineficiente de estruturas institucionais e, ao mesmo tempo, permite que o projeto contribua para o reforço e ampliação da capacidade interna já existente. As atividades que apoiam o fortalecimento do sistema de ouvidoria estadual devem gerar resultados positivos relacionados ao aumento da transparência e da prestação de contas na prestação dos serviços públicos, o que deve melhorar a qualidade desses serviços.

71. A OP/BP 4.10 – Povos Indígenas não é acionada neste projeto. Não há povos indígenas na área do projeto. Embora três grupos sociais atualmente reivindiquem o reconhecimento da sua identidade indígena, eles não satisfazem os quatro critérios estabelecidos pela OP 4.10 para a identificação de povos indígenas.⁸⁷ Embora esses três grupos enfrentem elevados graus de vulnerabilidade, não diferem das outras comunidades rurais pobres do estado quanto ao acesso aos programas públicos nem necessitam de um tratamento distinto para fins de inclusão social.

72. A OP/BP 4.12 – Reassentamento Involuntário é acionada de maneira preventiva porque as atividades apoiadas no âmbito do Subcomponente 1.4, sobretudo as associadas com a regularização da propriedade das terras quilombolas, pode levar a impactos adversos relacionados ao reassentamento involuntário dos moradores que não se identificarem como quilombolas. Embora essas situações devam ser pouco relevantes e nenhuma atividade específica do projeto deva ser definida antes da avaliação, o cliente elaborou um marco de política de reassentamento, em conformidade com a legislação estadual e federal pertinente e com a OP 4.12. Esse marco define os critérios para fazer face a impactos adversos relacionados a aquisições de terras que venham a levar ao deslocamento físico ou econômico, bem como para assegurar e documentar as doações voluntárias de terras que possam ser exigidas pelas atividades no âmbito do Subcomponente 1.5.⁸⁸

73. As terras necessárias para a implementação e operacionalização dos cinco CEDCs no âmbito do Subcomponente 1.2 foram identificadas previamente e avaliadas com relação aos direitos de propriedade da terra; concluiu-se que elas são de propriedade do Estado e não estão ocupadas. O MGAS/MPR apresenta a lista das áreas selecionadas para a construção dessas unidades de saúde, sua localização e situação quanto à propriedade da terra. A OP 4.12 não se aplica a atividades como as propostas nos termos do Subcomponente 1.3 porque “não trata de regularizações de recursos naturais no nível nacional ou regional para promover sua sustentabilidade, como gestão de bacias hidrográficas, gestão de águas subterrâneas, gestão da

⁸⁷ Apesar da sua autoidentificação como membros de um grupo cultural distinto, a) eles não foram reconhecidos por outros como povos indígenas; b) não têm ligação coletiva com habitats geograficamente distintos ou territórios ancestrais na área do projeto nem aos recursos naturais desses habitats e territórios; c) não têm instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas consuetudinárias separadas daquelas da sociedade e da cultura dominante e d) não mantêm um idioma indígena diferente do idioma oficial do país ou região.

⁸⁸ No caso de doações voluntárias de terras, será necessário apresentar comprovação demonstrando que as atividades apoiadas poderiam ser implementadas em outro local. Os doadores estão cientes de que não são obrigados a doar terras e concordaram livremente em fazer a doação à comunidade beneficiária do subprojeto sem remuneração.

pesca, etc.”⁸⁹ Essa isenção se aplica, por exemplo, quando o programa impõe restrições ao uso de recursos naturais, como as limitações ao bombeamento de aquíferos.

74. Foram mantidas consultas preliminares com as principais partes interessadas durante o processo conjunto de preparação deste projeto e da operação de Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento (DPL) vinculada. Essas consultas trataram da avaliação dos impactos sociais e ambientais das políticas e atividades apoiadas pelas operações e abrangeram workshops e audiências públicas, organizadas na capital, Teresina, no Cerrado e na macrorregião do Semiárido. Pequenos agricultores, comunidades quilombolas e organizações representativas, sindicatos rurais, usuários dos serviços de saúde e outras partes interessadas importantes manifestaram amplo apoio às atividades contempladas em ambas as operações, cujos impactos positivos para os pobres foram ressaltados ao longo de todo o processo de consulta.

75. Uma audiência pública especial foi organizada no dia 24 de junho de 2014, em Teresina, para apresentar o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) e o MPR elaborados pelo Governo do Piauí. A SEPLAN ficou encarregada de organizar a audiência pública e convidou representantes de diversos órgãos estaduais e federais, sociedade civil, organizações não governamentais, tribunais do Piauí, universidades, associações de profissionais de saúde, além de outras entidades ligadas ao projeto. A SEPLAN também anunciou a audiência pública no seu website, disponibilizando um resumo executivo do MGAS e a sua versão preliminar. O processo de consulta continuou após a audiência pública e a SEPLAN manteve o link para consulta do MGAS em seu website até 15 de julho de 2014, divulgando o documento do MGAS e recebendo comentários por e-mail. O Marco de Política de Reassentamento (MPR) também foi publicado como instrumento independente no website da SEPLAN. As contribuições fornecidas por meio do website e em pessoa foram incorporadas ao MGAS e ao MPR, conforme apropriado. O convite para a consulta, o convite para a audiência pública e a lista de participantes, assim como o resumo do MGAS apresentado na audiência constam do anexo do MGAS. A versão final do MPR foi enviada ao Banco Mundial em 22 de outubro de 2015 e divulgada nos websites da SEPLAN e do Banco Mundial no dia seguinte.

Monitoramento e avaliação

76. A SEPLAN será o principal responsável por acompanhar o progresso relacionado aos produtos e resultados do projeto. Cada secretaria estadual e seus órgãos associados monitorarão o progresso no seu respectivo setor. Os relatórios do projeto serão elaborados e apresentados ao Banco Mundial duas vezes por ano e indicarão o progresso alcançado nos diferentes componentes do projeto, além de medir o desempenho em comparação com os indicadores estabelecidos no quadro de resultados. Além disso, os relatórios do projeto conterão: a) o desempenho dos Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) durante o período coberto pelo relatório (principais realizações dos EEPs e execução financeira); b) desempenho do componente de assistência técnica; c) uma seção com a descrição dos possíveis desdobramentos que possam afetar a implementação do projeto, que pode consistir em uma análise dos principais riscos e do impacto das medidas de mitigação sugeridas, bem como em relatórios acerca de quaisquer problemas de salvaguardas que tenham surgido durante a implementação e d) conformidade com as políticas de

⁸⁹ Banco Mundial. 2004. “*Involuntary Resettlement Sourcebook: Planning and Implementation in Development Projects*”. Washington, D.C.: (20).

salvaguarda e a Estrutura de Gestão Ambiental. Uma revisão intermediária será feita após 24 meses da vigência do projeto para avaliar o andamento da implementação e fazer ajustes, se necessário. Uma entidade de verificação independente será contratada para fazer duas auditorias técnicas do cumprimento dos DLIs.

Anexo 4: Análise Econômica e Financeira

1. Uma avaliação econômica abrangente foi feita para avaliar se as intervenções afetarão positivamente o desenvolvimento do Estado do Piauí. A avaliação foi feita com referência aos programas de educação e saúde, que representam 78% do investimento; não obstante, o custo da assistência técnica foi incluído como parte da avaliação em vista da sua importância para o sucesso da implementação e a consecução dos resultados do projeto.

Metodologia

2. Com respeito à educação e à saúde, uma análise de custos e benefícios foi feita e complementada por análises de sensibilidade e de risco. A análise de custos e benefícios calcula os benefícios líquidos gerados por subcomponente de forma incremental. Os benefícios de cada intervenção são iguais à diferença entre os benefícios incrementais e os custos incrementais de dois cenários: com e sem o projeto. O cenário com o projeto considera as realizações efetivas decorrentes das intervenções. Já o cenário sem o projeto corresponde ao *status quo*. As atividades foram avaliadas pela mensuração do seu fluxo de custos e benefícios ao longo da duração do projeto.

3. A abordagem de custos e benefícios compara os custos das intervenções com os benefícios econômicos estimados. Os dois principais resultados da análise são a taxa interna de retorno (TIR) e o valor atual líquido (VAL). Esses dois números capturam os retornos econômicos estimados do projeto em vez dos retornos financeiros usados em uma análise de fluxo de caixa tradicional. A principal fonte de informação foi o Governo do Piauí por intermédio das secretarias responsáveis pelas intervenções.

Componente do projeto e custos associados

4. A avaliação foi feita com base em uma seleção de programas no setor educacional e intervenções na saúde. O custo do Componente 2, que consiste em assistência técnica, foi incluído na avaliação, pois sua implementação é crucial para alcançar os benefícios previstos.

Subcomponente 1.1: Melhoria da retenção no ensino médio na rede pública

5. Este subcomponente abrange programas destinados a ampliar o acesso ao ensino e reduzir as taxas de evasão no ensino médio na rede pública por meio do Programa Poupança Jovem, ampliar as ETIs no ensino médio e a educação a distância para o ensino médio geral.⁹⁰ Uma amostra de subprojetos foi selecionada para esta avaliação com base nas atividades identificadas pela SEDUC, com um custo de US\$ 687 milhões. Todas as demais intervenções no âmbito deste subcomponente proporcionarão benefícios adicionais que não foram medidos nesta etapa porque não havia informações disponíveis. A intervenção na forma da avaliação estadual dos alunos não foi avaliada por si só, mas seus custos foram incluídos na avaliação.

6. O ensino médio no Piauí apresenta índices de matrícula mais baixos e taxas de evasão mais altas do que os níveis nacionais. As taxas de evasão são mais altas no primeiro ano e vão caindo

⁹⁰ Como havia sido considerado que as atividades que apoiam o restabelecimento da avaliação estadual dos alunos não contribuíam de forma significativa para os retornos econômicos, elas não foram incluídas na análise.

gradativamente nos anos mais à frente. O projeto visa a reduzir a taxa de evasão dos atuais 16% para um nível mais próximo ao nível nacional, de 14%.

Tabela 4.1. Comparação dos indicadores estaduais e nacionais do ensino médio

	PIAUI	BRASIL
Matrícula no ensino médio		52,0%
Área urbana	41,6%	
Áreas rurais	38,1%	
Escolas públicas	85,0%	
Taxas de evasão:		
Primeiro ano	19,9%	13,1%
Segundo ano	15,0%	
Terceiro ano	11,5%	
Média	16,0%	
Alunos que já passaram da idade no ensino médio	50,0%	32,0%

Fonte: SEDUC.

7. Os alunos deixam a escola para procurar emprego e, também, em decorrência da falta de incentivos e da percepção da baixa qualidade do currículo oferecido. Os alunos que abandonam os estudos ficam fora da escola e alguns deles não conseguem emprego. Os programas se destinam a manter os estudantes na escola até que adquiram as habilidades de que necessitam para obter trabalho estável e remunerado, o que significa ficar na escola pelo menos até o fim do ensino médio. São propostas diversas intervenções para evitar a evasão escolar no ensino médio: medidas do lado da demanda, como transferências condicionais de renda e a prestação de informações sobre a volta aos estudos; e intervenções do lado da oferta para reforçar a qualidade do ensino, melhorar a gestão das escolas, ampliar a jornada escolar e adotar a escolarização obrigatória.

Tabela 4.2. Razões para não ir à escola no ensino médio

Capacidade insuficiente das escolas	8,6%
Ir para o mercado de trabalho	27,1%
Nenhum incentivo para continuar na escola	40,3%
Baixa qualidade do currículo	10,9%
Outras	13,1%

Fonte: Neri (2010).

8. **Expansão do Poupança Jovem para os alunos do ensino médio.** A primeira intervenção consiste em ampliar os incentivos monetários para que os alunos fiquem na escola. O programa estabelece que os alunos que conseguem ser aprovados no primeiro ano do ensino médio recebem um pagamento anual de R\$ 400; R\$ 500 pelo segundo ano e R\$ 600 pelo terceiro ano. Se concluir o ensino médio, o aluno recebe um total de R\$ 1.500.

9. O custo total do programa é R\$ 35 milhões e o número de alunos que deve se beneficiar é o seguinte:

Tabela 4.3. Alunos que devem se beneficiar do Poupança Jovem

Ano em que os alunos se matricularam	Número de alunos
2015	8.900
2016	8.900
2017	10.000
2018	11.800
2019	12.700

Fonte: SEDUC.

10. **Ampliação das ETI no ensino médio.** O ensino em tempo integral permite estender o tempo de instrução dos alunos, que recebem um currículo mais rico e diversificado, com mais aulas, mais horas de laboratório e atividades extracurriculares. O ensino em tempo integral exige que os professores se dediquem exclusivamente a uma escola, em oposição aos professores que dividem o tempo entre várias escolas. Os alunos ficarão nove horas na escola por dia durante os dias de semana, o que gera mais benefícios relacionados a mantê-los ativos nas escolas em vez de ficarem desocupados pelas ruas.

11. Atualmente, o Estado do Piauí tem quase 12.000 alunos em tempo integral matriculados em 33 escolas de 24 municípios. A intervenção a) melhorará as instalações das escolas selecionadas para se que ofereçam o ensino em tempo integral; b) oferecerá treinamento inicial e em serviço aos professores, diretores e coordenadores pedagógicos; c) fornecerá material pedagógico e equipamento; e d) financiará outros custos operacionais.

12. O projeto visa a dobrar a capacidade das ETIs até o fim do período de implementação, com as seguintes metas.

Tabela 4.4. Mais alunos matriculados nas ETIs

Ano	Número de alunos em ascensão	Total de alunos
2015		11.957
2016	2.400	14.357
2017	6.400	18.357
2018	10.400	22.357
2019	12.000	23.957

Fonte: SEDUC.

13. A intervenção visa a replicar os benefícios já alcançados nas escolas de tempo integral existentes, como: a) ensino holístico, abrangendo não apenas as matérias acadêmicas, mas também artes, esportes, línguas, etc.; b) melhoria do desempenho acadêmico, com um número crescente de alunos participando de competições nacionais em matérias como matemática, física, línguas, etc.; c) motivação dos alunos para buscarem o ensino superior e d) melhoria da qualidade de vida dos alunos e das suas famílias.

14. A SEDUC fez uma pesquisa com um grupo de alunos do ensino em tempo integral que foram para o ensino superior e constatou que o interesse pelo diploma universitário cresceu em todas as cadeiras, sobretudo nas áreas de humanidades, línguas e saúde.

Tabela 4.5 Opção de especialização dos alunos no ensino superior

Áreas de especialização	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Agricultura	-	-	1	1	2	-	4
Educação	1	2	4	2	3	3	15
Humanidades e línguas	1	3	4	12	8	20	48
Meio ambiente	5	1	2	4	8	10	30
Saúde	-	1	2	11	15	10	39
Tecnologia	-	2	1	5	2	7	17
TOTAL	7	9	14	35	38	50	153

15. **Expansão do ensino médio técnico.** Este programa consiste em quatro intervenções a) ampliação da capacidade das escolas com a construção de novas instalações e o aumento do número de turnos; b) ampliação do ensino a distância no ensino técnico; c) expansão do ensino avançado (ensino médio técnico) e d) convite ao setor privado para participar do programa e promover a interação entre os programas acadêmicos, os alunos e o setor privado.

16. Esse programa foi avaliado com referência a algumas atividades a serem implementadas, pois nem todas haviam sido identificadas pela SEDUC a esta altura. O investimento avaliado corresponde a uma parcela do custo do programa, porém, ainda assim, abrange todos os tipos de atividades propostas. A expectativa é que mais atividades a serem concebidas pela SEDUC no âmbito deste programa terão resultados semelhantes aos das que são apresentadas aqui.

17. As atividades avaliadas visam a matricular cerca de 37.000 alunos até o fim do período de implementação. O custo associado dessas atividades específicas é cerca de US\$ 93 milhões.⁹¹

Tabela 4.6. Mais alunos matriculados no ensino médio técnico

	Ampliação da capacidade das escolas	Ampliação do ensino técnico a distância	Ampliação do ensino pós-secundário	Total de alunos
2015				
2016		640	6.200	6.840
2017	1.920	640	4.600	7.160
2018	5.760	1.280	4.600	11.640
2019	5.760	1.280	4.600	11.640
Total	13.440	3.840	20.000	37.280

Fonte: SEDUC.

18. **Ensino a distância.** Um segundo programa visa a expandir o ensino a distância para áreas remotas que tenham pouco acesso a serviços sociais. O ensino a distância já foi implementado na região Nordeste do Brasil. Na Bahia, o programa visa ao ensino médio, com 17.000 alunos matriculados em 50 municípios. No Amazonas, 34.000 alunos estão matriculados em 62

⁹¹ No caso do ensino técnico a distância, pressupôs-se o mesmo custo por aluno que no ensino a distância (segunda intervenção no âmbito do subcomponente da educação).

municípios. No Piauí, o programa teve início em 2012 e, atualmente, tem 15.000 alunos em 177 municípios. Dos matriculados, 47% estão fazendo cursos técnicos do ensino avançado; 15% estão no ensino médio e 38% estão no ensino fundamental.

19. A intervenção financiará equipamentos de transmissão, a melhoria das redes elétricas e a capacitação de instrutores locais. Os alvos são o ensino médio e o ensino avançado para adultos. O número de instalações nas áreas remotas será triplicado e o número de alunos quase quadruplicará em comparação com os níveis atuais.

Tabela 4.7 Alunos que devem fazer o ensino a distância

	<i>Alunos</i>	<i>Salas de aula remotas</i>
2015	15.200	300
2016	27,000	450
2017	36.000	600
2018	45,000	750
2019	54,000	900

Fonte: SEDUC.

20. **Benefícios das intervenções na educação.** Todas as intervenções visam a aumentar a retenção de alunos no ensino médio por meio da ampliação do acesso a ensino de melhor qualidade e, para alguns, por meio de incentivos monetários.

21. Os benefícios das intervenções vão além do impacto sobre os alunos. Estudos mostram que as pessoas que se formam e têm acesso a educação de qualidade no ensino médio têm maior probabilidade de encontrar emprego remunerado, ter famílias estáveis e se tornar cidadãos ativos e produtivos. Além disso, é menor a chance de que cometam crimes graves e de exigirem muito do sistema público de saúde.⁹² Esses benefícios terão um impacto positivo sobre o saldo fiscal do governo, pois a) a administração pública receberia mais imposto de renda das pessoas com ganhos mais altos; b) pessoas com melhor nível de escolaridade geralmente são mais saudáveis e, assim, reduzem as despesas públicas com a saúde e c) os ganhos mais altos decorrentes da melhoria da escolaridade resultarão no aumento do consumo de bens e serviços, o que gera efeitos fiscais que vão além do imposto de renda e das contribuições para a previdência. Esses retornos compensam parcialmente o investimento público em educação.

22. Nesta avaliação, os benefícios foram estimados apenas do ponto de vista dos alunos e, assim, seus resultados são conservadores. Os benefícios líquidos foram estimados como benefícios incrementais de duas situações “com” e “sem” as intervenções. Na situação “sem” as intervenções, as taxas de evasão atuais e a capacidade das escolas não se alteram e, assim, o número de alunos por ano recebido nas escolas não muda. Na situação “com” as intervenções, a taxa de evasão cai 2% e, no caso de algumas intervenções, o número de alunos que frequentam a escola aumenta devido à expansão da capacidade. Os benefícios foram estimados como o aumento da renda decorrente da elevação dos salários recebidos pelos alunos que concluem o ensino médio. Os ganhos foram neutralizados parcialmente devido à renda perdida durante o período na escola. Os benefícios foram estimados com base em informações fornecidas pela SEDUC sobre o mercado de trabalho local e os respectivos salários. Outros pressupostos tiveram como base os resultados

⁹² Mitra, Dana. 2011. “*The Social and Economic Benefits of Public Education.*” University of Pennsylvania.

apresentados por Neri (2010),⁹³ que mostram que, em comparação com as pessoas apenas com ensino médio, os alunos que concluíram o ensino médio técnico têm uma probabilidade 48,2% maior de conseguir emprego, têm 38% mais chances de encontrar esse emprego no setor formal e têm salários 12,9% mais altos. Pressupõe-se que a renda perdida corresponda ao salário mínimo de R\$ 788⁹⁴ e que o desemprego seja 11,1%.

23. Os pressupostos para cada tipo de intervenção variavam. Para algumas, o benefício resultará da queda das taxas de evasão e do aumento dos salários no mercado de trabalho (incentivos monetários e ensino em tempo integral); para outras, (ensino médio técnico e ensino a distância), os benefícios eram resultado da elevação do número de matrículas e do aumento dos salários. Em todas as intervenções os benefícios foram compensados por perdas devido à renda que deixou de ser auferida. Para calcular a renda perdida, pressupõe-se que 11% dos jovens fora da escola, fosse por haverem abandonado os estudos, fosse porque não haviam se matriculado, estavam desempregados (usando a taxa de desemprego) e o restante tinham um emprego em que ganhavam o salário mínimo. Trata-se de um pressuposto conservador, pois alguns alunos deixaram a escola não porque desejavam encontrar emprego, mas porque estavam desinteressados.

24. Outros pressupostos usados na avaliação estão listados na Tabela 4.8.

Tabela 4.8. Pressupostos usados na avaliação dos benefícios

Taxa de desemprego	11%
Renda perdida (R\$/mês)	788
Aumento do salário devido à conclusão do ensino médio	25%
Aumento da possibilidade de encontrar emprego	48%
Probabilidade de encontrar emprego no setor formal	38%
Aumento do salário no setor formal	12%

Fonte: SEDUC e Neri (2010).

25. O número de beneficiários por intervenção avaliada variou de cerca de 2.000 no caso dos incentivos monetários a quase 40.000 no ensino médio, ensino médio técnico e ensino a distância.

Tabela 4.9. Beneficiários por intervenção

Ano	Ampliação do Poupança Jovem	Ampliação do ensino em tempo integral	Ampliação do ensino médio técnico	Ampliação do ensino a distância
	Número de alunos que não deixarão a escola	Novos alunos que vão se matricular	Novos alunos que vão se matricular	Novos alunos que vão se matricular
2016	293	2.400	6.840	11.800
2017	424	6.400	7.160	9.000
2018	523	10.400	11.640	9.000
2019	590	10.400	11.640	9.000
<i>Total</i>	<i>1.830</i>	<i>29.600</i>	<i>37.280</i>	<i>38.800</i>

⁹³ Neri, Marcelo Cortes. 2010. Instituto Votorantim A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho. Maio de 2010. FGV CPS Centro de Políticas Sociais.

⁹⁴ Dezembro de 2014.

26. **Resultados do subcomponente da educação.** Os resultados das intervenções no setor da educação mostram que todas as atividades geram resultados positivos. O retorno médio é 15% e o benefício líquido chega a quase US\$ 1 bilhão. Os benefícios previstos foram aproximadamente o dobro dos custos. Todas as intervenções apresentam retornos acima de 13% e dois programas, o de escolas de tempo integral e o de ensino a distância, alcançaram retornos de 23% e 15%, respectivamente. Os melhores resultados são explicados pelo custo mais baixo por aluno do que o de outros programas.

27. Quando o custo do investimento das atividades da avaliação dos alunos é incluído, o retorno ainda é 15% e os benefícios líquidos são reduzidos em US\$ 11 milhões.

Tabela 4.10. Resultados do subcomponente da educação

	Valor atualizado líquido dos fluxos (milhares de US\$)			TIR %
	Custos	Benefícios	Benefícios líquidos	
Poupança Jovem	28.573	41.429	12.856	13%
ETI	256.074	644.263	388.189	23%
Ensino médio técnico	321.059	597.311	276.252	13%
Ensino a distância	99.391	391.265	291.874	15%
Total (sem a avaliação estadual dos alunos)	705.098	1.674.269	969.171	15%
Total (com a avaliação dos alunos)	716.498	1.674.269	957.771	15%

28. Os resultados são encorajadores uma vez que os outros benefícios não foram incluídos. Entre esses benefícios, se destacam a) o impacto na situação fiscal do governo gerado pela elevação da receita do imposto de renda e dos impostos de valor agregado arrecadados em virtude do aumento do consumo de bens e serviços; b) a melhoria da saúde e c) a melhoria da qualidade de vida e dos benefícios sociais.

Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde

29. Apesar dos avanços recentes, a rede de saúde nos níveis estadual e municipal não supre as necessidades da população. A predominância de doenças e as mortes precoces devido a doenças crônicas entre as pessoas de baixo nível socioeconômico podem ser atribuídas à variação no acesso aos serviços de saúde, à exposição a fatores de risco e ao baixo conhecimento sobre comportamentos de prevenção, sobretudo nas áreas urbanas. As instalações apropriadas são de difícil acesso e o pessoal é insuficiente. A gestão e coordenação do fluxo de pacientes são fracas e pacientes demais vêm para a capital, Teresina, em busca de tratamento ou porque são transferidos. Essas desigualdades geográficas em termos de pessoal e atendimento produzem gargalos, comprometem o sistema de saúde e, conseqüentemente, aumentam as taxas de mortalidade em decorrência de doenças crônicas. Muitos pacientes não recebem acompanhamento adequado nem têm acesso a procedimentos de prevenção.

30. A SESAPI priorizou a hipertensão e o diabetes como doenças com alto impacto sobre as taxas de mortalidade da população. Na população, 21% afirma ter recebido o diagnóstico de

hipertensão e 5%, de diabetes,⁹⁵ mas apenas uma parte dessas pessoas é tratada nas unidades de saúde. Algumas morrem de forma prematura e muitas não conseguem trabalhar devido à doença. De acordo com o Ministério da Saúde,⁹⁶ em 2014 a taxa de mortalidade no Piauí decorrente da hipertensão foi de 34,1 por 100.000 pessoas e 37,1 por 100.000 em decorrência do diabetes.

31. A intervenção na área da saúde visa a ampliar o acesso dos pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento ao implementar cinco CEDCs e voltar a atenção para exames e consultas para pacientes com doenças crônicas. Esses centros focalizarão a redução da morbidade e da mortalidade relacionadas ao câncer, hipertensão e diabetes e estarão localizados em cinco municípios distribuídos de maneira uniforme pelo estado e de fácil acesso pela rede de transportes.

32. O diabetes e a hipertensão são doenças associadas com o declínio das funções físicas. Um estudo feito no Brasil⁹⁷ investigou as mudanças na força da associação entre a mobilidade e a hipertensão e o diabetes em uma grande amostra representativa de brasileiros adultos de mais idade ao longo de um período de dez anos. Os dados vieram das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios feitas em 1998, 2003 e 2008. A amostra abarcava 28.943 pacientes com 60 anos ou mais. Os resultados mostram que, ao longo do período de dez anos, a prevalência da hipertensão subiu de 44% (1998) para 49% (2003) e, em seguida, para 53% (2008). Um padrão semelhante foi observado no caso da prevalência do diabetes: 10% em 1998, 13% em 2003 e 16% em 2008 ($p < 0,001$). No geral, a mobilidade física mostrou uma associação estatística considerável com as duas doenças crônicas estudadas, mesmo após um ajuste levando em conta fatores que possam gerar confusão. O estudo concluiu que, apesar dos aumentos observados na prevalência da hipertensão e do diabetes ao longo do período de dez anos, a diminuição na força da associação com a mobilidade física durante o primeiro período pode ser explicada pelas melhorias nos serviços de saúde e no tratamento de adultos de mais idade. Atenção especial deve ser dada ao tratamento e administração do diabetes para evitar recuos nos níveis de mobilidade física.

Tabela 4.11. Índice de mobilidade física de idosos (acima de 60 anos)

	Porcentagem (%)
Nenhuma dificuldade	28,5
Dificuldade moderada	35,2
Maior dificuldade	36,3

Fonte: Nascimento *et al.* *BMC Public Health* (2015) 15:591.

33. A intervenção deve aumentar a conscientização sobre as doenças graves; ampliar o acesso a cuidados médicos; tratar as doenças apropriadamente e, em consequência, reduzir a hospitalização, as mortes e, com o tempo, a prevalência das doenças. Os benefícios terão um impacto sobre a qualidade de vida da população, especialmente dos idosos. A preservação da capacidade para viver com autonomia e funcionar bem durante as fases mais avançadas da vida é importante do ponto de vista tanto da qualidade de vida individual como da saúde pública. A mobilidade é uma característica crucial para uma pessoa funcionar com autonomia. Quem perde a mobilidade tem taxas mais altas de morbidade, hospitalização, deficiências, internação e

⁹⁵ IBGE. IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

⁹⁶ Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informação de Atenção Básica e Secretaria Estadual de Saúde.

⁹⁷ Nascimento, Clarissa de Mattos, Oliveira Mambrini, Peixoto Giacomini. 2015. *Diabetes, Hypertension and Mobility among Brazilian Older Adults: Findings from the Brazilian National Households Survey* (1998, 2003 e 2008). *BMC Public Health* 15:591 DOI 10.1186/s12889-015-1956-2.

mortalidade. Além disso, apresenta uma maior probabilidade de desenvolver depressão e isolamento social.

34. A avaliação econômica foi feita para estimar os custos relacionados da hipertensão e do diabetes em duas situações: com e sem a intervenção. Nos dois cenários, os custos a seguir foram incluídos: a) o custo atual do tratamento dessas doenças nos centros de saúde e nos hospitais; b) o custo associado com a falta de mobilidade causada pela hipertensão e pelo diabetes; c) o custo da morte prematura associada à hipertensão e ao diabetes. As informações sobre os custos foram fornecidas pela SESAPI com base em dados do Sistema Universal de Saúde (SUS) e dos centros de saúde e especialistas em saúde. O valor de uma morte prematura tomou como base a idade média da morte no Piauí causada pela hipertensão (67 anos) e pelo diabetes (66 anos) em comparação com a expectativa de vida no Brasil (75 anos). O valor de um ano perdido foi estimado usando o salário mínimo e uma taxa de desconto de 3%.

35. Os benefícios da intervenção correspondem à redução dos custos de tratamento de doenças crônicas quando mais pessoas estão cientes delas, buscam tratamento adequado, melhoram a mobilidade nas idades mais avançadas e prolongam a vida. As metas adotadas para a avaliação tiveram como base informações estatísticas sobre a hipertensão da American Heart Association, nos Estados Unidos.

36. Para estabelecer as metas para essa avaliação, informações estatísticas da American Heart Association sobre a hipertensão e da American Diabetes Association sobre o diabetes foram revistas e discutidas com a SESAPI. A intervenção de fato precisará aumentar a conscientização e melhorar o tratamento, de modo a resultar na redução da prevalência, na queda do número de mortes, na diminuição dos custos de tratamento e na melhoria da qualidade de vida. Ainda assim, não se sabe quanto será possível alcançar. A avaliação foi feita de forma conservadora, usando indicadores mais baixos do que os apresentados nos Estados Unidos. (Tabela 4.12).

Tabela 4.12. Situação da hipertensão com e sem a intervenção do projeto

	Sem intervenção	Estados Unidos	Pressupostos, cenário com intervenção
Hipertensão			
Adultos com hipertensão	21,0%	17,3%	18%
Não sabem do problema	–	19%	19%
Estão cientes do problema	–	82%	82%
Controlada	–	53%	53%
Descontrolada	–	48%	48%
Cientes e tratados	–	74%	74%
Cientes, mas não tratados	–	26%	26%
Número de mortes por 100.000 pessoas	33	20	25
Diabetes			
Adultos com diabetes	5,0%	9,3%	5,0%
Não sabem do problema	50,1%	28%	40%
Estão cientes do problema	49,9%	72%	60%
Número de mortes por 100.000 pessoas	39	20	35

Fonte: Sem intervenção: SESAPI, Piauí; com intervenção: American Heart Association; *Statistical Fact Sheet 2013*.

37. Para os efeitos da avaliação, o custo operacional dos novos centros foram incluídos de acordo com as estimativas feitas pela SESAPI.

38. Os resultados da avaliação mostram que os benefícios estimados apenas para a hipertensão e o diabetes são o bastante para cobrir todos os custos da intervenção nos centros de saúde. Os benefícios são 52% superiores ao custo e o retorno é 19%.

Tabela 4.13. Resultados do subcomponente da saúde

	Valor atualizado líquido dos fluxos (milhares de US\$)			TRE %
	Custos	Benefícios	Benefícios líquidos	
Intervenção na saúde	1.292.629	2.018.101	725.472	18%

Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas

39. Esta intervenção visa a expandir o cadastramento e alocação dos recursos hídricos. Isso é importante no Piauí, onde 90% dos usuários de águas subterrâneas não têm licença nem autorização de uso. O uso sem controle e sem regulação da água leva ao uso ineficiente dos recursos hídricos, à degradação dos aquíferos, à redução da vazão dos rios e à salinização. Tudo isso deixa o estado em uma situação de risco elevado de seca, o que predominantemente afeta as famílias rurais carentes cujas atividades agrícolas dependem mais do acesso seguro à água.

40. O cadastro a ser criado no âmbito deste programa representa passos iniciais importantes rumo à solução do problema da gestão dos recursos hídricos. Os benefícios virão em um estágio posterior e, portanto, não foram quantificados nesta etapa.

Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis

41. O programa de regularização fundiária apoiará a execução do programa estadual de regularização da propriedade da terra mediante a) o fortalecimento e modernização do INTERPI; b) a identificação, demarcação e cadastramento das terras do estado; c) a regularização da propriedade da terra nos assentamentos da reforma agrária do INTERPI; d) a regularização dos territórios quilombolas; e) a operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra e f) um sistema integrado de cadastramento da terra. O INTERPI está planejando regularizar 99 assentamentos da reforma agrária habitados por 5.983 famílias, segundo estimativas, em uma área total de 457.000 hectares. Além disso, pretende regularizar pelo menos três comunidades quilombolas localizadas em terras do estado.

42. A distribuição de terras no Piauí é extremamente desigual. Os agricultores, meeiros e trabalhadores sem terra carentes estão vinculados verticalmente a grandes fazendeiros e latifundiários e dependem deles para sua proteção, acesso à terra e sobrevivência durante os

períodos de seca.⁹⁸ Apesar dos avanços obtidos nos últimos 10 anos, os títulos de propriedade da terra ainda são pouco seguros, pois a polícia e os tribunais não zelam pelo seu cumprimento, o cadastro da terra tem uma natureza puramente declaratória e esses títulos não encontram respaldo suficiente em medidas convincentes nem em pesquisas dos sistemas de informação geográfica. O processo de concentração da terra está se acelerando à medida que os grandes latifundiários vêm para o estado para aproveitar as oportunidades decorrentes do baixo preço das terras e dos solos de boa qualidade e bem drenados da região do Cerrado. A apropriação de terras por parte de grandes latifundiários e de empresas do agronegócio foi comum no passado e está associada, sobretudo, à expansão da pecuária e, mais recentemente, à produção de soja.

43. O programa visa a proteger as comunidades e pequenos produtores contra a violação dos seus direitos de uso da terra e elevar a produtividade por meio da garantia da segurança da propriedade da terra, da ampliação do acesso a crédito ou do aumento da possibilidade de transferência para produtores comerciais.⁹⁹ Além disso, os esforços destinados a regularizar terras no Cerrado incentivarão e facilitarão a proteção dos serviços dos ecossistemas que estão ameaçados pelo cultivo em grande escala da soja (e de culturas semelhantes).

44. A intervenção gerará benefícios importantes relacionados ao aumento da produtividade devido à melhoria da segurança da propriedade e ao acesso dos pequenos produtores a crédito e aos mercados,¹⁰⁰ além do aumento da renda futura das comunidades e produtores no Cerrado e em áreas adjacentes graças à preservação dos serviços dos ecossistemas baseados na terra. Contudo, não foi possível quantificar os benefícios em virtude da falta de dados.

Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais

45. O programa visa a fortalecer a agricultura familiar e as respectivas cadeias produtivas, dando continuidade a esforços anteriores do governo estadual por meio de um programa já existente, o PROGERE. Não foi possível quantificar os benefícios desse programa em virtude da falta de informações. Nem dados sobre os custos do programa nem indícios do seu impacto estão disponíveis. Uma vez que algum nível de crescimento do investimento e da renda deve ocorrer sem o projeto, não foi possível inferir os retornos econômicos sem uma estimativa desse aspecto contrafactual. Embora projeções aproximadas dos retornos financeiros de alguns investimentos setoriais pré-selecionados do PROGERE II estejam disponíveis, elas variam bastante — algumas são extremamente altas, ao passo que outras são baixas.¹⁰¹ Em parte devido a essas dificuldades, as evidências do impacto de programas semelhantes sobre o investimento e a renda são insuficientes ou inexistentes.¹⁰²

⁹⁸ Scandizzo, Pasquale. 2014. *Poverty and Social Impact Assessment for Piauí's Sustainable Development and Social Inclusion Development Policy Program. Assessing the Effects of Alternative Policies in Piauí: An Evaluation Exercise using a Social Accounting Matrix.*

⁹⁹ Em virtude das leis existentes, a regularização também é necessária para ampliar o acesso ao mercado, mas a finalidade da respectiva lei é induzir a regularização e a proteção ambiental ao restringir o acesso de fazendas não regularizadas ao mercado.

¹⁰⁰ Ver Lawry *et al.* (2014), que mostram um ágio de produtividade de 29% na Nicarágua e 73% no Peru.

¹⁰¹ A qualidade das análises financeiras disponíveis sugere que pode haver problemas com a seleção dos setores e investimentos apropriados.

¹⁰² Embora as evidências não sejam definitivas, existe uma indicação de que, mesmo se a renda da atividade financiada aumentar devido a um projeto, o total da renda das famílias não aumenta, isto é, as famílias podem vir a mudar suas

Resultados da análise econômica

46. Os resultados da análise econômica mostram que o investimento terá um impacto positivo sobre o desenvolvimento do Piauí. Os benefícios previstos serão 84% superiores aos custos e a taxa interna de retorno esperada é 16%.

47. A assistência técnica é um componente importante, pois ajudaria o governo piauiense a implementar melhor o projeto e alcançar os benefícios previstos. A avaliação foi feita de modo a incluir os custos do Componente 2, e os resultados mostram que os benefícios compensariam os respectivos custos e gerariam benefícios líquidos de US\$ 1,626 bilhão e um retorno de 16%.

48. Os resultados são encorajadores quanto ao impacto positivo que o projeto proposto terá sobre o desenvolvimento do Piauí. Os benefícios estimados foram calculados de forma conservadora e não abrangeram todos os benefícios previstos. Entre os benefícios não quantificados, destacam-se: a) a melhoria da qualidade de vida decorrente do ensino superior e da melhoria da assistência médica; b) a melhoria da posição fiscal do governo ao receber mais impostos em consequência da elevação da renda e do consumo de bens.

Tabela 4.14. Resultados dos subcomponentes da educação e saúde

	Valor atualizado líquido dos fluxos (milhares de R\$)			TER %
	Custos	Benefícios	Benefícios líquidos	
Educação	716.498	1.674.269	957.771	15%
Saúde	1.292.629	2.018.101	725.472	18%
Total (sem assistência técnica)	2.009.127	3.692.370	1.683.243	16%
Total (com assistência técnica)	2.066.127	3.692.370	1.626.243	16%

Análises de sensibilidade e de risco

49. Os resultados são sensíveis aos parâmetros usados para a avaliação e, assim, as análises de sensibilidade e de risco são importantes para medir o impacto das mudanças nas variáveis selecionadas. A análise de sensibilidade mede o resultado caso uma das variáveis mude enquanto as outras permaneçam constantes. Já a análise de risco mede o resultado quando todas as variáveis selecionadas mudam ao mesmo tempo, cada uma com base em uma distribuição de probabilidades.

50. **Análise de sensibilidade.** As variáveis selecionadas como as que transmitem grande risco para o projeto são a) estouro dos custos do investimento e b) resultados abaixo do esperado. Na educação, os resultados mais baixos foram testados com a) uma redução inferior a 2% da taxa de evasão; b) matrículas de novos alunos abaixo do esperado e c) variação do aumento de salário ao concluir o ensino médio. Na saúde, os resultados econômicos foram testados com a) a redução abaixo do esperado da taxa de prevalência; b) a melhoria, também abaixo do esperado, da conscientização sobre a doença e c) a melhoria da saúde ligada a outras doenças crônicas que não a hipertensão e o diabetes.

estratégias de geração de renda sem um aumento líquido global da renda (ver, por exemplo, a avaliação do impacto do mcc.gov na Atividade de Capacitação e Desenvolvimento de Agricultores em Honduras).

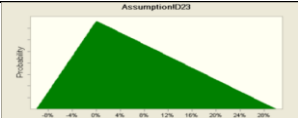
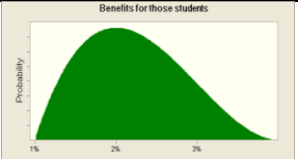
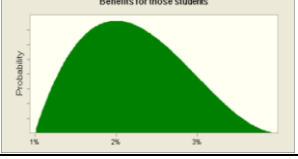
51. Os resultados mostram que um estouro dos custos do investimento transmite um risco médio para os resultados econômicos do projeto, pois o aumento pode chegar a até 70% na educação e 50% na saúde e, ainda assim, o projeto renderia benefícios positivos. No subcomponente da educação, a taxa de evasão tem que cair pelo menos 1% para gerar resultados positivos, o número de matrículas pode ser 30% mais baixo do que o esperado e o aumento de salário precisa ser de pelo menos 10%. A intervenção na saúde ainda gera benefícios ligados apenas à hipertensão e ao diabetes com apenas 1% de redução da prevalência.

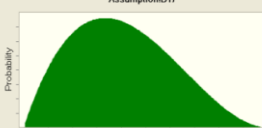
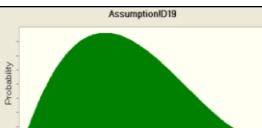
Tabela 4.15. Resultados da análise de sensibilidade

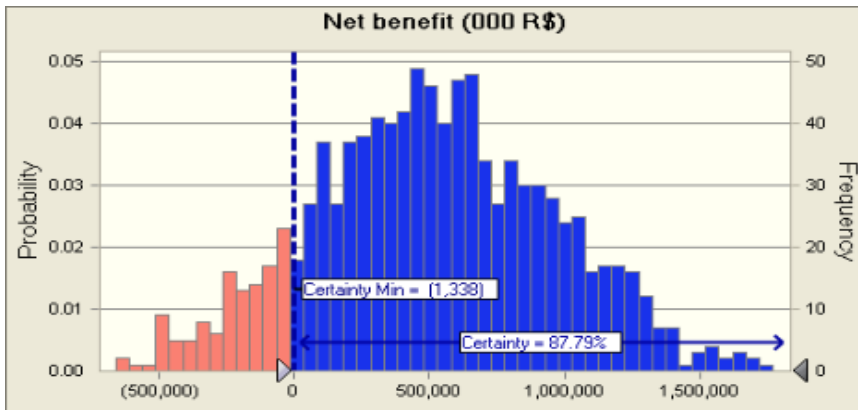
	Ponto de equilíbrio para a geração de resultados positivos	
	Educação	Saúde
Estouro dos custos	70%	50%
Taxa de evasão	1%	–
Redução das matrículas	30%	–
Aumento do salário mínimo ao concluir o ensino médio	10%	–
Redução mínima necessária da prevalência	–	1%

52. **Análise de riscos.** Para aumentar a precisão das análises financeira e econômica, as incertezas do mundo real foram aproximadas usando a simulação de Monte Carlo com o software Crystal Ball. Esse software mede a extensão dos vários riscos e seu impacto sobre os resultados do projeto ao modelar a provável distribuição de probabilidade que melhor descreve o comportamento de cada uma das variáveis selecionadas. Com base em uma simulação de mil tentativas, o modelo recalculou os resultados das análises financeira e econômica ao mudar, simultaneamente, cada uma das variáveis de risco selecionadas de acordo com suas distribuições de probabilidade.

Tabela 4.16. Probabilidades de cada variável analisada

<i>Variável</i>	<i>Distribuição</i>	<i>Faixa</i>
<i>Estouro do custo do investimento</i>		<i>Distribuição triangular com os seguintes parâmetros</i> Mínimo: -10% Mais provável: 0% Máximo: 30%
<i>Queda da taxa de prevalência</i>		<i>Distribuição beta com parâmetros:</i> Mínimo: 1% Máximo: 4% Alfa: 2 Beta: 3
<i>Taxa de evasão</i>		<i>Distribuição beta com parâmetros:</i> Mínimo: 1% Máximo: 4% Alfa: 2 Beta: 3

<p><i>Redução das matrículas</i></p>		<p><i>Distribuição beta com parâmetros:</i> Mínimo: 0% Máximo: 30% Alfa: 2 Beta: 3</p>
<p><i>Aumento de salário</i></p>		<p><i>Distribuição beta com parâmetros:</i> Mínimo: 10% Máximo: 35% Alfa: 2 Beta: 3</p>



53. Os resultados da análise de risco mostram uma probabilidade de 87,8% de obter retornos positivos. O VAL médio esperado resultante dessa análise é aproximadamente US\$ 518 milhões.

Anexo 5: Plano de Apoio à Implementação

Estratégia e método para o apoio à implementação

1. O Plano de Apoio à Implementação para o projeto está fundamentado nas seguintes considerações: a) o projeto se baseia nos sistemas do estado para a execução do programa e do orçamento para as atividades do Componente 1 e todos os Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) são selecionados do PPA do estado; b) o Componente 2 não envolve a descentralização de recursos financeiros — a maioria das atividades a serem apoiadas pelo componente de assistência técnica deverá ser contratada pela Diretoria de Licitações (DL), com exceção das feitas por determinadas secretarias estaduais e órgãos associados com experiência e capacidade para fazerem suas próprias contratações e c) uma avaliação da gestão financeira e uma avaliação das compras foram feitas e identificaram os riscos, gargalos previstos para a implementação do projeto, medidas de mitigação e níveis necessários de revisão e supervisão. O Plano de Apoio à Implementação se concentrará nas seguintes áreas e atividades.
2. **Insumos técnicos.** Profissionais técnicos e especialistas supervisionarão a conformidade ao a) verificar se as atividades cumprem as condições de habilitação (técnicas, econômicas, sociais e ambientais); b) rever o plano de compras e os processos referentes a essas atividades, inclusive apoiando a elaboração dos termos de referência em todas as secretarias envolvidas; c) verificar a execução das atividades do projeto e sua conformidade com as políticas do Banco Mundial (fazendo visitas aos locais do projeto ao longo da implementação) e d) prestando contas dos pagamentos feitos e acompanhando o fluxo de recursos financeiros. A equipe também apoiará a criação do Comitê de Gestão do Projeto, além das suas respectivas atividades, em apoio à implementação do projeto.
3. **Insumos para a supervisão geral.** Haverá duas missões formais por ano complementadas por visitas de especialistas setoriais conforme necessário. A equipe prestará apoio contínuo à implementação ao longo de todas as etapas da implementação. O pessoal da equipe lotado na representação nacional e na sede do Banco Mundial fará a supervisão diária de todos os aspectos operacionais, bem como a coordenação com o cliente e entre o pessoal da equipe do Banco Mundial.
4. **Revisão intermediária.** Uma revisão intermediária será feita pela equipe do Banco 24 meses após a efetivação, provisoriamente em meados do exercício 2018, a fim de avaliar o andamento da implementação do projeto e fazer correções no curso e ajustes, conforme necessário, na concepção do projeto e nos DLIs.
5. **Requisitos fiduciários e insumos.** O Banco oferecerá capacitação em gestão financeira e compras antes da implementação do projeto. A equipe do Banco Mundial continuará a apoiar a SEPLAN e a SEFAZ para identificar as necessidades de capacitação para fortalecer a implementação geral do projeto com ênfase nos aspectos fiduciários. Os especialistas em gestão financeira e os especialistas em compras da equipe estão lotados no escritório do Banco Mundial no país, o que permite a prestação de apoio oportuno. A supervisão formal da gestão financeira e das compras será executada semestralmente ou conforme necessário. No primeiro ano da implementação do projeto, os esforços se concentrarão no apoio aos órgãos de implementação por meio dos processos de compras para as atividades e supervisão dos contratos (examinando os documentos para garantir que as atividades de financiamento propostas cumpram os requisitos dos

pontos de vista técnico, econômico e de salvaguardas; examinando os termos de referência e especificações; emitindo pareceres sem objeções sobre as atividades de compras e revendo os relatórios de avaliação do mutuário e outros documentos relacionados ao projeto que ofereçam insumos técnicos conforme exigido).

6. **Salvaguardas.** Especialistas ambientais e sociais se encarregarão de monitorar e avaliar a eficácia da implementação da Estrutura de Gestão Ambiental e do MPR acordados (além de outros documentos, conforme necessário). Mecanismos para um diálogo contínuo serão estabelecidos entre os especialistas em salvaguardas e o cliente para prestar apoio adequado durante todas as etapas da implementação. A equipe do Banco Mundial fará missões de supervisão semestrais, revisões internas e visitas de campo para acompanhar a implementação do projeto e salvaguardar o cumprimento das políticas.

7. **Monitoramento e avaliação.** A SEPLAN necessitará de apoio à implementação para assegurar a devida diligência e a qualidade técnica das atividades de monitoramento e avaliação e de avaliação do impacto no Componente 2. A equipe trabalhará em coordenação com a SEPLAN para coletar dados indicadores a cada semestre para monitorar o andamento e avaliar as correções no curso e os ajustes que venham a ser necessários para alcançar os objetivos do projeto.

8. Os principais insumos e o foco em termos de apoio à implementação estão resumidos a seguir.

Tabela 4.1. Qualificações necessárias

Qualificações	Semanas–funcionário (Anos 1 a 4)				Viagens (Anos 1 a 4)				Local
Chefe da equipe do projeto	8	8	8	8	4	4	4	4	Brasília
Chefe adjunto da equipe do projeto	5	5	5	5	2	2	2	2	Washington, D.C.
Especialista em educação	4	4	4	4	2	2	2	2	Brasília
Especialista em saúde	4	4	4	4	2	2	2	2	Brasília
Especialista em recursos hídricos	4	4	4	4	2	2	2	2	Washington, D.C.
Especialista em gestão fundiária	4	4	4	4	2	2	2	2	Washington, D.C.
Especialista em desenvolvimento rural	4	4	4	4	2	2	2	2	Brasília
Especialista em setor público	3	2	2	2	2	2	2	2	Brasília
Especialista em gestão financeira	3	3	3	3	2	2	2	2	Brasília
Especialista em compras	4	4	4	4	2	2	2	2	Brasília
Especialista em meio ambiente	2	2	2	2	2	2	2	2	Brasília
Especialista na área social	4	4	4	4	2	2	2	2	Brasília

Anexo 6: Alinhamento do IPF e do DPL propostos, cadeias de resultados

Governo do Piauí / PPA 2016–19 Pilares	DPL proposto	IPF proposto	Indicadores de resultado
Desenvolvimento humano com ênfase na educação, saúde e segurança	Criar um programa de incentivo financeiro para os alunos matriculados nas escolas públicas estaduais nos municípios mais pobres para que concluam o ensino médio e participem de atividades extracurriculares.	Reduzir a taxa de evasão escolar no ensino médio na rede pública ao (a) ampliar um programa de incentivo financeiro para os alunos do ensino médio nos municípios-alvo; b) expandir o modelo de escola em tempo integral; c) expandir as três modalidades existentes de ensino médio técnico; d) ampliar e melhorar o ensino a distância para o ensino médio e e) restabelecer a avaliação estadual dos alunos.	<u>DPL</u> : Diferença positiva — medida por pontos percentuais — entre o índice de aprovação nos municípios-alvo do Poupança Jovem e o índice médio de aprovação nas escolas de ensino médio da rede pública estadual (exceto Teresina). <u>IPF</u> : Taxa de evasão no ensino médio na rede pública.
	Estabelecer um programa para implementar ações estratégicas para prevenir, controlar e atacar as doenças negligenciadas, sobretudo a Doença de Chagas, a hanseníase, a tuberculose, a leishmaniose e as geo-helminthiases que mais afetam o grupo populacional mais pobre.	Ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento ao: a) implementar e operacionalizar cinco CEDCs e b) elaborar e implementar cinco protocolos estaduais e a regulação médica.	<u>DPL</u> : Proporção de pacientes de tuberculose e hanseníase curados nos municípios-alvo e proporção de vetores capturados submetidos a exame para detectar o parasita da Doença de Chagas. <u>IPF</u> : Pacientes com diagnóstico ou tratamento de doenças crônicas nos cinco novos CEDCs.
Desenvolvimento econômico diversificado com inclusão social e sustentabilidade / Investimentos em	O estado estabeleceu a base jurídica para implementar o cadastro de usuários de recursos hídricos a fim de melhorar a gestão desses recursos ao coletar informações sobre uso dos recursos hídricos no estado.	Ampliar o cadastramento de usuários de recursos hídricos nas áreas rurais mediante: a) a elaboração e execução de campanhas para cadastrar os usuários, por meio de envolvimento, divulgação e apoio a pequenos produtores para que tenham acesso à plataforma de cadastramento na Internet e da verificação das informações carregadas no CERH por meio de exames internos e visitas de campo; e b) o fortalecimento da capacidade da SEMAR para analisar e fiscalizar as solicitações do direito de uso dos recursos hídricos no Piauí.	<u>DPL</u> : Número de usuários de águas subterrâneas cujas informações estão registradas no cadastro de usuários de recursos hídricos do estado e atualização e divulgação trimestrais dos usuários de águas subterrâneas no estado que não cumprem a legislação relacionada ao cadastro de usuários de recursos hídricos e à concessão de direitos de uso desses recursos. <u>IPF</u> : Usuários de águas subterrâneas registrados no CERH e verificados pela SEMAR.

<p>infraestrutura para o desenvolvimento territorial sustentável</p>	<p>Adotar a base legal para facilitar o acesso de agricultores de subsistência e de pequena escala a serviços públicos associados com a gestão dos recursos naturais.</p>	<p>Ampliar a regularização fundiária mediante: a) o fortalecimento e a modernização do INTERPI; b) a identificação, demarcação e cadastramento das terras do estado; c) a regularização da propriedade dos assentamentos da reforma agrária do INTERPI; d) a regularização da propriedade das terras dos territórios quilombolas e e) a operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra, no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Piauí (CGJ).</p>	<p><u>DPL</u>: Novas solicitações apresentadas por agricultores de subsistência e de pequena escala processadas em conjunto pelo INTERPI e pela SEMAR. <u>IPF</u>: Beneficiários que recebem títulos de propriedade da terra por meio do programa estadual de regularização da propriedade da terra.</p>
	<p>Reforma do Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE) a fim de priorizar as mulheres e os produtores extremamente pobres como beneficiários e melhorar a transparência dos processos do programa.</p>	<p>Aumentar a participação de mulheres pobres da zona rural e comunidades quilombolas em cadeias de valor produtivas ao: a) gerar a diversificação voltada para o mercado por meio de cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas, promover práticas ambientalmente sustentáveis e visar aos agricultores carentes, sobretudo as mulheres e as comunidades quilombolas, e b) formar capacidades em assistência técnica e gerencial, bem como em logística.</p>	<p><u>DPL</u>: Porcentagem do processo de seleção e implementação dos projetos financiados pelo PROGERE por meio de um sistema de gestão computadorizado e divulgação das informações pertinentes. <u>IPF</u>: Mulheres pobres da zona rural e comunidades quilombolas participantes dos PIPs.</p>
<p>Gestão pública eficiente</p>	<p>Estabelecer i) a base jurídica para a implementação sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação baseado em resultados para programas de investimento; ii) as regras e procedimentos para execução, monitoramento e avaliação de projetos de investimento e programas e iii) a descentralização das responsabilidades pelo monitoramento para as secretarias setoriais. Estabelecer a base jurídica e os procedimentos para a implementação de um monitoramento sistemático de convênios para atividades-alvo financiadas por meio de doações federais.</p>	<p>Oferecer assistência técnica para a gestão do setor público para modernizar a gestão das despesas e investimentos mediante: a) a integração do planejamento, monitoramento e avaliação em um único sistema baseado em resultados; b) a expansão do alcance e cobertura do monitoramento dos programas de investimento; c) a implementação de práticas simplificadas de gestão financeiras e auditoria em linha com as normas federais e internacionais; e d) a padronização dos processos de definição de custos e compras.</p>	<p><u>DPL</u>: Porcentagem dos convênios para atividades-alvo financiadas por meio de doações federais monitorados por intermédio do SIMO. <u>IPF</u>: (indicadores intermediários): - Secretarias e órgãos estaduais que usam o SIMO. - Secretarias estaduais com equipes de monitoramento e avaliação descentralizadas em operação.</p>

	<p>Adotar a base jurídica para operacionalizar a Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres do Piauí (CEPM), no intuito de incorporar uma perspectiva de gênero na concepção, implementação e supervisão das políticas públicas do estado.</p>	<p>Oferecer assistência técnica para gerar evidências em apoio à formulação de políticas inteligentes com relação ao gênero mediante: a) um diagnóstico socioeconômico dos principais desafios enfrentados pelas mulheres e pelos homens para alcançar a igualdade de gênero no Estado do Piauí; b) workshops regionais e estaduais com as principais partes interessadas; c) apoio aos organismos governamentais de políticas para mulheres (OPMs) e d) uma profunda avaliação, sensível às questões de gênero, das cadeias produtivas priorizadas pelo PROGERE II.</p>	<p><u>DPL</u>: Número de programas temáticos estratégicos incluídos no PPA estadual com indicadores baseados no gênero. <u>IPF</u>: (indicadores intermediários): Primeiro plano estadual de políticas para mulheres.</p>
	<p>Adotar a base legal para facilitar o acesso dos cidadãos carentes aos serviços da Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) e agilizar a resposta dos órgãos setoriais tomados como alvo às reclamações associadas aos serviços de inclusão social e produtiva.</p>	<p>Oferecer assistência técnica para aumentar o envolvimento dos cidadãos e a responsabilização social para: a) reforçar os canais e procedimentos da OGE para protocolar e tratar as queixas; b) melhorar a capacidade institucional das secretarias setoriais para tratar as reclamações e integrar a rede de ouvidoria e c) lançar uma campanha de conscientização e comunicação sobre a rede de ouvidoria, sua função e suas metas.</p>	<p><u>DPL</u>: Número de setores prioritários do governo do estado com representantes na OGE. <u>IPF</u>: (indicador intermediário) Reclamações registradas e processadas oportunamente pela OGE</p>

